Caminhos

Número 10 – Dezembro 1994



BICALHO.
A MORTE DO BRAVO COMPANHEIRO

apubh

S U M Á R I O

MEMÓRIA

Um título merecido
por Hugo Pereira do Amaral — 7

Saudação ao Professor Emérito Luiz de Carvalho Bicalho
por Ivan Domingues — 15

Vale sempre tentar viver
por Luiz de Carvalho Bicalho — 23

Não morrerá de todo
por Clara Grimaldi Eleazaro — 33

Um mineiro com o sentimento do mundo
por Benito Barreto — 37

Bicalho, o professor
por Délcio Vieira Salomon — 45

CONJUNTURA POLÍTICA

Real, eleições e PT: hipóteses sobre o governo Fernando Henrique
por Bruno Pinheiro W. Reis — 63

CONJUNTURA ECONÔMICA

Indexação, correção monetária e inflação
por Domingos Giroletti e Humberto Coelho de Carvalho — 77

POLÍTICA & SOCIEDADE

Consciência nacional e política de segurança alimentar
por Carmo Alvanir Dias — 87

ECOLOGIA

Uma conversa sobre Ecologia e Universidade
por Rogério Parentoni Martins e Humberto Coelho de Carvalho — 95

Caminhos

Revista da Associação Profissional dos Docentes da UFMG – Seção sindical da Andes-SN – Número 10 – dezembro, 1994

Apubh – UFMG
Rua Artur Itabirano, 70 - São José - Cep nº 31.275-020
Belo Horizonte, Minas Gerais
Tel. (031)441–7211 - Fax (031)441–1303
Presidente
José Henriques Maia Filho
1º Vice-Presidente
Paulo Augusto Moreira Camargos
2º Vice-Presidente
Júlio Anselmo de Sousa Neto
1º Secretário
Marco Aurélio Rodrigues
2º Secretário
Luiz Humberto Pinheiro
1º Tesoureiro
Júlio Maria de Paula
2º Tesoureiro
Túlio Jorge dos Santos
1º Suplente
Ciomara Maria Perez Nunes
2º Suplente
João Maurício
Conselho Editorial
Délcio Vieira Salomon e Humberto Coelho de Carvalho
Gerência
Vânia Macedo Reis
Apoio
Fernanda Veloso Torres e Mary Oliveira de Assis
Edição e Revisão
Ricardo Arreguy Maia
Projeto Gráfico
Paulo Fatal/Ricardo Arreguy Maia
Ilustração
Paulo Fatal
Jornalista responsável
Rejane Dias dos Santos -MTb/DF 1376
Editoração Eletrônica/Pré-impressão
Paulo Fatal/Apubh
Fotolitos
Compor
Impressão
SEGRAC

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas à Apubh no endereço acima. Os artigos deverão ter cerca de 120 linhas, enviados em disquete formato Mac ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato. O Conselho Editorial de *Caminhos* poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que excedam as especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

EDITORIAL

No dia 15 de setembro deste ano a morte veio nos arrebatar o bravo companheiro Prof. Luiz de Carvalho Bicalho.

Três semanas antes a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG lhe conferira o título de Professor Emérito. Era o reconhecimento pelo seu trabalho de longos anos dedicados à Faculdade com que sempre se identificou como professor e da qual se gloriava de ser aluno-fundador, por ter sido da primeira turma.

Já no dia da outorga do título de Professor Emérito, foi consensual entre os membros do Conselho Editorial de *Caminhos* homenagear o Professor Bicalho, reproduzindo os três pronunciamentos de ocasião:

O do Prof. Hugo Pereira do Amaral – Diretor da Fafich, que justificou o gesto da Congregação da Faculdade; o do Prof. Ivan Domingues, que fez a saudação oficial, percorrendo vida e obra do homenageado; e o do próprio condecorado, que constituiu para todos nós ouvintes a última Aula (com A maiúscula) por ele proferida.

Terminara sua fala dizendo: "Resta-me um conso-

lo: viver é muito difícil; mas vale sempre tentar". Sua vida foi marcada, de um lado, pela fatalidade, pela tragédia; por outro, por freqüentes momentos de grandeza e generosidade a revelar predominantemente sua personalidade.

Mal sabíamos naquela hora que esta vida, alguns dias depois, sucumbiria inexoravelmente, apesar de ter sido sempre a realização plena das tentativas a que ele aludira.

Caminhos não poderia deixar passar desapercebido o acontecimento.

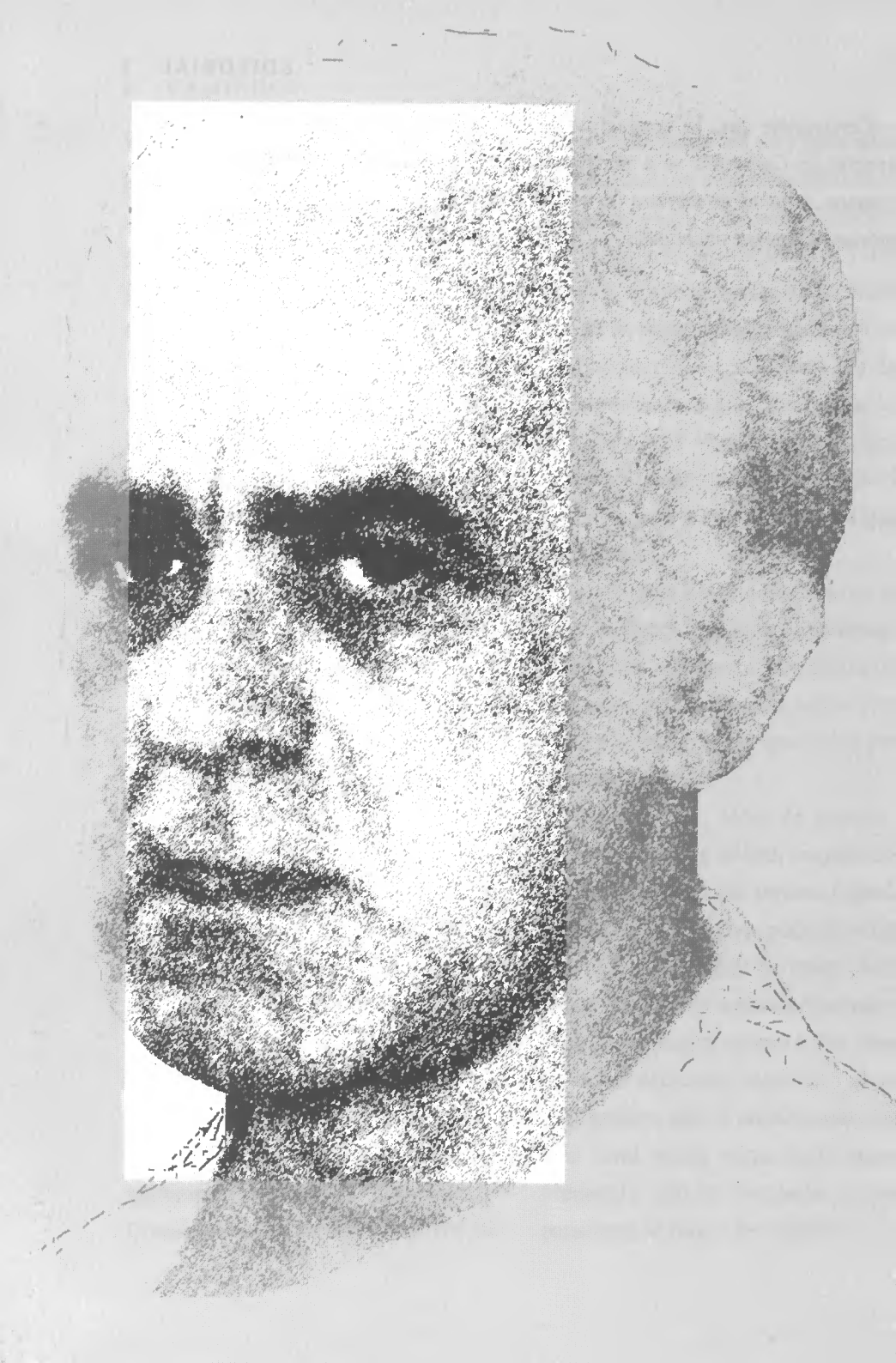
O mérito de uma trajetória de professor exemplar e a lição de uma inesquecível militância política se transpõe assim dos umbrais do tempo finito para as páginas de nossa revista, a fim de servir a todos nós como referência, lugar e ocasião de saudade e fortes recordações.

Por isso este número consagrado à memória do Prof. Bicalho publica, além dos três discursos já referidos: uma *fala do coração* – assim denominada por sua autora – a Profª. Clara Grimaldi Eleazaro – legítimo poema em prosa a recordar a presença marcante de Bicalho. Um depoimento do escritor Benito Barreto – companheiro de Bicalho no Partido Comunista e que desde 1947 privou de sua amizade: revela-nos para nossa admiração e prazer de leitura o *sentimento do mundo do mineiro Bicalho*. O discurso proferido pelo Prof. Délcio Vieira Salomon, a convite do Diretor da Fafich, quando da homenagem póstuma ao Prof. Bicalho, que deu seu nome a um dos auditórios da faculdade. Finalmente, um poema da Profª Vera Casa Nova focalizando Bicalho, o filósofo que sabia apreciar o papo e a bebida num bar qualquer da vida.

Junto com estes depoimentos em torno da figura de Bicalho – professor e militante – amigo e companheiro, *Caminhos* publica também outros trabalhos já anteriormente aprovados pelo Conselho Editorial.

Esta mescla, além de manter o caráter eclético da revista, respeita uma das características (ou mesmo vontade) de Bicalho, que se vivo, pudesse referir-se a si mesmo, depois de morto, certamente confirmaria o pronunciamento do Prof. Hugo Amaral quanto a "ele detestar o tom edificante, repudiar o gênero hagiográfico, não se considerando nenhum herói, muito menos herói incompreendido, não se desejando modelo, paradigma de nada e de ninguém".

Certamente que, se consagrássemos um número especial de *Caminhos* só a sua figura, lhe constrangiríamos, a ponto de duvidar de nossas intenções laudatórias e de nossa sinceridade.



MEMÓRIA

UM TÍTULO MERECIDO

Hugo Pereira do Amaral
Professor do Departamento de Filosofia da Fafich/UFMG

A Egrégia Congregação de nossa Faculdade, ao conferir o título de Professor Emérito a Luiz de Carvalho Bicalho, concretiza a mais natural e esperada das iniciativas. Estamos confirmando o óbvio, mas a ratificação de uma evidência exige certo estilo e o que a Faculdade de Filosofia deseja expressar, nesta sessão solene, é simples: o Bicalho nos pertence, esta casa é a sua casa e a sua aposentadoria, em 1988, só foi assimilada por nós como um episódio administrativo que não cindiu seu vínculo conosco e muito menos sua presença viva, ativa e generosa em nossa Faculdade.

A natureza de uma saudação como essa é, tratando-se especialmente do Prof. Bicalho, complexa: ele detesta o tom edificante, repudia o gênero hagiográfico, não se considera nenhum herói, muito menos herói incompreendido, não se deseja modelo, paradigma de nada e de ninguém, e não desenvolveu nenhuma sensibilidade especial para capturar as oportunidades, pois é a negação viva, funda e cortante do oportunismo.

Ocorre-me, então, à maneira de Brás Cubas, essa personagem brincalhona, mas essencialmente trágica de Machado de Assis, pendurar uma exigência crítica no trapézio que temos no cérebro e, ao invés da "invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade", estarei atento, meu querido Bicalho, para, quando pressentir excessos, aliviá-los, através de certas estratégias discursivas, de eventuais aflições, sempre fiel à recomendação prudencial que aconselha nunca atingir o aflito.

A primeira vez que vi o Prof. Bicalho foi, se não me falha a memória, em 1959, na sala de aula de nosso saudoso Colégio de Aplicação. Tive, então, a felicidade de, em plena adolescência, tê-lo como meu primeiro professor de Filosofia. Sua atividade docente inscrevia-se, consciente ou inconscientemente, na tradição socrática: ausência de qualquer artifício retórico e a compreensão de que o ensino da filosofia não está ligado a acrobacias verbais em que ênfase e eloqüência pretendessem substituir o esforço paciencioso de pensar os pensamentos de nossa rica tradição filosófica e, depois de certo tempo, aconselhava que ousássemos pensar por conta própria, sem, no entanto, ter a vã pretensão de encontrar originalidade *a bon marché*, pois muito provavelmente, estaríamos confundindo originalidade com banalidade, inovação com repetição, genialidade com egofanias pueris.

Recordo-me de uma página de um livro de Garcia Morente, adotado por Bicalho em seu curso, que afirmava que poderíamos, por exemplo, adquirir um conhecimento minucioso de Paris – a meticulosa descrição de seus monumentos, a razoável representação de suas avenidas e ruelas, a rigorosa descrição de sua cartografia etc. – mas todo esse conhecimento externo não poderia ser comparado à experiência de nela flanarmos, ainda que fosse por curto tempo, pois, então, e só então, teríamos a verdadeira experiência, afinada, nuançada e intensificada de conhecer a cidade ilustre.

Bicalho, então, retornava ao texto e dele extraía a sugestão apropriada: recomendava que lêssemos diretamente os clássicos, que não caíssemos na malha das leituras fáceis e ilusórias das histórias da Filosofia, que não nos fascinássemos pela soma amontada de

conhecimentos externos que não nos conduziria a lugar nenhum, a não ser à tola vaidade de deter conhecimentos diletantes para serem exibidos nos salões ou, hipótese mais provável, em bares e em botequins, e que não nos poupássemos do duro esforço de estudar para aprender a pensar e, assim, conferir sentido às nossas vidas, libertando-nos, pouco a pouco, do exagerado culto que, freqüentemente, dedicamos ao nosso "querido eu".

Bicalho exercia a docência como um dom de si, que mais aprofundava a admiração e o afeto que se estabelecia entre seus alunos. Depois das aulas, estava sempre disponível para dar seqüência às discussões surgidas no correr das exposições ou, então, para conversar, simplesmente conversar, sobre, digamos assim, o curso dos acontecimentos.

Lembro-me de que, certo dia, descíamos a Rua Carangola, naquele tempo bucólica e silenciosa, quando dobramos à esquerda a Avenida do Contorno e a conversa se encaminhou a respeito de uma pessoa que tinha de si mesma uma opinião complacente, admirativa e, no fundo, exaltadamente favorável. Bicalho, depois de algumas observações de compassiva e terna maledicência, pois não visava à pessoa mas à pose que ela tentava representar, apontou para a Igreja de Santo Antônio e falou-me das imensas qualidades humanas do Padre Agnaldo Leal, que era o vigário da paróquia de Santo Antônio. Aconselhou-me a conhecê-lo, a aproximar-me dele, pois dizia: Padre Agnaldo vivia os valores que, efetivamente, contam na vida: despojamento, solidariedade com os que sofrem, bondade e esquecimento de si mesmo.

Devo confessar que aquelas considerações me desconcertaram e me surpreenderam, pois Bicalho era nosso único professor marxista e comunista. Havia sido um bravo combatente do Partido Comunista Brasileiro e, naqueles tempos, prevaleciam, em geral, intolerância fundas e recíprocas entre católicos e comunistas. No entanto, não vacilei e tornei-me amigo de Padre Agnaldo.

Pouco tempo depois, tendo me mudado para o Rio de Janeiro, fiz-me amigo, através de Regina Bonfim, militante da Ação Católica e muito ligada a mim, de seu pai, nosso querido e saudoso Orlando Bonfim, que era membro do Comitê Central do Partido

Comunista e diretor do semanário *Novos Rumos*. Foi quando fiquei sabendo, através do Dr. Orlando, da cobertura ativa, eficiente e sem falhas que Padre Agnaldo dera aos comunistas e as suas famílias quando, em 1947, o Partido Comunista fora colocado na ilegalidade e se iniciou, aqui em Belo Horizonte, impiedosa perseguição a eles.

Dr. Orlando tinha uma pequena casa na praia de Muriqui, que era freqüentada, em alternâncias mais ou menos quinzenais, pelos membros do Partidão e por nós, a começar por Regina, que éramos da esquerda católica.

Em nossas conversas com o Dr. Orlando, Bicalho e Pe. Agnaldo eram sempre lembrados com afeto e admiração. Este último me contou, em certa ocasião, que Padre Agnaldo encontrou para ele um esconderijo, inesperado e inusitado: a torre da Igreja de Santo Antônio.

Passaram-se alguns poucos anos e, com o golpe de 64, tudo recomeçou. Num determinado dia, recebo um telefonema de Pe. Agnaldo, pedindo-me que o esperase próximo da casa de meus pais e me informava que, daí a pouco, passaria num táxi com especificações que me transmitiria. Saio de casa, espero, entro no táxi, e Pe. Agnaldo começa a falar sobre a renovação litúrgica e a força pacificadora do canto gregoriano. Eu, atônito, flutuava na mais santa das perplexidades. Em pouco tempo, alcançamos a Igreja de Santo Antônio, nela entramos, e logo depois, já estávamos na torre. Disse-me que recebera uma informação de que eu seria preso e o melhor era que ficasse quieto por lá durante algum tempo. Perguntei-lhe, então, se era a torre do Dr. Orlando e ele, rindo, confirmou-me e aí falamos longamente de Bicalho com amizade e gratidão.

Alguns anos depois, reencontrei-me com Bicalho aqui na Fafich. Éramos, agora, em função dos giros e piruetas do tempo, colegas no Departamento de Filosofia.

Bicalho mantinha-se fiel a sua concepção de trabalho intelectual, que associava, de forma superiormente articulada, pesquisa com docência, numa espécie de docência pesquisadora. Um monumental testemunho dessa opção, mas não o único, é o seu *O Capital – Resumo Literal (condensação dos livros 1, 2 e 3)*, publicados pela Edições

Novos Rumos, 1990. Bicalho também se impôs um grande desafio, e pelo que sei ainda não satisfatoriamente concluído, de pensar a problemática unidade entre a poderosa construção categorial de Marx e a sugestiva obra de Sartre, principalmente a *Crítica da Razão Dialética*.

De agosto de 1963 a novembro de 1988, o professor Bicalho dedicou-se com incansável tenacidade a nossa Faculdade, a nossa Universidade. Participou de todos os colegiados, dignificou nossa Egrégia Congregação como representante dos Livres-Docentes por mais de um mandato, tendo sido membro efetivo, por dois anos, do Conselho Universitário. Além disso, foi membro, associado e fundador da Apubh.

BICALHO COMBINAVA VIRTUDES RARAS: ERA DETERMINADO SEM DEIXAR DE SER SAGAZ E CORDIAL

Todos sabemos e reconhecemos o papel decisivo desempenhado pela Apubh nos tempos de chumbo e de sombras na preservação da autonomia universitária e da liberdade acadêmica em nossa Universidade. Mas não se pode esquecer que a destemida atuação da Apubh se deve também, na UFMG, à abertura confiante que se estabeleceu com os reitores que não se curvaram aos chamados "imperativos da ordem e da segurança nacional".

Bicalho combinava, naquela quadra difícil, virtudes raras, pois era determinado, sem deixar de ser sagaz e cordial. E a sua repugnância à lógica dos fatos consumados era correlativamente sustentada pela recusa de cumprir palavras de ordem que não fossem submetidas à controvérsia e, assim, fundadas num verdadeiro entendimento.

O certo é que, com o passar do tempo, Bicalho começou a encarnar, de forma nítida e vigorosa, o *ethos* de nossa Faculdade. Ora, o *ethos* de uma comunidade, como sublinha Ladriere, são "modos de agir e de viver recebidos por determinada comunidade... como aquilo que sempre foi efetivamente praticado e como aquilo que é considerado como justo, conveniente, recomendável". Há pois o entrelaçamento da idéia de tradição com a de correção. A Fafich

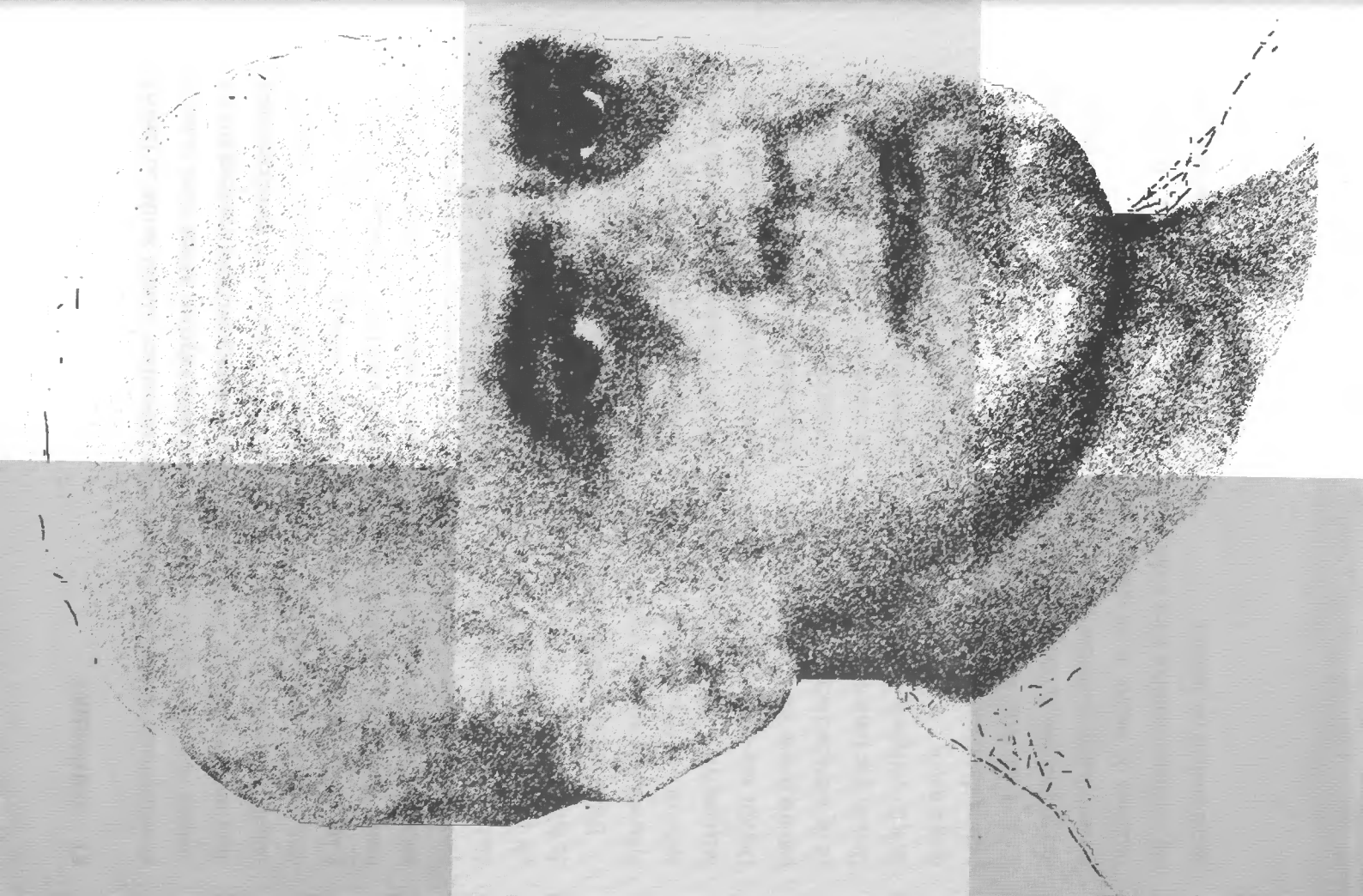
pretendia manter-se fiel a si mesma, mas também aspirava transformar-se, introduzir um dever ser que seria a suprassunção do seu ser numa forma de vida mais exigente. A candidatura de Bicalho a Diretor da Faculdade foi majoritariamente consagrada. Contudo, não foi nomeado pela Ministra da Educação. Ficou, entre muitos professores, alunos e funcionários, se posso exprimir-me por um paradoxo, uma espécie de saudade do futuro.

No entanto, o Departamento de Filosofia, alguns anos depois, elege-o para sua chefia. Foram dois anos inesquecíveis: Bicalho chefe e Carlos Drawin vice-chefe. Nesta hora, permitam-me prestar uma homenagem pública de reconhecimento ao Prof. Carlos Drawin que formou com Bicalho uma direção colegiada, isenta de pequenas maquinações e rigorosamente respeitosa das dissensões que constituem a seiva da vida acadêmica. Dessa forma, pudemos aplicar o princípio da reversibilidade semântica ao sintagma "saudade do futuro" e, ao término de seu mandato, sentimos pura e simplesmente saudade do passado.

Bicalho conduzia as discussões na Câmara ou na Assembléia Departamental, em fidelidade ao "imperativo categórico que postula que só pode ser admitido como válido aquilo que possa ser resolvido por argumento"(Apel). Fazer cara feia, mobilizar usos meramente retóricos da linguagem, desqualificar o trabalho dos outros com ironias, quase sempre fruto da presunção, não tinha, não têm mais vigência quando, fiéis às exigências do *logos* demonstrativo, da discursividade que pressupõe a verdade de nossas proposições, a correção de nossos proferimentos e a sinceridade de nossos enunciados, renunciamos aos artifícios pelos quais multiplicamos as nossas poses e subtraímos de nós mesmos o enigmático dinamismo de verdade, moralidade e autenticidade que não são realidades adventíciais, mas exigências que habilitam o próprio âmago da linguagem humana que deseja sensata. Tudo isso Bicalho vinha nos ensinando de forma irrefutável, pois se assentava em seu próprio exemplo.

Luiz de Carvalho Bicalho, Professor Emérito da Universidade

Federal de Minas Gerais, reenvio-me, para concluir, ao início dessa minha saudação: essa casa é a sua casa e a sua presença prestimosa, lúcida e combatente nos é imprescindível.



SAUDAÇÃO AO PROFESSOR EMÉRITO LUIZ DE CARVALHO BICALHO

Ivan Domingues
Professor do Departamento de Filosofia da Fafich/UFMG

Nesses mais de 20 anos de convívio com o Prof. Bicalho, cujas mãos me guiaram, ainda jovem estudante na Rua Carangola, pelos múltiplos caminhos e inúmeras encruzilhadas da Filosofia, não faltaram ocasiões, acontecimentos e provocações em que pude experimentar um profundo sentimento de admiração e respeito pelo meu mestre, amigo e padrinho. É com grande emoção que dirijo essas palavras ao Professor Emérito, certo de que a concessão não poderia ter sido mais acertada e a homenagem mais justa, conforme o testemunha a totalidade dos votos dos membros da Congregação bem como a voz corrente dos colegas, funcionários e ex-alunos dos diferentes Departamentos da Faculdade.

De fato, o Prof. Bicalho é considerado não apenas pela comunidade da Fafich, mas também pela comunidade de outras unidades da UFMG como um intelectual de grande envergadura, que prestou, no plano acadêmico, relevantes serviços ao ensino, à pesquisa e à

extensão universitária, e que, no plano político-institucional, atuou de maneira exemplar e destemida, revelando grande moral e clarividência política nos inúmeros embates que desafiaram a instituição na últimas três décadas. Do Prof. Bicalho pode-se dizer que parte de sua vida se confunde com a da própria Universidade. Pode-se dizer também que sua incansável dedicação aos diferentes planos da vida acadêmica em que atuou contribuiu para elevar o *ethos* da Instituição a um nível de excelência que só é possível de ser atingido com a ajuda daqueles que, por seu exemplo, gene-rosidade e liderança intelectual, cons-tituem-se em modelo a ser seguido pelas gerações que lhes sucederam e que com eles conviveram.

O Prof. Luiz de Carvalho Bicalho graduou-se em Filosofia em 1943 e obteve o título de Livre-Docente em 1974, com uma tese sobre "*A Evolução do Pensamento de Sartre*".

Logo depois de ter-se formado em Filosofia, o professor deixou os bancos da Faculdade para dedicar-se integralmente à política, tendo atuado no então Partido Comunista do Brasil, Seção de Minas Gerais. Foi nessa época que ele aprofundou sua ligação com o marxismo, de que é um dos maiores especialistas no Brasil, com livro e vários artigos publicados em jornais e revistas especializadas.

Tendo-se afastado do partido (1958), após três anos de atividade na UFMG como professor do antigo Colégio de Aplicação, o Prof. Bicalho atuou por mais de um ano como Diretor da Secretaria Geral dos Cursos da embrionária Universidade de Brasília, cargo que lhe dava o *status* de segunda autoridade na hierarquia daquela Universidade. Incompatibilizado com o Prof. Darcy Ribeiro em virtude de uma controvérsia acerca da criação de uma associação de docentes, o professor deixou a UNB e reingressou na UFMG em 1963, primeiro no Departamento de História, por fim no Departamento de Filosofia, onde desenvolveu a maior parte de suas atividades, por mais de duas décadas (1964-1988).

Nessa época, o Prof. Bicalho conviveu e colaborou com um dos mais renomados professores de filosofia do Brasil, fundador da Fafich e homem de horizontes largos, o Prof. Velloso, com quem, já desde o tempo em que foi seu

aluno, manteve longa e constante amizade. Testemunham essa amizade depoimentos de inúmeros amigos e vários relatos publicados. Um deles é o *Elogio de Arthur Versiane Velloso*, de autoria do Prof. José Henrique Santos, ex-reitor desta Universidade, apresentado na ocasião de sua posse na Academia Mineira de Letras e publicado depois, conjuntamente, pelo jornal *Estado de Minas* e pela revista *Kriterion*, do Departamento de Filosofia. Um outro é a obra *Simplício*, de Waldemar Versiani dos Anjos, na qual encontram-se várias passagens envolvendo as duas personalidades. Além do Prof. Velloso, mestre e pai de todos, o Prof. Bicalho conviveu, freqüentou e fez-se amigo de um grupo de intelectuais de renome que atuava em diversas áreas da Fafich e da Universidade, integrado pelos professores Morse de Belém Teixeira, Amaro Xisto de Queirós e Francisco Magalhães Gomes, já falecidos, e, ainda, Francisco Iglésias, Henrique Cláudio de Lima Vaz, Moacyr Laterza e José Henrique Santos, entre outros. Foi também nessa época que, a par do ensino do marxismo durante o período difícil de regime militar, o Prof. Luiz de Carvalho Bicalho se ocupou da obra de J. P. Sartre, de que é profundo conhecedor, notadamente da *Crítica da Razão Dialética*, e sobre quem versa sua tese de Livre-Docência.

O Prof. Bicalho interessou-se pela Filosofia desde a sua juventude. Na faculdade teve a oportunidade de estudar os clássicos, particularmente as obras de Aristóteles, Kant, Hegel e Marx. Afastado da Faculdade, ainda assim não perdeu o gosto pelos livros e pelos estudos, e isto numa época e em condições (a militância política) que nem sempre favoreciam as atividades propriamente intelectuais. De volta à Universidade, desta feita como professor, com muito esmero cultivou a pesquisa, tratou de articulá-la ao ensino e cuidou de publicar parte dos resultados obtidos (a lamentar que até hoje não tenha publicado nada sobre Sartre). Fruto de pesquisa cuidadosa, ainda que, na sua avaliação, não-conluída, é a sua tese de Livre-Docência. Dentre os trabalhos publicados, destacam-se inúmeros artigos, depoimentos, palestras e discursos, a maior parte dedicada a Marx e ao marxismo. Destaca-se, por fim, um livro de sua autoria, *O Capital – Resumo Literal (Condensação dos Livros 1, 2 e 3)*, pu-

blicado pelas Edições Novos Rumos em 1990, onde nos oferece uma análise fiel – ou, como ele prefere, um resumo literal – dos três volumes da obra maior de Marx.

Afora os trabalhos publicados, a carreira do Prof. Bicalho está marcada pela constante e paciente dedicação ao ensino, atividades em que, com certeza, ele ofereceu o melhor de si, com uma generosidade e uma *aisance* inigualáveis, ainda que sem nunca ter vencido uma certa tensão antes de entrar em sala de aula. Além de docente competente, que preparava com muito gosto e cuidado suas matérias, o Prof. Bicalho sempre teve contato fácil e fértil com os alunos. Tendo herdado do Prof. Velloso um respeito quase religioso pela inteligência, o ilustre professor nunca deixou de estimular aqueles que o cercavam, nunca deixou de franquear sua biblioteca àqueles que o procuravam, nunca deixou de ter uma palavra para aqueles que o freqüentavam. Apaixonado por Marx e também, em menor grau, por Sartre (considera o Sartre da *Crítica* um complemento de Marx, isto no plano individual e existencial), aqueles que o tiveram como orientador nessas matérias nunca deixaram de reconhecer em seus conselhos ou sugestões uma direção segura, competente e estimulante. Desconfiado do tecnicismo e do rigorismo acadêmico, o Prof. Bicalho sempre se insurgiu contra aqueles que viam na exigência de tecnicidade, própria a certas tendências da Filosofia contemporânea, um fim em si mesmo e algo como a alma da Filosofia ou do filósofo. Contra eles, mostrava que a exigência de tecnicidade era um meio, importante, sem dúvida, na sua qualidade de instrumento de rigor e de precisão, e que a alma do filósofo não está nos livros mas, antes, dentro dele, exigindo a tarefa da Filosofia um espécie de conversão moral que o leva a engajar todo o seu ser contra os males e as injustiças deste mundo. Combatente do dilentantismo intelectual e da erudição livresca, sempre se voltou contra aqueles que cultivavam os estudos pelos estudos e viam-se cegados pelo (pseudo) brilho intelectual. Mostravalhes que de Sócrates a Platão, de Aristóteles a Marx, a Filosofia é inseparável da vida e da ação, particularmente da ação política, e que a busca da erudição pela erudição que os leva a "a catar piolho em Kant", como ele gosta de dizer, é no fundo estéril e nada tem que ver com o *pathos* do filósofo e a

alma da verdadeira filosofia, que exige horizontes mais largos e cimos mais elevados para alçar vôos mais altos e fecundos. Tudo isso fazia e faz sem dogmatismo, sem concessão fácil ao ativismo e ao militantismo, sem sacrificar o teórico e o especulativo próprio da Filosofia ao pragmático próprio da ação política. Tudo isso o Prof. Bicalho fazia com a generosidade que lhe é própria e com a cumplicidade de seus alunos, nunca exigindo deles a fidelidade servil de discípulos e contentando-se tão só por deixá-los livres, livres para pensar por si mesmos (para "ousar pensar", como dizia Kant), e isto por acreditar que a liberdade é a condição do pensar e que a Filosofia só frutifica ao ar livre. Esta é a razão por que, também nesse campo de suas atividades, a opinião unânime é que o Prof. Bicalho foi um mestre, uma unanimidade, ou quase... – como de resto ele o prefere, sem disfarçar sua desconfiança visceral a tudo que é unânime e uníssono, como no e sob o totalitarismo. Fruto dessas relações férteis e estimulantes com os alunos são as inúmeras dissertações de mestrado defendidas sob sua orientação, grande parte delas versando sobre diferentes aspectos da obra de Marx, que é sem dúvida o autor que ele mais admirou e a quem dedicou o melhor de si ao longo de sua vida.

NUNCA EXIGIU DOS ALUNOS A FIDELIDADE SERVIL DE DISCÍPULOS

O Prof. Luiz de Carvalho Bicalho integra essa classe de homens ilustres, hoje infelizmente cada vez mais raros em nossos meios, que conta mais como pessoa humana, por suas qualidades morais, do que propriamente como "intelectual", pelo volu-me do que publicou; em que o autor, a pessoa do autor, é simplesmente maior do que a obra; em que a importância do que é feito e do que se faz não se mede tanto pelos livros e artigos publicados, mas, antes, pela generosidade na sua relação com as pessoas, pela sua capacidade de nelas frutificar e pela exemplaridade de seu caráter e de seus testemunhos de vida. Isto não quer dizer, porém, que ele seja um santo, semideus ou herói, que deve-ríamos sempre cultuar e reverenciar; ele que sempre desconfiou das

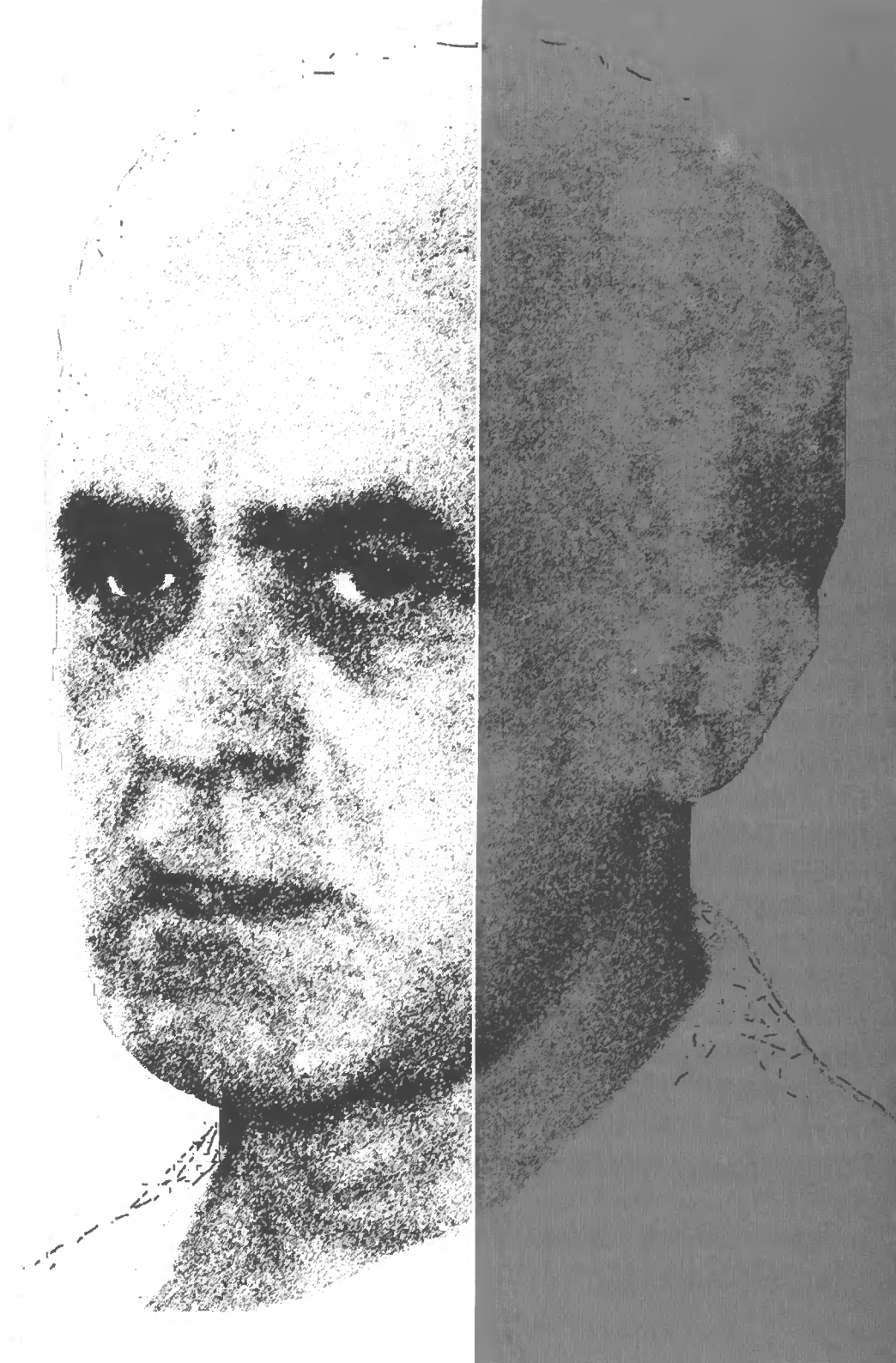
hagiografias, dos chefes infalíveis e dos guias geniais dos povos...

Mais do que ninguém é ele conhecedor dos seus defeitos e consciente de seus limites. Conhecidos de todos que o cercam são sua teimosia e seus *parti pris*. É extremamente duro consigo mesmo – o que explica em parte por que publicou relativamente pouco. É surpreendentemente mais tolerante com aqueles que dele divergem ou que se opõem, do que com os próprios amigos, com quem costuma ser mais exigente (o que os levou a criar a boutade de que "Bicalho é inimigo dos amigos e amigo dos inimigos"). É, como toda grande personalidade, rico em contradições, em ambivalências e em defeitos mais ou menos desculpáveis (afinal, as qualidades de caráter são também defeitos, um pouco como nos sugere Machado de Assis em *A Igreja do Diabo*, ao dizer que as franjas das virtudes são vícios e as franjas dos vícios são virtudes...). Dentre suas inúmeras qualidades morais há uma que sempre chamou minha atenção, assim como de Ivana, sua companheira, e dos amigos mais chegados aqui presentes: a sua capacidade de fazer amigos em todas as gerações, especialmente entre os jovens, pelos quais sempre se viu cercado nas suas longas e divertidas noites de boemia, pelos bares de Belo Horizonte, demonstrando a eles estes traços tão marcantes de sua personalidade que são a severidade, a lealdade e a generosidade.

Lúcido, reconhece que iniciou suas atividades docentes na Universidade relativamente tarde (com cerca de 40 anos de idade) e que teve pouco tempo para cuidar da sua carreira. Sabe que integra uma geração – a dos tempos heróicos – que não via na publicação a atividade por excelência da docência, mas no ensino, e que não tinha à disposição os meios de divulgação de que, bem ou mal, hoje dispomos. A isso acrescem as tragédias pessoais, que não foram poucas. Todavia, extremamente exigente consigo mesmo, o seu próprio caráter obstaculizou sua performance: sabidamente escreve bem, mas sempre relutou em publicar os resultados de seu estudos: a sua tese de Livre-Docência, que é uma obra de valor, ainda que inacabada, nunca foi publicada (quando interpelado, diz que "não é a tese que gostaria de ter feito"); algo cético com o destino da Universidade (o produtivismo), profundamente desconfiado do sucesso fácil (o arrivismo) e combatente sem descanso do narcisismo intelectual, o Prof. Bicalho sempre acredi-

tou que há coisas mais importantes na vida, do ponto de vista existencial e político. Não obstante, sempre acreditou nos valores mais caros à Academia, sempre teve o sentido da Instituição, sempre resistiu ao politicismo que a ameaça de dentro e de fora, sempre acreditou nas pessoas, sempre estimulou os colegas, sempre levou os alunos muito a sério... Daí o reco-nhecimento que de pronto o cercou, ainda que não o buscasse voluntariamente e fosse um tanto refratário a essa ordem de coisas.

Testemunho do inequívoco reconhecimento da comunidade universitária com respeito às suas atividades, foi homenageado pela Congregação da Fafich pela "relevante contribuição a esta casa", na seção solene comemorativa do cinquentário da Faculdade, em 20/4/89. Testemunho do claro reconhecimento da comunidade da UFMG quanto a sua atuação relevante em diferentes âmbitos da política acadêmica foi a homenagem que lhe foi prestada pela Apubh ao destinar uma placa ao "Bravo Companheiro Luiz Bicalho", quando ele se aposentou em 1988. Testemunho do amplo reconhecimento da comunidade de Belo Horizonte pelas atividades desenvolvidas pelo Prof. Bicalho nos diferente campos da educação, no ensino médio e na Universidade, é a medalha do mérito legislativo que lhe foi conferida pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 1991. Testemunho da excepcional relevância dos serviços prestados pelo Prof. Bicalho ao magistério e à pesquisa universitária é esta sessão solene da Egrégia Congregação da Fafich, que hoje lhe concede o título de Professor Emérito



MEMÓRIA 3

VALE SEMPRE TENTAR VIVER(*)

Luiz de Carvalho Bicalho
Professor Emérito do Departamento de Filosofia da Fafich/UFMG

(*) Título escolhido pelo Conselho Editorial; discurso proferido por ocasião da outorga do título de Professor Emérito, em 22/8/94, três semanas antes de seu falecimento.

A propósito deste título a mim atribuído, e mal comparando, ocorre-me de Sócrates em face da revelação do oráculo de Delfos, de que era o mais sábio dos homens. Não se considerava o mais sábio. Por outro lado, não podia duvidar dos deuses.

Pôs-se então a interpelar, nas praças de Atenas, que tanto amava, pessoas que se notabilizaram pelo que faziam. E a todos colocava a mesma pergunta, do tipo: "General, o senhor que já comandou muitas batalhas, diga-me: Que é a coragem?" E às respostas limitadas do General cumulava-o de perguntas, levando-o a perder-se em sua confusa ignorância. Retomou outras vezes o procedimento e concluiu que os *especialistas* sabiam fazer, mas não sabiam definir o que faziam. E concluiu que se os deuses o consideravam o mais sábio dos homens é porque sabia que não sabia.

Com isso deu novo rumo à Filosofia como crítica, diferentemente da metafísica anterior e, por sua postura, fez

dela um filosofia voltada para os homens.

Velho aprendiz de filósofo, não tive o mesmo destino. Procurei esta casa, seu curso de Filosofia, tentando sair de uma crise, a que os conhecimentos especiais vigentes não atendiam. Acresce que, de formação familiar católica, Deus, afinal, se revelava uma ausência.

As aulas do saudoso Mestre Velloso, o legítimo professor emérito desta Casa, sobre os pré-socráticos, eram uma revelação, e exerciam verdadeiro fascínio sobre seus poucos alunos que tínhamos optado pela Filosofia. A mim particularmente possibilitou conviver com a descrença na idéia de Deus e procurar o sentido da realidade humana.

O Curso de Filosofia, no entanto, não me satisfazia plenamente. Com professores em sua quase totalidade de formação escolástica em seminários católicos, deixava muito a desejar. Eram em sua maioria homens dedicados e cultivados, mas amadores em filosofia. E aquele humanismo em que o latim era a pedra de toque, de uma vaga espiritualidade, me parecia longe da realidade da vida, quase um ornato. Sentia-me a meio caminho, insatisfeito com uma filosofia que mesmo precariamente só chegava a Kant, pouco rigorosa, inatual.

Em suma, a Escola não me comovia. O que me comovia era o que se passava na Europa ensangüentada, em plena Segunda Guerra Mundial. Passei a viver a política intensamente. Presidente do Diretório Acadêmico, eleito 1° Vice-Presidente da UNE, tendo presidido seu Congresso Nacional de julho de 1944 – de apoio ao corpo expedicionário e, ao mesmo tempo, de crítica à ditadura estadonovista, de corte fascista – o que acabou prevalecendo foi a opção de lutar por um mundo novo que entrevia sobretudo na Batalha de Stalingrado.

Paradoxalmente, a Filosofia que me *salvara* da crise da descrença e da falta de sentido da vida, levava-me a um ceticismo em relação a suas possibilidades. O que se colocava agora a mim era a imperiosa necessidade de uma opção partidária. Não pretendia fazer política tradicional. Não me podia atrair então um PSD que conluiara com o Estado Novo; ou o "queremismo" atrelado ao caudilhismo de Vargas, expressão do PTB; e nem o liberalismo conservador infenso ao problema social, que a UDN representava. Não via outra alternativa, capitulei, ingressei no Partido Comunista, apesar

da resistência anterior ao marxismo simplificador de Stalin e ao assustador conceito de ditadura do proletariado.

Foi uma opção política, não filosófica. Com isso, renunciava a tudo que antes tentara ser. Era uma postura niilista, quase uma religião laica, conseqüência da decepção filosófica.

Violentando-me, era pessoa dividida, de certo modo contrafeita. Salvava-me a atividade praticista – exercida freqüentemente com extremo sacrifício pessoal – e a aceitação, pelo menos exterior, de tudo o que vinha do centro diretor. O próprio *Relatório Kruschev*, que denunciava os "crimes de Stalin", não me abalara a ponto de me afastar do partido. Postos de lado traços pessoais nada louváveis de Stalin, o sistema possibilitava aquilo. Não éramos inocentes, o relatório era um desabafo pessoal. A transformação de Stalin simplesmente num monstro sangüinário que, através da panacéia do "culto à personalidade" responsabilizava-o exclusivamente por tudo o que acontecia na União Soviética, ocultava o caráter endógeno dos males de sua sociedade. Era uma explicação, mas não desvelava a realidade, ao contrário, a ocultava. Stalin era realmente um monstro? Por que aconteceu aquilo? Essas questões ficavam sem solução.

Se o problema é geral, os móveis (ou móvel) que o provocaram devem também ser gerais. Na verdade, Stalin era expressão da sociedade soviética e da sociedade comunista mundial; do tipo do homem comunista do segundo quartel do século XX. Era preciso que esse homem se enfrentasse. Estava em condições de fazê-lo?

Logo depois do 8º Congresso do PCUS, onde foi apresentado o *Relatório Kruschev*, Togliatti pôs o dedo na ferida. Falou em germes de degenerescência na sociedade soviética. Mas acomodou-se, não prosseguiu. E os comunistas, principalmente os soviéticos, continuávamos incapazes de encarar a realidade. Essa cegueira prosseguia e seu desenvolvimento só poderia resultar no desmoronamento posterior do chamado "socialismo real". Esperava-se uma análise aprofundada da situação pelo PCUS e ela não vinha. Sentia-me logrado, culpado, humilhado politicamente. Entendi então que o certo era lutar contra aquilo que considerava, de certo modo, uma paranóia generalizada. Esforcei-me, lutei mesmo, nesse sentido. E

prosseguia no partido.

Foi preciso um drama pessoal, uma perda dolorosa, para que eu me enfrentasse. Esse drama tinha, sim, aspectos políticos ideológicos e sobretudo humanos. Mas era uma responsabilidade minha, não do partido. Neste ingressei por livre opção e assim permaneci. À imensa perda acrescia um sentimento de fracasso pessoal e humilhação. Sem ressentimentos, afastei-me do partido. O momento exigia uma reflexão impossível sem esse distanciamento.

De início, minha posição era de ceticismo em relação àquele marxismo que se professava no movimento comunista, algo como uma anti-filosofia: uma visão mutilada da realidade, onde o lado humano era completamente anulado, reduzidos os comunistas a máquinas de cumprir. Stalin era um cético em relação aos homens, não confiando em sua liberdade. E eu estava cético em relação ao ceticismo stalinista.

A essa época ingressei no magistério. E a Filosofia, que me *salvara* inicialmente em uma crise, revelando-se posteriormente impotente em face da realidade, voltava a *salvar-me*. As luminosas análises da realidade soviética e do movimento comunista mundial por Sartre, em *Questão de Método*, marcaram-me intensamente e reconciliaram-me pelo menos em parte com meu passado imediato. Pus-me a estudá-lo e paralelamente redescobria um Marx até então ofuscado pela interpretação soviética.

Permitam-me citar trecho de Sartre, no caso particularmente esclarecedor:

"Desde o momento em que a URSS, encurralada, solitária, empreendia seu esforço gigantesco de industrialização, o marxismo não poderia deixar de sofrer o contragolpe dessas novas lutas, de suas necessidades práticas e dos erros que quase sempre acarretam. Nesse período de recolhimento (para a URSS) e de refluxo (para os proletariados revolucionários), a própria ideologia é subordinada a uma dupla exigência: a segurança – isto é, a unidade – e a construção na URSS do socialismo. O pensamento concreto deve nascer da prática e para ela se voltar, a fim de esclarecê-la: não ao acaso e sem regras, mas – como em todas as ciências e técnicas – em conformidades com princípios. Ora, os dirigentes do partido, obstinados em impelir a integração do grupo até o fim, temeram que o livre devir da verdade, com todas as discussões e conflitos que comporta, quebrasse a unidade de combate. Reservaram-se o direito de definir a linha e de interpretar o acontecimento. Além disso, temerosos de que a experiência trouxesse seus próprios ensi-

namentos, que colocasse em discussão algumas de suas lógicas, consideraram a doutrina fora de sua alçada. (...) Após ter-nos atraído a si como a lua atrai as marés, após ter transformado todas as nossas idéias, após ter liquidado em nós as categorias de pensamento burguês, o marxismo bruscamente nos abandonou. Não satisfazia nossa necessidade de compreender. Na situação particular em que nos encontrávamos, nada de novo tinha para nos ensinar, porque parara."

PREOCUPAVAM-ME AS DEFORMAÇÕES DO MOVIMENTO COMUNISTA MUNDIAL

O que me preocupava era a aceitação unânime daquelas deformações no movimento comunista mundial. O dirigente efetivo do então Partido Comunista do Brasil em seu Congresso de novembro de 1954, na presença de delegados estrangeiros, afirmava orgulhosamente ser o seu Partido o mais stalinista das Américas.

As deformações na União Soviética e no movimento comunista mundial tiveram causas históricas, econômicas, sociais, políticas, psíquicas e filosóficas. Quero deter-me nas últimas, não só porque são as que me tocam nesta emergência, como também porque são habitualmente ignoradas e, menos ainda, considerada sua influência.

A grande contribuição de Marx foi a de basear-se no homem em sociedade. Como ele próprio o diz, a de colocar a dialética em sua posição natural, isto é, sobre os pés. A dialética não é algo inamovível, lei eterna que rege coisas e homens, mas modo de ser do homem em determinada configuração. Mas essa inversão pôde também ser interpretada como uma inversão estrita da dialética hegeliana. A dialética já não é a forma de ser do espírito, mas da matéria, de onde tudo provém. Quanto ao homem, dotado de cons-ciência, fica reservado o papel de espectador passivo do movimento inexorável da matéria. O que há são coisas, que se desenvolvem dialeticamente. O homem não conta, é um epifenômeno. Mas isso não é dialética, que é totalização e, sim, parcialização, interpretação, hipostasiação.

Nesse clima, portanto, idealista, metafísico, contrafação materialista do idealismo metafísico, é que se moveu o

partido. Nada podia fazer, acabava tudo podendo fazer. Munido de esquemas mecânicos, simples, e ao mesmo tempo, das imensas possibilidades de agir em terra arrasada – já que os homens eram coisas –, passou a ditar normas aos homens sobre o próprio homem. As relações vigentes entre os homens passam, por decreto, a ser relações mecânicas entre coisas. O homem livremente elimina sua própria liberdade, a dialética desaparece, estranho determinismo passa a regular a sociedade dos homens. Algo que se poderia chamar de determinismo dialético, por mais estranha que possa parecer essa associação. Um determinismo de fato, que se interpreta de fora através de esquemas dialéticos. O conteúdo é determinista, já que ao se eliminar a interiorização se elimina também a possibilidade da negação e, portanto, a própria contradição. Nesse vazio só poderá então prevalecer o que vem de fora, através dos esquemas dialéticos que justificam tudo o que se quiser. Trata-se de um determinismo consentido, de um *idealismo voluntarista*, como caracterizou Lukács, de uma dialética sem contradição, isto é, de uma antidialética. E como a verdade vem de fora, como a verdade são os outros, por uma fuga permanente à própria consciência, um empurrar sucessivo acaba estourando em Stalin, o outro supremo, o árbitro, a lei, o "guia, mestre e pai".

O que marca então a sociedade comunista mundial e particularmente a sociedade soviética é uma visão coisificada do homem. A matéria é a realidade primária, absoluta. Do seu evolver surge um ser dotado de consciência. Mas esta se restringe a espelhar a realidade movente. A verdade é o reflexo desta consciência. Esses reflexos são sempre particulares, já que toda situação é particular. Estaremos mais próximos da verdade quanto mais estivermos em situação de somar particularidades cada vez mais amplas. Ora, a Revolução colocou no poder um novo partido. Este não é apenas um órgão político em sentido estrito. É ainda o depositário da doutrina, o grande hermeneuta, a congregação dos iniciados. E se caracteriza por uma organização altamente centralizada. O organismo que está por baixo, não podendo ter uma visão da totalidade, transfere essa possibilidade ao órgão imediatamente superior. Por cadeia se chega ao órgão supremo. E

dentro deste verá melhor aquele que centraliza a direção, que está em permanente contato com todos, o primeiro secretário (ou presidente) do partido, a quem cabem as iniciativas e as decisões finais.

E como em pleno reino da alteridade o interior é passível de desconfiança, o inimigo está em nós, só o que vem de fora está certo, o partido, isto é, Stalin, tem sempre razão. O comunista é uma máquina de cumprir. Toda sociedade comunista se preparou pacientemente para a aceitação. Não há mais confronto, não há mais dialética, do arbitrário determinismo saltamos ao mais arbitrário voluntarismo.

Nessa sociedade de visão coisificada o homem procura então imitar as coisas. Não sendo coisa e, sim, livre, só lhe resta uma saída: imitar a coisa, mesmo violentando-se. O padrão humano comunista torna-se um tipo humano desencarnado, algo da figura tradicional do puritano protestante, máquina de acertar. Nenhuma vaidade, nenhum orgulho, nenhuma pequenês, nenhuma generosidade. Não há criação. Quando é herói, é *obrigado* a ser herói. Seus propósitos são de herói, sua conduta é de herói, mas ele não é herói. Não tem aquela aura de generosidade, espontaneidade e simpatia que caracterizam o herói, mas um herói determinista, matemático, um *herói antipático*.

Disso decorre um fato freqüente na literatura comunista. Quando um escritor comunista pinta o mundo burguês, seus tipos têm vida, têm *alma*. Mesmo caricaturados, têm *alma*. O herói comunista, o padrão humano, aquele que deveria ser mais carregado de humanidade, é um tipo vazio, uma sombra, *não existe*. Interpretou-se isso como pobreza do romancista comunista, ou pobreza circunstancial, tolhido em conseqüência do constrangimento de criar dentro de determinado padrão estético, no caso o "realismo socialista". E isso tem sua verdade. Mas o importante não é o maior ou menor talento criador de romancista, e nem seu tolhimento. Homem comunista, a visão do mundo em que ele se expressa é que é coisificadora. Seu modelo age como coisa, já que imita a coisa. Neste momento ocorrem-me os heróis comunistas de *Os Subterrâneos da Liberdade*. E ninguém poderá negar o talento criador de Jorge Amado. Assim, a dialética da natureza, uma forma de determinismo,

passou por decreto a vigorar entre os homens, o homem é rigorosamente determinado. Agirá sempre desse modo, procurará sempre agir desse modo, de acordo com regulações inevitáveis, ditadas pelo partido ou por Stalin.

Mas essa determinação se chocará com algo também inevitável. Como a interioridade é errada, algo vergonhoso, será um homem dividido. Só isso poderá explicar a convivência com os "crimes" de Stalin. A rigor não foram crimes, a interioridade é que era criminosa, já que somos pura exterioridade. As próprias vítimas dos processos de 1936/38 o sabiam. O movimento comunista foi-se afastando de seu móvel humano, passou-se a lutar por uma causa e não pelos homens.

(Essa análise foi extraída de trabalho que escrevi no final da década de sessenta, com minhas conclusões sobre o pensamento stalinista no movimento comunista mundial e sua aceitação unânime. Não me preocupei em publicá-la, por motivos óbvios: entre outros, porque poderia servir à ditadura militar.)

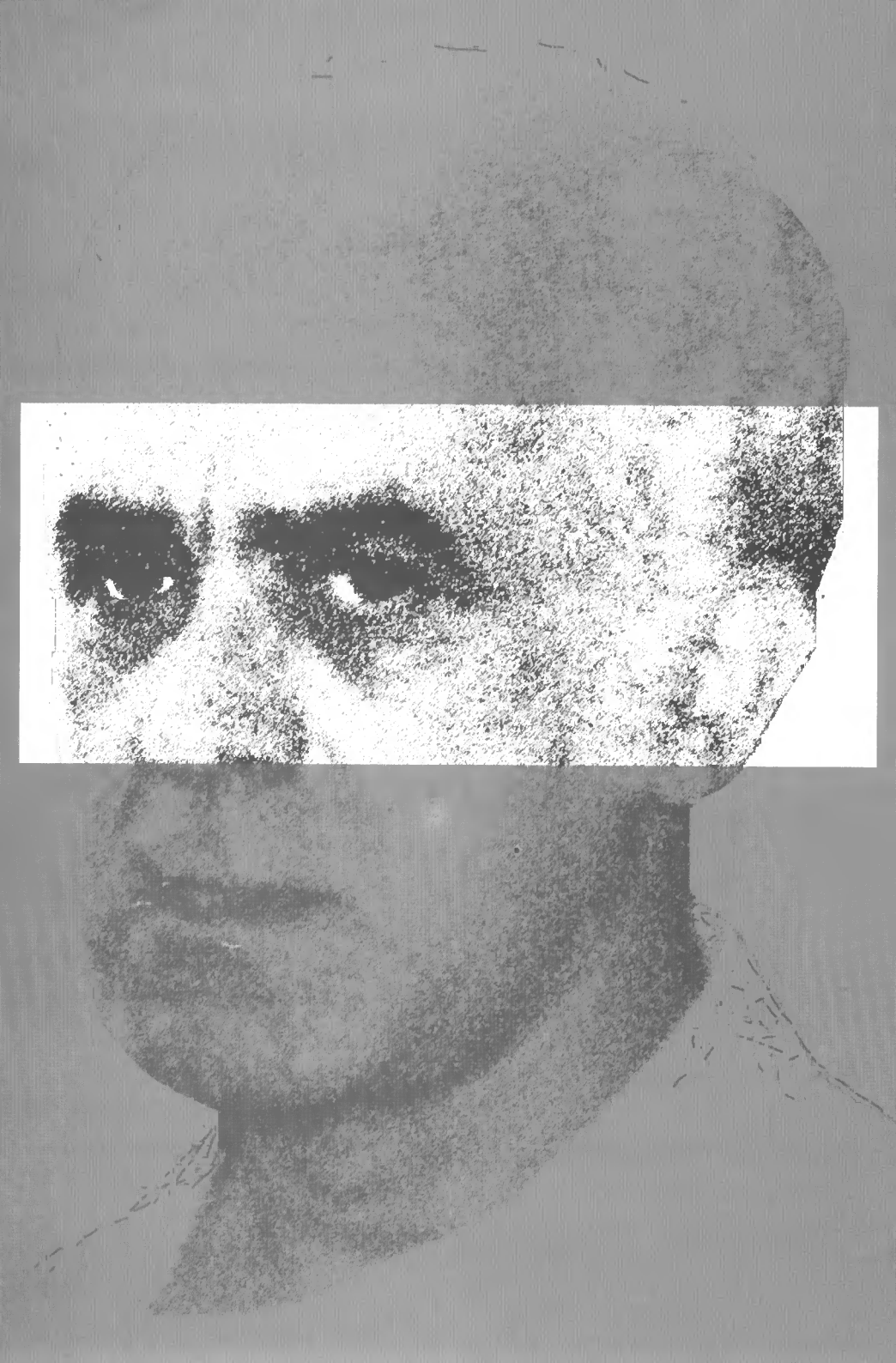
Hoje estamos diante do desmoronamento da União Soviética. Pelo que expus, ele não me poderia surpreender exageradamente. Não foi o pensamento de Marx que se esboroou com a "queda do muro", mas aquele que vigorava na União Soviética. E não estou recorrendo ao chamado "jovem Marx", mas ao Marx maduro de *O Capital.* É este que sustenta ser o econômico a produção e a reprodução da vida, que requer o atendimento às necessidades espirituais, ou da fantasia, como diz literalmente, descartando assim o economicismo; que, diferentemente dos animais, o homem antecipa na consciência o que vai fazer, refutando o conhecimento com reflexo; ainda, a sugestiva adoção da colocação de Vico – a história do homem difere da história da natureza em que fizemos aquela e não esta; finalmente, ao afirmar que as leis econômicas são leis tendenciais, está negando o caráter inexorável dessas leis. São apenas algumas pistas, mas suficientes para mostrar que estamos longe do Marx soviético.

O leninismo, que inspirou a Revolução de Outubro, inegavelmente o acontecimento mais marcante do século XX, teve como continuador o stalinismo, e não se suportou. Explicável naquela conjuntura, Gramsci já o rechaçava como solução global para o Ocidente. Só para o Ocidente? não podemos esquecer-nos da

réplica de Rosa Luxemburgo a Lenin quando este, sustentando a necessidade da ditadura de um grupo para promover a mudança social: "Mas, então, adeus ao socialismo."

Não me arrependo de minha militância no Partido Comunista. Nele conheci um esquerdismo concreto, que não se restringe a uma simpatia verbal pelos oprimidos, mas, apesar dos equívocos, por eles lutava efetivamente. O que tenho dificuldade em compreender é a persistência das seqüelas do stalinismo, ou do espírito de seita, do pretenso monopólio do pensamento e da verdade, de uma esquerda voltada para si mesma, esquecendo-se que o interesse geral prevalece sobre os interesses paroquiais, particulares. E que a luta pelo geral promove cada vez mais a aproximação do particular com o geral. No mais, o sistema capitalista já demonstrou sua incapacidade para resolver o problema da pobreza mundial e o socialismo persiste sua única crítica pertinente, não apenas sobre o aspecto estritamente econômico, mas também o único instrumento efetivo para liquidar esta dicotomia: de um lado, os "homens por direito divino", de que falava Sartre; do outro, a subespécie humana, seus serviçais.

Para concluir: o Departamento de Filosofia e a Congregação desta Casa generosa me atribuíram o título de Professor Emérito. Voltando ao dilema de Sócrates, não posso deixar de aceitá-lo. Agradeço de coração. Mas com uma vida de tantos percalços, tantos desencontros, tantos tateios à procura de luz, que vocês, meus amigos, me perdoem; continuo duvidando. Resta-me um conso-



MEMÓRIA 4

NÃO MORRERÁ DE TODO

Clara Grimaldi Eleazaro
Professora Adjunta aposentada da Faculdade de Letras da UFMG

NON OMNIS MORIAR
Horácio, Odes III, 30

Armazenadas na memória, as lembranças têm aspectos singulares, porque não são obrigatoriamente sintonizadas com os fatos de que derivam, nem são obrigatoriamente tristes ou fúnebres quando geradas da morte.

As lembranças não se submetem tampouco a uma seqüência cronológica; rebobinadas na máquina do tempo, afloram erráticas, sutis, ainda que marcantes e indeléveis.

O preâmbulo se justifica quando falo de Luiz Bicalho, mais ainda, quando tento resgatar as lembranças de nosso amigo – irmão – companheiro de tantos e tantos anos.

Não é uma fala em que imperam a razão, a ordem, a análise. Relego a lembrança do homem político, do mestre, do orientador, mesmo porque seria uma repetição do já proferido. Esta é tão somente uma fala

do coração, é a fala da lembrança do Luiz, que não morrerá de todo, enquanto habitar a nossa memória.

E assim, como prosseguir?

Se alguém, afeito a detalhes, com voz macia e pausada se comprazer em desfiar histórias de gente e fatos da cidade, se esse alguém questionar por que se alterou algum ponto da versão, por mais pequenino que seja, isto nos lembrará Luiz.

Se o filho de algum amigo fôr induzido por palavras sedutoras a torcer veementemente pelo América, a ponto de levar toda a família para rodadas duplas no Mineirão, isto nos lembrará Luiz.

Se alguém se sentar a uma mesa de buraco e jogar sempre de forma solene e seríssima – e não raras vezes extremamente ranzinza; se alguém, após múltiplas partidas, se propuser a outras tantas, isto nos lembrará Luiz.

Se, ao passar pelas floras, se avistarem magníficos vasos com bico-de-papagaio, se se puderem combinar bem cuidadas plantas com o trinado melodioso de canários, isto nos lembrará Luiz.

Se, indo ao Rio de Janeiro, alguém preterir a violência capaz de denegri-lo para enfatizar somente a beleza que o define, se alguém se mostrar disposto a ficar horas nas lojas de discos da Barata Ribeiro e depois sentar-se prazerosamente nos bares da praia, isto nos lembrará Luiz.

Se alguém for cordial e generoso com os nossos filhos que, decorrente de longo convívio, não poderão estabelecer qualquer diferença entre o amigo e o parente próximo, isto nos lembrará Luiz.

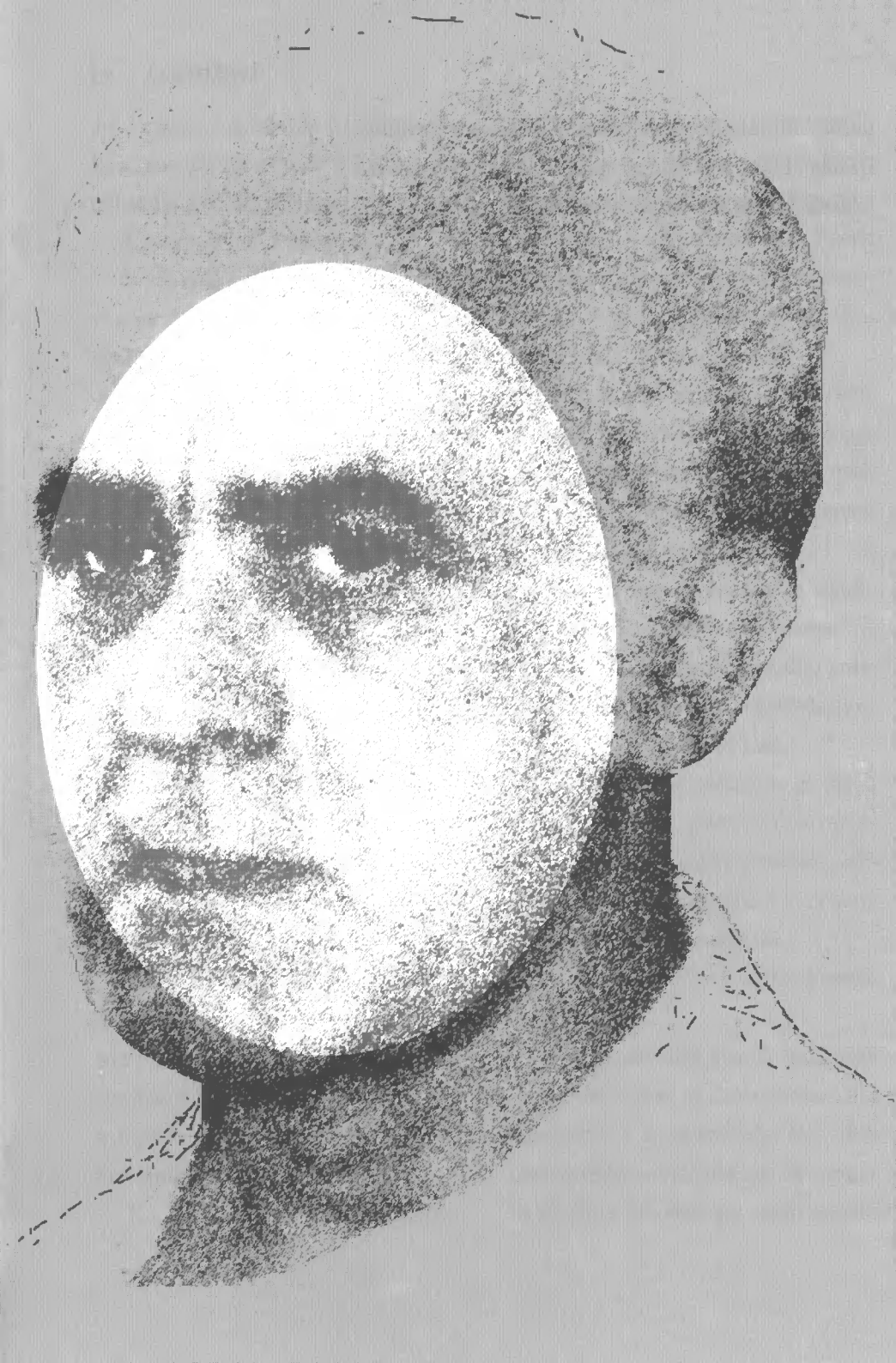
Se algum dia, com voz marota, alguém nos chamar de "*Mamma Santissima*" e, não obstante o refinado e erudito gosto musical, nos propuser ouvir Modugno e Endrigo, isto nos lembrará Luiz.

Se, apesar dos percalços da caminhada, alguém puder mostrar-se otimista, alguém puder, sobretudo, afirmar que viver é bom, que a vida compensa, isto nos lembrará Luiz.

A vida prossegue e as lembranças se acentuam.

Amigos da velha guarda nem precisarão mencionar os fatos triviais que alicerçaram a longa amizade. Nos silêncios da roda, nos olhares que se cruzam, na tentativa de continuar como se nada

tenha sido abalado, insere-se a presença de Luiz Bicalho. E enquanto isto acontecer, imaginaremos ouvi-lo dizer: *non omnis moriar* – não morrerei de todo.



MEMÓRIA 5

UM MINEIRO COM O SENTIMENTO DO MUNDO

Benito Barreto
Escritor

Era o ano de 1947.

Acabava o Partido de ver-se devolvido, por decreto, à clandestinidade e eu ainda não fora aceito nas suas fileiras mas já tomava parte na campanha que então por todo o país se fazia, contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas – logo consumada – quando me vi no centro de um confronto de rua em plena Praça Sete, em Belo Horizonte.

Bando de fascistas súbito irrompera ou formara-se ali, não me lembro mais, e avançara decidido a impedir a panfletagem que fazíamos eu e uma estudante de nome Eunice, a "coreana". Armados de paus e pedras, intentavam nada menos que cassar-nos a palavra e escorraçar-nos da Praça, tendo eu que defender-me de arma na mão para não ser, talvez, linchado.

O incidente deu cavalaria e corre-corre com pancadaria; ao fim, porém, salvaram-se todos, eu incluso, que não morri nem matei mas a imprensa faria disso um escândalo nacional: tentativa de barricada comu-

nista no centro de Belo Horizonte – diria um certo jornal; bolchevista armado investe contra o povo na capital mineira – alardeava outro... e como por aquele tempo e a despeito do que vivia, o Partido ainda alimentasse ilusões democráticas – nossa palavra de ordem consistia, então, em exigir a renúncia de Dutra e a defesa da Constituição por seu governo violentada – a minha conduta não mereceu o aplauso da direção. Ao contrário, chegou-se mesmo a suspeitar e a indagar se não seria eu, recém-vindo às fileiras e assim tão afoito, um agente provocador a serviço do inimigo... e assim estavam as coisas quando, na sede do *Jornal do Povo*, à Rua Mato Grosso com Bias Fortes, no Barro Preto, fui levado à presença de dois dirigentes do Comitê Metropolitano do Partido – Orlando Bonfim Jr., que a ditadura militar assassinaria debaixo de torturas, e Luiz Bicalho, o amigo que agora perdemos:

– Bem, falou o Bicalho, após a reconstituição do fato: a atual linha política do Partido não tem nada a ver com isso que você fez, camarada, e ela precisa ser cumprida e praticada sob pena de ficarmos isolados, este é um lado da questão; o outro está em que, para fazê-la cumprir, a gente precisa estar vivo e inteiro, e nisso você tem razão... Daí, sabe, Orlando? eu acho que o camarada Benito agiu com acerto embora com alguma precipitação e arrojo que correm por conta da sua idade; pra mim isso é tudo, sabe Orlando? – concluiu.

– Claro, claro – disse este, que eu já conhecia e com quem, dias depois, nos veríamos cercados pelo mesmo bando, na sede do jornal.

Me puseram a mão no ombro, com amizade, e os dois já se iam quando o Luiz voltou-se:

– Você já fez 18 anos, Benito?

– Vou fazer.

Ele sorriu, me olhou – olha, você não me repita mais isso! – ameaçou, fechando a cara – a não ser que venha a ser necessário novamente – emendou baixando a voz e rindo, a apertar os olhos com malícia – Mas cuide-se, hein! Se cuide.

Assim foi quando o vi pela primeira vez e como o conheci, nos idos de 1947, há cerca de 50 anos.

Que longos e acidentados se sucederiam para nós ambos, a partir daí, na

militância, dentro do Partido como no plano pessoal. Tempos que seriam, para mim, de duro aprendizado e tenebrosos para ele, posto que nas suas dobras lhe reservavam, à sombra ou na moita escondidos como numa tocaia obstinada, dias de dor e de desespero como poucos nesta vida conheceram.

Entretanto, eu só tornaria a vê-lo uns quatro anos mais tarde, de volta da Bahia, que me devolvia a Minas com 40 quilos, subnutrido e descarnado, meio morto e tuberculoso, quase.

Foi isso pelos primeiros anos da década de 50.

A essa altura ele comandava, em Minas, a campanha do Partido contra o envio de tropas do Brasil para a Coréia.

– Estou sabendo que você volta doente, é... a Bahia chupou você, mandamos pra lá um rapaz robusto e ela nos devolve um cabra feio, magro e feio – ele caçoou, logo, porém, carinhosamente me dizendo que o Partido ia cuidar de mim; o Marco Antônio está olhando isso (Marco Antônio Tavares Coelho, hoje em São Paulo: 100 dias de tortura em mãos do Doi Codi, o único da direção a escapar com vida das garras da ditadura), um lugar onde você possa fazer repouso e comer, comer boa carne e tomar sol; mas enquanto isso não se resolve, você vai fazer para a campanha um programa de rádio.

– De rádio? eu! e quem disse pra você que eu entendo disso? Eu nunca entrei numa rádio, olha...

– Vai ter que entrar.

– Não faço a menor idéia, não entendo como é e nem como se faz...

– A sua tarefa será entender...

Levou-me até seu apartamento, precisávamos de um tema musical para a teatralização a fazer e que logo estaria no ar, diariamente e por um mês, se bem me lembro. Foi quando conheci sua primeira e bela mulher, Terezinha Tavares.

Optamos pela "1812", de Tchaikowsky e por essa ocasião, sabendo ele que eu fazia ou já fizera versos, deu-me a ler em alentado volume que não lhe devolvi e ainda guardo, como lembrança sua, as Obras Completas do poeta Maiakowsky.

Entrementes, a situação agravava-se: aumentava, dia a dia, a repressão e as dificuldades e sucediam-se entre nós prisões e baixas.

Isolado e posto contra a parede, o Partido reagia, aqui e ali, tentando dar

troco pelos golpes que recebia. E assim foi como, por aqueles, num choque com a Polícia na esquina de Afonso Pena com Bahia, viria a cair morto um guarda numa troca de tiros com os comunistas.

Pode-se imaginar o que foi esse momento, aquela noite e a repressão feroz que a isso se seguiria. Dispersamo-nos ante o poder de fogo e a esmagadora superioridade do inimigo: na fuga, porém, o encontrei com mais dois camaradas, no Parque Municipal. Luiz me olhou com espanto, dado que eu fora excluído da ação, por doente. Entretanto, não havia tempo para considerações nem reprimendas:

– Vamos lá, vamos voltar – propôs. Esses filhos da puta não vão cantar de donos da rua, vamos!

Coube a mim dissuadi-lo:

– Será loucura, Luiz; sozinhos e desarmados, vão massacrar a gente, e você será o primeiro.

Ainda se ouviam lá em cima os tiros, o tropel das botas da polícia na caçada aos militantes. Meu ponto de vista prevalecera, o impusemos por maioria. Separamo-nos. Eu ficaria na moita, no Parque, aquela noite e por mais dois dias, até ser achado e ser metido num "aparelho" do Partido, de onde seria mandado a refazer-me para a Fazenda Casa Branca, dos Anjos Botelho, em Goiás. Voltaria meses depois, para retomar a luta e conhecer a Irá, minha mulher.

Ele passara, no entanto, desde aquela noite, ao trabalho ilegal, a viver e circular pelos "aparelhos" do Partido, num dos quais eu viria a encontrá-lo pela quarta vez.

Nome de guerra, a barba crescida, os olhos brilhando de ardor cívico e paixão revolucionária, me chamava ali – disse – para uma conversa de partido e, ao mesmo tempo, de homem para homem; uma conversa, cujo tema se inseria no humanismo do Partido ao mesmo em que tinha, também, muito de pessoal e que, por tudo isso, tanto eu podia receber bem, como ele queria e esperava quanto, ao contrário, não lhe achar sentido e receber mal: a Irá...

– Como?! – eu estranhei.

– Você está de namoro com essa nossa camarada...

– Sim, estou. E daí?

– A Irá é moça que eu conheço desde menina, sabe Benito? Veio recentemente para o Partido, isso para ela é um salto,

um ato de coragem e decisão que ela tomou brigando com a família, quase rompendo; ela tem uma estória de vida de muita sensibilidade e sentimento e eu queria que nada a machucasse por aqui, que ela não se decepcionasse com a gente; acho que era isso que eu queria te dizer...

– Eu continuo não te entendendo bem, Luiz...!

– Queria que você não a machucasse, é isso, para ser mais claro, porque eu também sou homem e já fui rapaz, eu sei como nós somos na sua idade e como, mesmo entre nós, podemos ser levianos... – e olhando nos meus olhos com firmeza e até com atrevimento, me convidava a amar Irá ou deixá-la seguir sem atropelo o seu caminho na vida e nas fileiras do Partido. Fazia isso por conta própria – frisou, mas refletindo, com certeza, o melhor que se podia esperar de nós.

– Felizmente vai ser fácil te atender – eu disse, assim que passada, como um relâmpago, certa reação de mal-estar – e atender também ao Partido, se é que ele se interessa, de fato, por isso; e vai ser fácil porque eu amo a Irá mais do que vocês a poderiam amar, bem mais. Fica pois tranqüilo e muito obrigado, camarada. Mas deixa comigo.

* * *

Este, nesses poucos e isolados gestos que, todavia, já lhe delineiam o perfil, o homem que foi Luiz Bicalho. Ou o homem que nele eu vi. Amigo e companheiro, um homem de honra, de elegância e dignidade.

BICALHO VIVEU A DOR E O SOFRIMENTO A QUE OS GREGOS CHAMARAM TRAGÉDIA

Contudo, o destino, na tocaia, o esperava nos anos a seguir. Anos de dor e derrota de irreparáveis perdas.

Com a morte de Stalin, em 53 e a denúncia do stalinismo por Kruschev, em 56, ele perderia a pedra de toque do ideal revolucionário, que era, para todos nós, a intangibilidade e pureza da União Soviética; logo depois, numa sucessão sinistra e dolorosa, Terezinha, sua jovem mulher e companheira, apagava-se e súbito partia em circunstâncias dramáticas; ele se transfere para Brasília e aí seu filho

caçula também morre, amassado no asfalto, debaixo de uma carreta; volta para Belo Horizonte e aqui perde Arthur, o segundo filho, de maneira mais dramática e brutal, com o que pode-se dizer que, dada a acumulação das perdas e das suas quantidades, ele atinge a suprema desventura: arrasta-se no fundo do poço, naquele nível ou intensidade da dor e do sofrimento a que os gregos chamaram de tragédia.

A causa na qual empenhara a própria vida e a dos seus achava-se mortalmente atingida e aviltada: mostrava-lhe um rosto que ele não podia admitir nem aceitar – deformado, sujo, doente de doença de morte e enquanto em suas mãos despedaçava-se a família negligenciada por causa desta Revolução e desse mesmo Socialismo que agora, enlameados, resultavam em nada!

Assoma-lhe então e o toma e prostra, o abate um sentimento de frustração e culpa que ameaça levá-lo à loucura.

Estivemos do seu lado, eu e Irá, minha mulher e sua amiga, em todos esses lances dolorosos.

Em Brasília os seus gemidos chegariam ao urro lancinante do animal ferido, por ocasião da morte daquele filho, e ele andou de quatro e comeu terra no desespero sem remédio da sua dor. Saía, às vezes, na noite de Belo Horizonte como aquele Julien Sorel, de Sthendal, em *O Vermelho e o Negro* – louco de amor e mágoa a tudo desafiando, buscando os riscos e os perigos de eventual confronto ou briga a fim de desaguar na violência física seu desespero de coração, o desconforto de sua alma.

E, todavia, sem poder pôr em tudo isso o ponto final de um balaço! – queixou-se comigo, certa vez, citando Maiakowsky, que fez o verso a assim pôs termo à vida – por que isso seria para ele uma solução, agravaria mais a dor e aumentaria o prejuízo e as perdas para o que lhe ficara da família.

Sobreviveu, no entanto. Mais: achou ânimo e força para reconstruir a casa e a família; gerou mais filhos; achou a Ivana; voltou à Universidade; tomou uma cadeira, reencontrou-se com a Filosofia, ensinou e formou gerações e gerações de jovens nos quais há de ter deixado muito do seu humanismo "de experiência feito", como diria o Camões, aquele que se afunda e fermenta no coração dos homens que trazem na pele o sentimento do mundo.

Porque essa coisa indefinível que, no entanto, existe – o sentimento do mundo, estava nele. Não o deixava nunca.

À mesa jogando buraco, seu passatempo, em geral na casa dos amigos Clara e Daniel, e nessas ocasiões sério e severo como se apostasse a vida nas cartas, ou num bar, o copo na mão; numa esquina, outrora, à espera do choque com a polícia; numa reunião de Partido ou diante de qualquer lugar comum da vida, tais como as manifestações do belo, da injustiça, diante de um crime, do feio ou da beleza da mulher, enfim, num lugar qualquer onde estivesse e nele se tocasse com a palavra, o gesto, um problema – sua resposta ou reação não era nunca menor nem tola ou turva, subalterna nem mesquinha; isso não, jamais.

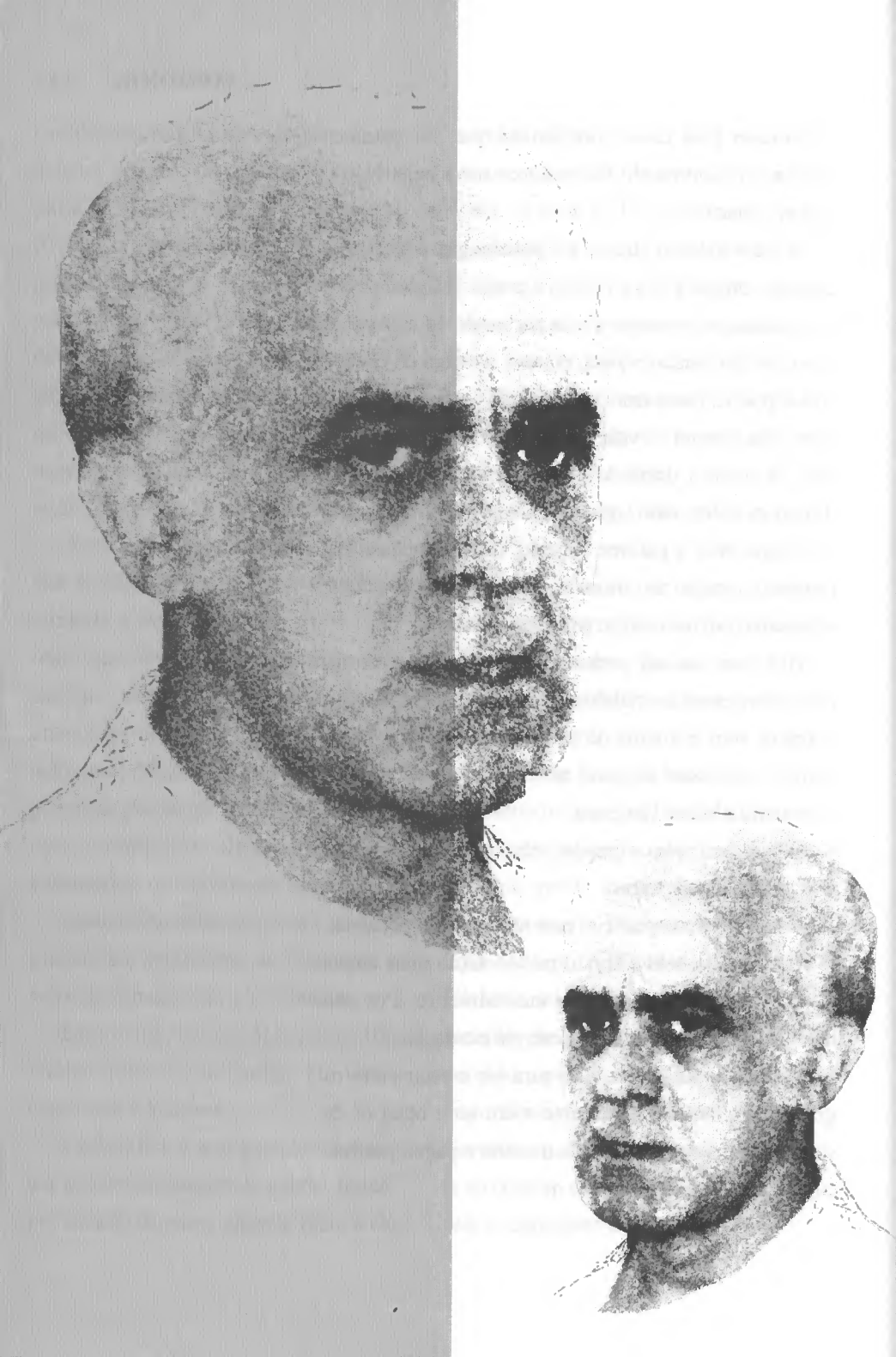
Hoje com saudade pensando nele o associo e o comparo com esses carrilhões que parecem guardar no dobre os sons e a alma do tempo e que por isso soam grande, não falam pequeno nem sabem cochichar. Foi algo assim o nosso Professor.

Ressoavam nele os grandes temas, as causas grandes e os grandes sentimentos.

Foi amigo e companheiro para não se esquecer jamais.

Um homem belo e bonito na conotação mais ampla e viril da palavra. Física e mentalmente. Por sua inteligência e cultura. Por sua energia e coração.

Com tudo isso tinha tudo para ser e estar entre os grandes do Sistema, mas, como soem ser e optar os de sua linhagem, escolheu a luta, o sonho e pagou por isso com sua vida.



BICALHO, O PROFESSOR

Délcio Vieira Salomon
Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia – Fafich/UFMG

No dia 22 de agosto último a Fafich se engalanou exultante para conferir a Luiz de Carvalho Bicalho o título de Professor Emérito. Comemoramos o evento porque Bicalho merecia a honra – nós o sabíamos. Mas, pessoalmente, tive um pressentimento: o reconhecimento da Fafich estava vindo de certo modo tardio. A fatalidade, parecia, estava escrita nas vísceras da intuição de muitos naquele dia e hoje aqui presentes. Uma semana depois, precisamente no dia 31 de agosto, Bicalho era internado em estado grave no CTI do Biocor. No dia 15 de setembro, às 8:45h da manhã, deixou-nos para sempre. Para quase todos nós, o dia 22 de agosto foi o último em que estivemos com ele, para participar da comemoração e, particularmente, da alegria de sua companhia e de sua lucidez sempre emolduradas pelo carinho e bom humor que a todos transmitia conforto e bem-estar.

Por considerar-me um de seus amigos mais íntimos, é preciso dizer que ainda não me refiz do violento golpe. O vazio é tão grande quanto a saudade que ele

nos deixou, a ocupar o espaço que freqüentava e a congelar o tempo marcado por sua presença forte e aguçadora. Vejo-me aqui e agora envolvido por este turbilhão de lembranças, num processo descontínuo de imagens idas e vividas. Sei que ainda vou me sentir assim por muito tempo.

Parodiando a conhecida elegia em forma de canção popular, diria que "naquela mesa – representativa de todas as mesas, não só a da sala de jantar, como a do escritório, a do "buraco", a do bar, a dos debates, a que tantas vezes nos sentamos juntos nesta casa – está e estará faltando ele..." Bicalho era realmente para mim mais do que o companheiro, o amigo, o irmão. Era o *dimidium animae meae*. E quando o grande pedaço de nós mesmos se desprende, não há como recompor. Por isso o pranto do poeta, com a permitida paráfrase, retrata nossa angústia: "Bicalho, dói perder-te. Dói principalmente saber que não há uma só palavra que possa te trazer de volta. Ainda há pouco eras real como o dia. E tudo o que vinha de ti – um gesto, um sorriso, uma palavra – prometia a perpetuação do tempo que fizeras nosso".[1]

É neste estado de ânimo que estou a discursar, como pede o ritual, em "homenagem póstuma" àquele que para todos nós foi, em vida, exemplo; e depois da morte, a biografia, o paradigma que a necessidade nos abrigará freqüentemente a recorrer. Cumpro o determinado numa espécie de cerimônia do adeus adiada, quando adiado deveria ter sido o rompimento de sua presença entre nós.

Na tentativa de superar o conflito entre o privilégio de falar e a dor da perda, estou procurando, desde o instante em que gravei estas palavras, colocar-me novamente a seu lado, como se vivo estivesse, para revê-lo como o colega e assim pronunciar a oração que se pede (ainda que não a esperada) tomando como referencial esta imagem inapagável em minha retinas: a de Bicalho – o professor. É louvável a iniciativa da Congregação e da Diretoria da Fafich em dar ao auditório F1003 o nome do Prof. Luiz de Carvalho Bicalho. *Saepe nomina conveniunt rebus* – muitas vezes os nomes convêm às coisas – disse Ovídio, enaltecendo a sabedoria dos homens em designar com nomes adequados seres da natureza, algumas obras de edificação e uns poucos títulos honoríficos.

Chego a pensar que nenhuma outra decisão teria sido tão apropriada quanto esta. Não teria tamanha significação, por exemplo, se erguido fosse um busto num jardim, corredor ou paço desta casa e até mesmo se fosse outorgado o nome de Professor Bicalho a uma das alamedas que cortam o campus universitário. Ao escolherem um auditório consagrado a seminários e debates acadêmicos, foi emblematicamente selecionado o *topos* da fala para homenagear aquele que em vida foi a personificação do magistério, ou seja, aquele que fez da fala seu instrumento de trabalho.

Vêm-me agora à mente as palavras de H. Lefebvre: "No começo era o Topos. E o Topos indicava o mundo, pois era o lugar; não estava em Deus, não era Deus, pois Deus não tem lugar e jamais o teve. E o Topos era o Logos; mas o Logos não é Deus, pois tem lugar. O Topos na verdade eram poucas coisas: a marca e a remarca. "[2]

O auditório é, pois, a marca e a remarca da fala que *suona, ma crea* – soa, mas cria.

Roland Barthes, em clássico texto sobre "Escritores, Intelectuais, Professores", lembra-nos: "Há uma ligação fundamental entre o ensino e a fala. Esta verificação é muito antiga (não nasceu todo o nosso ensino da Retórica?), mas pode-se considerá-la hoje de um modo diferente do de ontem; em primeiro lugar porque há uma crise política do ensino; depois porque a psicanálise lacaniana desmontou as voltas e as reviravoltas da fala vazia; finalmente porque a oposição da fala e da escrita entra numa evidência de que há que começar a tirar pouco a pouco as conseqüências." [3]

E distinguindo o professor – o que fica do lado da fala, o escritor – o que fica do lado da escrita, o intelectual – o que fica entre os dois, ou seja aquele que imprime e publica a sua fala, aponta-nos: "não há nenhuma incompatibilidade entre a linguagem do professor e a do intelectual (muitas vezes elas coexistem num mesmo indivíduo)." [4]

Em Bicalho não só coexistiram o militante, o intelectual, o filósofo e o professor. Fundiram-se da maneira mais autêntica e indissociável. Mesmo fora da sala de aula, seu discurso manifesto podia ser político, ideológico, engajado. Mas o latente era sempre o docente.

Bicalho na verdade não procurou ser

o intelectual-escritor. Embora soubesse e gostasse de escrever, e quando o fazia conseguisse aliar objetividade, concisão, clareza e certa elegância de estilo com força do pensamento, preferia o ofício de pensar e ensinar falando, mais conversando socraticamente do que conferenciando. Não saberia dizer se Bicalho era o intelectual, o filósofo que ensinava ou o professor que filosofava. Em minha tese de livre-docência, para a qual tive a felicidade de tê-lo na banca examinadora, ao agradecer-lhe seus generosos incentivos dediquei-lhe uma página introdutória, em que o chamava de "a razão dialética que vive analisando o mundo". Era um carinhoso trocadilho com referência a texto por ele escrito à época, em que recorria sartreanamente à "razão dialética" para criticar o positivismo lógico (expressão da "razão analítica"). A condição de intelectual ele nunca a perdeu, e jamais deixou de exercer seu oficio de filósofo-professor as vinte e quatro horas do dia. Não resisto à tentação de prosseguir mais um pouco na citação de Barthes. A recorrência não é fortuita. Há uma identidade ideológica entre Bicalho e Barthes, embora em vida nunca tivéssemos a ocasião de comentar isso. Em entrevista a Jean Thibaudeau, Barthes confessa que dois grandes pensadores o influenciaram em sua formação e em suas opções existenciais: Marx e Sartre. Justamente os dois que marcaram e forjaram o pensamento de Bicalho. Voltando ao texto de Barthes, deparamos com esta análise:

"Quem quer que se disponha a falar em situação docente, deve estar consciente da encenação que lhe impõe o uso da fala, sob o simples efeito duma determinação natural (que realça a natureza física: a do sopro articulatório). Ou o locutor escolhe com toda a consciência um papel de Autoridade; neste caso, basta-lhe "falar bem", quer dizer, falar em conformidade com a Lei que está em toda a fala: sem repetições, na velocidade certa e claramente (...) Ou então o locutor é constrangido por essa Lei que a sua fala vai introduzir no assunto; ele não pode na verdade alterar o seu discurso (que o condena à clareza), mas pode desculpar-se de falar (de expor a Lei); usa então a irreversibilidade da fala para perturbar a sua legalidade: corrige-se, acrescenta, balbucia, entra na infinidade da linguagem, sobrepõe à

mensagem simples, que toda a gente espera dele, uma nova mensagem, que destrói a própria idéia de mensagem (...) pede-nos que acreditemos com ele que a linguagem não se reduz à comunicação (...) A alternativa é triste: funcionário correto ou artista livre, o professor não escapa nem ao teatro da palavra, nem à Lei que aí se representa. Porque a Lei produz-se não naquilo que ele diz, mas no fato de ele falar (...)"[5]

BICALHO PREFERIA O OFÍCIO DE ENSINAR CONVERSANDO SOCRATICAMENTE

Bicalho, talvez mais por vocação do que por intuição, fazia da fala que ensina a expressão mais fiel de sua responsabilidade para com o Outro, o aluno. Sabia que o professor é sempre cerceado pelo compromisso da fala, independente de ser a aula preparada ou não. Jocosa, mas argutamente, gostava de repetir: "a melhor maneira de matar aula é dando aula". Não queria influenciar, embora soubesse que a maioria de seus discípulos respeitasse o peso da autoridade que se ocultava por trás do discurso – autoridade advinda sobretudo de sua rica experiência de vida, de seu engajamento ideológico, de suas convicções filosóficas e políticas. Inexoravelmente acabava traduzindo em lições de vida suas preleções acadêmicas. Impressionante como a cada turma de alunos que passava por suas mãos, seja no curso secundário, seja na Universidade, correspondia logo em seguida a ampliação de seu círculo de amizades.

Ao considerar a "relação docente", Barthes curiosamente entrevendo nesta relação algo de psicanalítico, pergunta: "Como é que se pode comparar o professor com o psicanalista? É exatamente o contrário o que se passa: é ele o psicanalisado (...).[6]

Em conformidade com a descrição psicanalítica lacaniana, "quando o professor fala ao seu audi-tório, o Outro que vem furar o discurso está sempre presente; e mesmo que o discurso fosse articulado por uma inteligência impecável, armado de "rigor" científico ou de radicalidade política, nem por isso seria menos furado: basta que eu fale, basta que a minha fala flua, para que ela se

derrame (...). Esta é a cruz de toda a fala pública: que o professor fale ou que o ouvinte reivindique a fala, nos dois casos é ir direto ao divã: a relação docente não é mais que a transferência que ela institui: a "ciência", o "método," o " saber", a "idéia" vêm por portas tra-vessas; são dados a mais; são restos."[7]

Quantas vezes ouvi de Bicalho esta comparação: "dar aula de Filosofia mais do que qualquer outra disciplina, obriganos a um constante *strip-tease* mental. Não consigo evitar a exposição de mim mesmo perante os alunos". E era justamente esta a atitude que mais lhe admiravam.

Barthes lembra o que o discente exige do docente: "1) que o conduza a uma boa integração profissional; 2) que preencha os papéis tradicionalmente atribuídos ao professor (autoridade científica, transmissão dum capital de saber etc.); 3) que lhe ensine os segredos de uma técnica (de investigação, de exame etc.); 4) que sob a bandeira deste santo laico, o Método que seja um iniciador de asceses, um guru; 5) que represente um "movimento de idéias", uma Escola, uma Causa e que seja o seu porta-voz; 6) que o admita a ele, ensinado, na cumplicidade duma linguagem particular; 7) que para aqueles que têm o fantasma da tese (prática tímida da escrita, ao mesmo tempo desfigurada e protegida pela sua finalidade institucional) garanta a realidade deste fantasma; 8) e por fim que seja um encarregado de serviços: assina inscrições, certificados etc." [8]

Não serei ingênuo em confessar que todas essas exigências eram respondidas plenamente por Bicalho como professor. Creio que não é por nenhum que exerce o magistério, mesmo com brilhantismo. Aliás, o próprio Barthes conclui a exposição acima dizendo: "Isso é simplesmente um Tópico, uma reserva de escolhas que não são necessariamente todas atualizadas ao mesmo tempo num só indivíduo. É, todavia, ao nível da totalidade contratual que funciona o bem-estar duma relação docente: o "bom" professor, o "bom" estudante são aqueles que aceitam filosoficamente o plural das suas determinações, talvez porque sabem que a verdade duma relação de fala está noutro lugar." [9]

Justo o que ocorria com Bicalho: conseguia fazer de si a pessoa, o mestre generoso e bom, em que a cobrança discente encontrava quase sempre a plenitude da correspondência ou, no mínimo, da

atenção.

Ao referir-me à relação docente, tenta-me a recordação de outro tipo de relação: o seu relacionamento com os colegas de profissão. Mas tal digressão levar-me-ia fatalmente a reviver todo o universo de relações, notadamente de amizade. Afinal, significativa parte deste mundo era e está constituída justamente por nós, também professores.

Sim, mestre Bicalho: a contingência obriga-me neste momento a dirigir-me com emoção ao colega mais do que ao inseparável amigo. Mas quisera ter a oportunidade para recordar-te, reencarnando o "Zebebelo", como Morse Belém te chamava em nossa velha e nunca mais reconstituída roda, para localizar no tempo e no espaço da memória teus gestos de valentia e enfrentamento ao sistema e à desolada ordem constituída brasileira dos dias de ditadura – a getulina e a dos militares de 64. Quisera também falar do nosso "comissário desativado do Partido Comunista", conforme costumava apelidar-te José Olegário – o Princípe – outro nosso comparsa da "távola redonda"– para recordar teus tempos de comunista e teu rompimento com o "stalinismo" do Partidão. Quisera ainda reviver-te, provocando nossa turma a ler e reler a literatura latinoamericana, desde Ciro Alegria até Garcia Marquez, com destaque para Guimarães Rosa, a fim de discuti-los semanalmente em casa de Clara e Daniel, em inesquecíveis saraus à mineira, regados quase sempre a cachaça como gostavas de chamar tua bebida predileta, quando não evocavas a "aguardente ", que conforme garantias, era o nome preferido por teu amigo de partido e de trato freqüente em "outros outroras"– o grande Graciliano Ramos. Particularmente quisera reviver nossa viagem à Europa, nosso comum deslumbramento com Paris, teu desejo insopitável de conhecer o Quartier Latin, os lugares freqüentados por Sartre, o prédio onde morara, em apartamentos separados, com Simone de Beauvoir; já na Itália, a visita em Florença sob forte canícula de um meio-dia de sábado, à sede do Partido Comunista Italiano, onde se editava a revista *Civilitá*; sem esquecer nossa esticada até a Grécia, o passeio pela Ágora, pois querias reviver qual adolescente iniciante em Filosofia os caminhos peripatéticos de Sócrates.

Lembra-me ter comentado com Ivana que naquela manhã te sentias mergulhado no viver citadino dos filósofos gregos, participando dos seus problemas, querendo compreendê-los e tentando ressuscitá-los. Mentalmente fazias reconstruções históricas para depois nolas verbalizar, com alguns toques de cativante intuição que abriam ante nós uma realidade fantasmagoricamente por ti vivida seis séculos antes de Cristo: "o aparecer natural dos homens pensantes com os olhos cheios do Ser. Parmênides fixado no uno, no total e no absoluto. Heráclito olhando o fluir do rio que nunca volta a ser o mesmo – rio imagem do seu *panta rei*. Zenão lançando Aquiles atrás da tartaruga"[10] e a trindade sagrada – Sócrates, Platão e Aristóteles – a maior expressão do gênio grego, suscitando problemas nos seus circunstantes, argüindo, raciocinando, provocando e institucionalizando o diálogo. Quisera provocar-te a reviver em mais uma entre dezenas de recordações teus tempos de militância no Partido, tuas andanças por Nova Lima, as reuniões com os operários da Mina de Morro Velho e tuas confabulações com os companheiros que viraram personagens do "Subterrâneos da Liberdade" de Jorge Amado. Sim, Mestre Bicalho, teu passado sempre emergia entre nós, revestido de túnicas de tragédia grega, a nos confundir entre o mito e a realidade: ora eras um Prometeu, ora um Aquiles, ora saltavas os séculos e nos surgias sob as armaduras do Cavaleiro Andante. Por outro lado, quisera ouvir teu telefone chamar-nos para, sob o pretexto de uma partida de "buraco", ouvir mais uma aquisição de CDs, fossem teus clássicos prediletos: Bach, Beethoven, Mozart, Vivaldi, Satie e tantos outros, muitos dos quais minha ignorância jamais alcançara nem de ouvir falar, fossem os de jazz, para durante a audição ficarmos mais admirados sem saber se por causa da melodia escolhida ou se por causa de teu bom gosto, de tua *finesse d'esprit*. Quisera outrossim recordar-te, traçando teu perfil, como o do professor mais identificado com a Fafich que eu conheci, a ostentar com orgulho o título de aluno-fundador da faculdade e que nela se aposentou como adjunto realizado, mesmo sob o guante de módicos salários, pois como sempre repetias: "a opção pelo magistério é uma decisão de quem abraçou conscientemente uma car-

reira, sem o objetivo de enriquecer-se." Quisera, enfim, evocar-te como o intelectual que soube aliar com grande perspicácia e convicção a militância política, o engajamento, a postura ideológica de esquerda, com a vida acadêmica, sem permitir que uma escolha interferisse na outra ou a prejudicasse. Ao contrário, teu feito em compatibilizá-las cons-titui até hoje um paradigma para todos nós. Lembro que freqüentmente me dizias: "a desculpa da não-participação no Movimento Docente é a forma mais cômoda de alienação de um professor universitário". Mas a responsabilidade do ritual exige que me atenha a recordar e a homenagear o professor. Aliás foi assim que conheci Luiz Bicalho em 1959, quando entrei para o Colégio Municipal de Belo Horizonte. A admiração, num átimo fundida em amizade, com todo o caudal de influências e introjeções de que a relação me fez sujeito-objeto, começou justamente na convivência com o colega de magistério.

A COBRANÇA DISCENTE ENCONTRAVA NELE A PLENITUDE DA CORRESPONDÊNCIA

Duas foram as coordenadas que balisaram a trajetória docente de Bicalho: o marxismo e o pensamento de Sartre. Para seus alunos e mesmo para nós foi sempre difícil decidir, no julgamento, qual teria sido a preferência ou maior identificação de Bicalho. Ao apontar o percurso docente e a influência recebida, estou mantendo o suporte referencial desta homenagem: a fala. Seja em sala de aula, seja nos corredores da faculdade, seja em outro contexto semelhante, Bicalho gostava de falar de Marx e Sartre. E sempre o fazia com competência, convicção, clareza e entusiasmo.

Não vou reviver a forma como estas duas coordenadas se comportaram em sua evolução para dar a resultante: o intelectual e filósofo Bicalho. O Prof. Ivan Domingues se encarregou de fazê-lo por nós no dia em que lhe foi conferido o título de Professor Emérito, e o próprio Bicalho sacramentou-lhe a análise e as conclusões.

Ouso apenas pinçar excertos de sua tese de livre-docência, onde Bicalho, ao

estudar a *Evolução do Pensamento de Sartre*, projeta no próprio Sartre a origem e o crescimento de intelectual que se realizou como professor e suas inquietações.

Uma tentativa de curta análise deste texto – um dos poucos escritos que Bicalho nos deixou, leva-nos a classificar nosso Bicalho-professor como um marxista sartreano. É sob essa ótica que me lanço à cata de algumas frases representativas de Luiz ou de algumas citações feitas por ele sobre Sartre numa leitura sob a inspiração de Marx. Nada mais do que isso. Aliás o próprio momento não permite maior delonga.

Assim lemos logo na abertura de sua tese: "A escolha do assunto deste trabalho não se deveu ao arbítrio ou capricho. É, quase, um caso pessoal. *Questão de Método*, editado por Sartre com a *Crítica da Razão Dialética*, em 1960, constituiu para nós algo como um livro esperado, que vinha responder a problemas vitais em que estivéramos empenhados e com os quais estávamos, de certo modo, entalados. Daí por diante pusemo-nos a estudar a obra de Sartre, desde o início (...)" Retoma sua história de vida para revelar-nos: "Quando concluímos o Curso Secundário, caímos em perplexidade. A atividade burocrática, que pouco depois desenvolveríamos, não nos satisfazia. Do mesmo modo não nos seduziam os cursos profissionalizantes de nível superior então vigentes. Chegamos a iniciar mais de um deles, sem qualquer convicção e, por isso mesmo, empenho. A instalação de uma Faculdade de Filosofia foi para nós verdadeiro deslumbramento. Por ela nos decidimos imediatamente. Não tínhamos sido preparados para o que considerávamos uma carreirinha de seqüência. E o "Bom Deus", que sempre nos fizeram cultuar e cultivar, já tinha sido posto de lado, não sem certo sofrimento... e alívio. Afinal, deixávamos de lado aquilo que nunca tínhamos encontrado. A Filosofia era uma promessa esplendorosa. Nunca tivéramos qualquer contato com ela, mas supúnhamos vagamente que nos possibilitaria um esclarecimento da realidade, para que nesta nos pudéssemos situar." [11]

Tomando o contexto dessas confidências de Bicalho, vejo que fazem eco ao que Sartre escreveu em *Les Mots*, onde procura explicar sua escolha original, como se formou e seu projeto de se

fazer escritor. Comenta Bicalho a respeito: "Perdido o pai, mal tinha nascido, Sartre e a mãe foram morar com os avós maternos. A mãe, muito jovem, ainda é tratada como mocetona que saíra de casa pouco antes. Dormia com ele no mesmo quarto, era sua irmã mais velha. "[12]

E citando o próprio Sartre: "A morte de Jean-Baptiste foi o grande acontecimento da minha vida: devolveu minha mãe aos seus grilhões e me deu a liberdade (...) Não há bom pai, é a regra; que não se faça disso agravo aos homens e, sim, ao laço de paternidade que apodreceu. Fazer filhos, nada melhor; tê-los que iniquidade! Houvesse vivido, meu pai teria deitado sobre mim com todo o corpo e me teria esmagado (...) Deixei atrás de mim um jovem morto que não teve tempo de ser meu pai e que poderia hoje ser meu filho. Um mal, um bem? Não sei; mas de bom grado subscrevo o veredito de eminente psicanalista: não tenho superego. " [13]

Se há um momento em que Bicalho se projeta – seu eu e suas circunstâncias – em Sartre, é quando escreve: "Sartre surpreende: pela intensidade e riqueza da sua vida, por suas mutações, por suas atitudes inusitadas. Não se poupou "ao amor e ao vinho", viajou múltiplas vezes pelos cinco continentes, fez amizades por todo o mundo, nos mais diferentes grupos étnicos e camadas sociais, teve e tem prolongada e ativa participação política, produziu uma das mais volumosas obras de escritor, é amplamente conhecido."[14]

E mais adiante: "Todos esses aspectos foram apaixonadamente vividos e intimamente ligados." [15]

Quando Bicalho começou o estudo da Filosofia, o mundo estava em plena Segunda Grande Guerra. Por isso este breve depoimento na Introdução de sua tese: "Os dilaceramentos do mundo, então em guerra, também nos dilaceravam, com seus problemas, suas contradições, seus apelos de comprometimento (...)"[16]

Sintetiza a primeira fase do pensamento de Sartre, ou seja, de sua opção pela Fenomenologia e mais tarde pelo existencialismo, citando Simone de Beauvoir: "Em 1939 minha existência mudou de maneira igualmente radical; a História pegou-me para não mais me largar" – acrescentando logo a seguir: "ela fala aí também por Sartre, tal já era

a participação de um na vida do outro." [17]

Tenho nítida convicção de que o abraçar a História – sem cair nos braços do historicismo – abjurando toda forma de idealismo, de racionalismo, de metafísica, de positivismo, antes mesmo que esses sistemas pudessem acontecer em sua vida – a vacinar-se contra eles, aceitando sem tergiversar o "materialismo histórico" – foi um fato marcante na vida de Bicalho. Esta opção impregnou todo seu modo de pensar que transparecia em seu estilo cognitivo e em suas argumentações. Afirmo-o, porque foi justamente esta primeira grande influência que ele me fez absorver: estava há mais de ano saído de um seminário salesiano, onde cursara até o terceiro ano de Teologia e em crise existencial e de fé, quando, a partir do primeiro contato com Bicalho, senti que ele já tinha descoberto o que eu desesperadamente procurava. Com generosidade – a qualidade que sempre o marcou – permitiu que participasse de seu achado. E como até hoje sou-lhe grato pela paz e segurança conquistadas a partir daquele encontro.

Se ideologicamente Sartre influi profundamente em Bicalho, é bom esclarecer, para quem não o conheceu de perto, que ele descobre Sartre quando este já estava em sua quinta metamorfos: a do Sartre marxista, depois de ter passado pelas fases fenomenológica, existencialista, materialista-revolucionária, socialista. E Bicalho já tinha estado no Partido Comunista Brasileiro. Portanto, as mutações de Sartre não correspondem às de Bicalho, nem filosófica, nem cronologicamente.

Lembro como Bicalho se transfigurava ao relatar os posicionamentos de Sartre, sobretudo o seu engajamento em 1952 no Movimento Mundial da Paz, ao proclamar em 1957 o Marxismo como a filosofia de nossa época; sua recusa ao Prêmio Nobel em 1964, sua intensa participação no movimento de maio de 68, quando vendia o jornal maoísta nas ruas de Paris, em 1970, sem esquecer sua voz e sua pena erguidos contra a invasão da Hungria pelos russos e contra a guerra da Coréia, para registrar apenas alguns dos mais relevantes.

Entretanto, a maior empatia manifestada é quando ele via Sartre defendendo o marxismo: aí as duas almas irmãs se encontravam diante das mesmas causas, mesmo quando Sartre, em nome do

marxismo, tivesse que combater o P.C. francês. Há uma passagem de Sartre reproduzida por Bicalho em sua tese que merece ser transcrita. É extraída das *Situations VII*: "Há doze anos que discutimos com os comunistas. Primeiro violentamente, depois com amizade. Mas nosso objetivo era sempre o mesmo: concorrer com nossos fracos recursos para realizar a união das esquerdas, pois só ela ainda pode salvar nosso país. Hoje voltamos à oposição: pela simples razão de que não há outro partido a tomar; a aliança com o P.C., tal como ele é e pretende continuar, só pode comprometer as últimas oportunidades da Frente Única. Nosso programa é claro: através de cem contradições, das lutas intestinas, dos massacres, a desestalinização está em curso; é a única política efetiva que convém hoje ao socialismo, à paz, à aproximação dos partidos operários: com nossos recursos de intelectuais, tentaremos ajudar na desestalinização do Partido francês."[18]

BICALHO SE PROJETA EM SARTRE: SUAS MUTAÇÕES, SUAS ATITUDES INUSITADAS

Na hermenêutica de Bicalho, Sartre se encontra com o marxismo a partir do momento em que escreve *Questão de Método*. Trata-se de um ensaio para revista polonesa, a pedido, para que se publicasse algo sobre o existencialismo na cultura francesa. Como a Polônia era um país de cultura marxista, Sartre, que à época estava se recusando falar sobre o existencialismo, aproveita a ocasião para esclarecer certos problemas. Assim, o artigo foi escrito sob o título de *Marxismo e Existêncialismo*, mais tarde refundido para o público francês com o nome de *Question de la Méthode*. Tendo já abraçado o Mate- rialismo Histórico ao escrever esse ensaio, Sartre faz um acerto de contas com a Filosofia em geral e com o mar-xismo em particular. Logo de início conceitua a filosofia, mostrando que não existe *a* Filo-sofia, mas *filosofias*. "A filosofia é a totalização do saber de uma época, e seu meio cultural; determinada maneira da classe em ascensão tomar a consciência de si. Nascida da época, volta-se para ela a fim de esclarecê-la. Vencida a época,

deixa de existir; nova filosofia deve tomar o seu lugar."[19]

Para Sartre as épocas de criação filosófica são raras. Entre os séculos XVII e XX há três momentos: o de Descartes, o de Kant e Hegel e o de Marx. Para Bicalho, o filósofo representativo do século XX seria sem dúvida Sartre. Segundo Sartre, com a chegada de Marx o existencialismo não deveria sobreviver. Se renasceu é que o marxismo parou: "Precisamente porque essa filosofia quer modificar o mundo, porque visa a "o devir-mundo da filosofia", porque é e pretende ser prática, operou-se nela uma verdadeira cisão, que lançou a teoria de um lado, e a *praxis* do outro."[20]

Sob esta ótica crítica, a teoria enrijeceu-se, "esclerosou-se" e o dogmatismo stalinista se assemelha a algo como uma escolástica, do mesmo modo que os seus porta-vozes lembram os casuístas medievais. Na leitura de Sartre, o saber passa pela mediação dos homens, grupos e indivíduos concretos. Detendo o "Saber", a idéia reguladora, o marxismo deixou para disciplinas sem princípios fazer o que a ele competia. Só a psicanálise, a história e a sociologia empírica passaram a ocupar-se dos conhecimentos. Os dados ficaram de um lado, sem se integrarem no "Saber".

"O pensamento concreto – diz Sartre – deve nascer da *praxis* e a ela voltar-se para esclarecê-la: não ao acaso e sem regras, mas como em todas as ciências e técnicas – em conformidade com princípios. Os dirigentes do Partido, obstinados em impelir a integração de grupo até o fim, temeram que o livre devir da verdade, com as discussões e conflitos que comporta, quebrasse a unidade de combate. Reservaram-se o direito de definir a linha para interpretar o acontecimento. E temendo que a experiência colocasse em questão algumas das suas idéias diretoras e contribuísse para enfraquecer a luta ideológica, consideraram a doutrina fora da sua alçada. A separação da teoria e da prática teve, como resultado, a transformação da última num empirismo sem princípios, e aquela num Saber puro e congelado." [21]

Retomando a famosa frase de Engels – "os homens é que fazem a sua história, mas num determinado meio que os condiciona" – reforça: "são os homens que fazem a história, à base de condições anteriores, mas são eles que a fazem e não as condições. O marxismo não só procura

fazer a história como nela se ampara teórica e praticamente. Tem o instrumento, mas falta-lhe o método." [22] Neste momento Sartre sente necessidade de aproximar o existencialismo do marxismo fazendo três observações que caracterizam a problemática sumária do existencialismo: "a 1ª é que o dado não se reduz às condições materiais (entra aí nossa infância, aprendizagem da nossa classe, de que resulta o caráter). A 2ª é que o projeto deve necessariamente atravessar o campo das possibilidades instrumentais, pois o momento particular não é meramente o resultado do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção." Nesta segunda observação é que vê o método marxista como progressivo, porque é o resultado, em Marx, de longas análises. E remata: "Hoje a pressão sintética é perigosa: os marxistas preguiçosos dela se servem, para construir *a priori* o real. Já o método existencialista, ao contrário, quer permanecer heurístico. Não terá outro recurso que o vaivém: determinará progressivamente a biografia, por exemplo, aprofundando a época e a época aprofundando a biografia." Na 3ª observação define o homem por seu projeto, em que mostra que o método dialético não procura reduzir (como faz o método explicativo das ciências naturais e positivas), mas o inverso; nele os termos não respondem pela síntese. Não se trata de irracionalismo. O homem é um ser significante e criador de signos.

"O movimento dialético – continua Sartre – está no indivíduo e em seu empreendimento de produzir sua vida, de se objetivar. De outra forma, será preciso renunciar à dialética, reduzindo os homens a moléculas físicas que se chocam, o resultado da ação traduzindo-se em média estatística (...) Marx mostra admiravelmente que o capital é um objeto – não é "média social" – já que é sustentado e dirigido pelo capitalista, mas que lhe escapa. As relações são moleculares, não mecânicas, porque não se trata do choque de simples inércias. Os fins camuflados são apesar de tudo, fins." [23]

Para o Prof. Luiz Bicalho a maior manifestação teórica do marxismo de Sartre é a *Crítica da Razão Dialética*, a cuja análise dedicou metade de sua tese. O que impressiona é que o fez como professor, ou seja, didaticamente – parece pensando nos alunos que iriam ler seu trabalho. Tal qual anos depois conseguiu resumir admiravelmente *O Capital* de Marx num só

volume de algumas dezenas de páginas.

Sua análise da *Critique de la Raison Dialectique* soube fundir objetividade e precisão com clareza. O que não é fácil (que o diga Raymond Aron, quando por vários anos usou o trabalho de Sartre em suas aulas na Sorbonne). Evidentemente que não vou aqui repetir ou reproduzir a excelente contribuição que nos legou Mestre Bicalho. Só registro o feito para confirmar que até neste momento mais alto e significativo de sua carreira acadêmica – o concurso de Livre-Docência – ele não conseguiu desin-vestir-se de sua função de professor e fez de sua tese não apenas uma pesquisa filosófica, mas legítimo curso digno de ser gravado *ad perpetuam rei memoriam.*

Tal qual hoje se grava na parede do auditório F1003 o seu nome. Fosse-me dado poder de sugerir os dizeres desta placa que hoje se coloca em homenagem ao nosso ainda comemorado Professor Emérito, simplesmente mandaria ali estampar: "Auditório Luiz de Carvalho Bicalho – O Professor". Alguém a esta altura poderia objetar-me: "sua sugestão nos condena a acreditar que Bicalho só teve virtudes e qualidades e nenhum defeito." Não nego que erros e defeitos os tivesse – e não poucos, como a maioria dos mortais; mas para mim, seu amigo e admirador, confesso que ele os sepultou consigo e fez-nos apagá-los para sempre. Mas suas qualidades ele sabiamente nos reservou para que as pudéssemos usufruir, porque continuam tão vivas quanto sua memória. E feliz uma geração como a nossa que o teve como o colega, o companheiro, o amigo, o mestre, o guru.

NOTAS

1 – SILVEIRA, Joel. *Conspiração na Madrugada.* 1993, p. 102.
2 – LEFEBVRE, Henry. *Lógica Formal/Lógica Dialética.* 1975, p. 34.
3 – BARTHES, Roland. *Escritores,Intelectuais Professores e outros ensaios (Tel Quel nº47 – Poetique nº1).* 1975, p. 25.
4 – Idem, *ibidem*, p. 25.
5 – Idem, *ibidem*, p. 30.
6 – Idem, *ibidem*, p. 30-1.
7 – Idem, ibidem, p. 31.
8 – Idem, *ibidem*, p. 34.
9 – Idem, *ibidem*, p. 27.
10 – CORONADO DE LA CRUZ, Guillermo. In: GARCIA MORENTE. *Fundamentos de Filosofia.* 1964, p. 11.
11 – BICALHO, Luiz de Carvalho. *Evolução do Pensamento de Sartre.* 1974, p.V.
12 – Idem, *ibidem*, p. 39.
13 – SARTRE, Jean Paul. *Les Mots.* 1947, p. 11.
14 – BICALHO, *op. cit.*, p. 3.
15 – Idem, *ibidem*, p. 3.
16 – Idem, *ibidem*, p. V.
17 – Idem, *ibidem*, p. 5.
18 – Idem, *ibidem*, p. 169.
19 – Idem, *ibidem*, p. 187.
20 – Idem, *ibidem*, p. 189.
21 – Idem, *ibidem*, p. 189.
22 – Idem, *ibidem*, p. 190-1.



REAL, ELEIÇÕES E PT: HIPÓTESES SOBRE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE

Bruno Pinheiro W. Reis
Professor do Departamento de Ciência Política da Fafich/UFMG

No último 3 de outubro o Senador Fernando Henrique Cardoso, com aproximadamente 54% dos votos válidos, foi eleito Presidente da República já no primeiro turno da votação. Este é um fato verdadeiramente notável, pois desde a eleição do Marechal Dutra, em 1945, nenhum candidato ao cargo de Presidente do Brasil havia obtido maioria absoluta dos votos. Nem Getúlio Vargas em 1950 (48,7%), nem o "fenômeno" Jânio Quadros em 1960 (48,3%), muito menos Juscelino Kubitschek em 1955 (35,7%) ou Fernando Collor no primeiro turno de 1989 (30,5%) chegaram a atingir a metade dos votos válidos. A simples observação destes números nos permite constatar que a votação de um presidente nada tem a ver com o sucesso de seu governo, como nos fez ver claramente o contraste entre a boa performance eleitoral de Jânio e a relativamente modesta votação de JK. Cabe indagar sobre as circunstâncias que permitiram a Fernando Henrique chegar a esta posição tão confortável. Afinal, o PSDB

sempre foi tido como um partido "ruim de voto", e o ex-Ministro da Fazenda era, até o início da campanha, um ilustre desconhecido para boa parte do eleitorado – ao contrário de seu principal adversário, Lula, dono de carisma pessoal associado à imagem de "candidato operário" e, desde 1989, referência natural de todo sentimento oposicionista ao governo resultante daquela eleição.

Salta aos olhos de todos o fato que tornou possível o desfecho da eleição: o Plano Real. Sem a queda abrupta da inflação, verificada na passagem da URV ao Real (somada à "mágica" operada em se poder comprar com moedinhas o que antes custava uma quantidade razoável de dinheiro), a candidatura de Fernando Henrique seguramente encontraria enormes dificuldades para se sobrepor à de Lula. Daí ser compreensível a forte reação inicial do PT diante da ameaça de perder uma eleição tida como ganha, em razão de um plano econômico que, apesar de seu forte impacto na opinião do eleitorado, trazia (e traz) ainda fortes incertezas quanto a seus desdobramentos a longo prazo. Decorre disto o tom de denúncia que marcou a campanha do PT este ano. Diante do evidente sucesso inicial do plano (aferível pelos índices de popularidade tanto do Presidente da República quanto de seu candidato), o PT se viu compelido a destacar em sua campanha possíveis desdobramentos negativos posteriores, tais como desemprego decorrente de eventual abertura descontrolada da economia, recessão provocada pelos juros altos e a perpetuação do achatamento dos salários decorrente do regime inflacionário e da política salarial anterior. Além disso, como já alertava o Prof. Edward Amadeo à época do lançamento da URV, o plano se baseia claramente no ataque ao componente inercial da inflação (realizado de maneira satisfatória na passagem da URV ao Real) somado ao ajuste do setor público. Para Amadeo, a estrutura oligopolizada de nossa economia, seu relativo insulamento internacional, em razão da forte proteção oficial à nossa indústria – fruto de décadas de esforço deliberado de industrialização, aliada à dinâmica do conflito distributivo, poderiam produzir inflação autonomamente, independente da condição das finanças públicas. O episódio recente em que o governo teve de se opor a um acordo

salarial firmado entre patrões e empregados na indústria automobilística confirma a procedência das preocupações de Amadeo. Para agravar a situação, o próprio ajuste das finanças públicas, obtido provisoriamente com a aprovação do Fundo Social de Emergência, ainda é extremamente precário, como observou o ex-ministro Paulo Haddad em artigo publicado poucas semanas antes da eleição no *Jornal do Brasil*.

Se por um lado os desdobramentos futuros do plano são ainda incertos, por outro, não se pode afirmar que ele esteja fadado a um irremediável fracasso. Em 1986, por exemplo (para recorrer à freqüente comparação feita com o Plano Cruzado), desde junho já se observavam sérias dissensões na equipe econômica em torno da necessidade de ajuste no plano. Quando houve a eleição, toda pessoa bem-informada sabia que o Plano Cruzado estava com seus dias contados.

Hoje, diferentemente, o plano econômico certamente tem problemas a enfrentar, mas o maior ou menor sucesso do Real depende ainda da competência na administração da política econômica nos próximos meses, bem como dos primeiros meses de gestão do próximo governo. Para mencionar apenas a diferença mais óbvia com o Cruzado, o Real não se apóia em congelamento de preços, e isto traz a vantagem óbvia de não ter de enfrentar o problema do descongelamento, quando a inflação tende invariavelmente a retornar aos níveis anteriores (ou maiores). Um problema fundamental do congelamento de preços reside em que, ao efetuá-lo, o governo intervém violentamente na economia, recorrendo ao poder coercitivo do Estado para determinar o nível dos preços, e espera que os agentes econômicos não incorporem esta possibilidade em suas expectativas. É como se dissesse a cada formador de preços (aí incluídos não apenas os empresários, mas também, com todo direito, os sindicatos em suas reivindicações salariais): "Nós estamos intervindo na economia, congelando preços, *mas é só desta vez.* Isto nunca mais vai acontecer. Estamos agindo para sanear o mercado, extinguir a memória inflacionária, mas doravante entraremos numa fase de estabilidade econômica em que todos poderão transacionar

livremente". É óbvio que – com boas razões – ninguém acredita. Todos raciocinam: "Se aconteceu uma vez, pode – se tudo der errado – acontecer de novo. Como eu não sei se vai dar certo ou errado, é melhor, assim que terminar o congelamento, eu me precaver e antecipar o máximo possível o ajuste dos meus preços, para que o próximo congelamento, se vier, não me pegue em situação desfavorável". No caso do Real, o governo tratou com extremo cuidado as expectativas, anunciando com grande antecedência todas as medidas e descartando expressamente o recurso a choques, confisco ou outros instrumentos desse gênero – como, de resto, o fizeram todos os ministros da fazenda desde a ascensão de Marcílio Marques Moreira ao posto, em substituição a Zélia Cardoso de Mello. Foi necessário um esforço insistente que durou anos para persuadir os agentes econômicos a acreditar que expedientes dessa natureza estavam descartados. E era uma condição necessária à implantação de qualquer programa de estabilização que pretendesse contar com chances mínimas de sucesso. A minimização da incerteza gerada pelo plano foi, portanto, um ingrediente importante para seu sucesso inicial. Mesmo que a inflação não permaneça indefinidamente abaixo de 1% ao mês (ninguém realmente acredita nisto, nem o próprio governo), ela deverá voltar gradualmente, e – o que é mais importante – de maneira eventualmente controlável, dependendo da maneira como o governo se conduzir. É impróprio, portanto, falar em "estelionato eleitoral" *tout court*. O plano efetivamente tem vantagens sobre os anteriores, e *pode* produzir frutos duradouros.

Independente, porém, da avaliação objetiva dos méritos da linha de ataque da campanha de Lula ao Plano Real, o certo é que o PT subestimou gravemente a importância que o eleitor brasileiro daria à queda da inflação por si só. Mesmo admitindo que esta queda eventualmente tenha trazido consigo alguma perda salarial, a ausência da inflação permite a todos uma série de comodidades pelas quais o eleitor *pode estar disposto a pagar*. E isto sem contar o fato de que uma parcela significativa do eleitorado, que simplesmente não tem dinheiro remunerado no banco, obtém efetivamente um expressivo aumento

em seu poder aquisitivo pelo simples fato de a inflação ter caído de mais de 40% ao mês para algo próximo a 1%. Não tendo condições de saber se a inflação vai continuar baixa ou não, o eleitor simplesmente se agarra à esperança de que *tudo continue como está*, e isto certamente o induz a votar naquele que é publicamente o responsável pela queda da inflação. Se, num cenário como este, os demais candidatos ainda vão para a televisão dizer que o plano é eleitoreiro, e que depois da eleição a inflação volta, isto apenas contribui para que os eleitores se agarrem ainda mais fortemente ao candidato que lhes oferece esperança de continuidade.

O PT SUBESTIMOU A IMPORTÂNCIA QUE O ELEITOR DARIA À QUEDA DA INFLAÇÃO.

Atropelado pela avalanche do Real quando a eleição parecia-lhe praticamente ganha, o PT perdeu o "eixo" durante a campanha, não mais se reencontrando. Tendo de enfrentar um adversário que era praticamente candidato à "reeleição", e cuja política gozava de altos índices de aprovação popular, o PT se viu forçado a partir para o ataque, e não se limitou apenas ao Real. Acabou, estimulado por uma deplorável exibição de tagarelice e vaidade pessoal do ex-ministro Rubens Ricupero, pautando sua campanha por uma sucessão de denúncias de favorecimento oficial à candidatura de Fernando Henrique, de uso da máquina, manipulação de pesquisas elei-torais etc. Diferentemente de 89, desta vez a campa-nha do PT teve um travo amargo que certamente ajudou a limitar suas possibilidades de reação. Mais grave que isto, a opção do PT pelo ataque ao plano econômico no horário eleitoral gratuito ajudou a campanha do PSDB a contornar aquele que talvez fosse o seu maior desafio: fazer com que a presumível popularidade do Plano Real se convertesse em votos para o seu relativamente desconhecido candidato Fernando Henrique Cardoso. Pois o PT se encarregou disso. Ao combater sistematicamente a candidatura do ex-ministro através de ataques ao plano, Lula ajudou a "colar" a imagem de

Fernando Henrique ao programa econômico em andamento. Quando o eleitor resolveu votar a favor do Real, já sabia em quem devia votar.

É possível, porém, que o PT não tivesse muitas alternativas, e que a eleição já estivesse irremediavelmente perdida desde que o Real derrubou a inflação em julho (embora seja plausível imaginar que a derrota no primeiro turno fosse perfeitamente evitável). Afinal, embora já seja um grande partido, o PT continua minoritário, e a aliança do PSDB com o PFL (com a natural atração que exerce sobre diversos setores do PMDB, fora outras legendas menos importantes) deixou-o numa posição vulnerável, extremamente isolado à esquerda do espectro partidário, e impossibilitado de reeditar a reaglutinação do velho MDB que ele pôde liderar no segundo turno de 1989. Mesmo derrotado no primeiro turno de 1994, Lula obteve uma votação significativamente superior à que obteve no primeiro turno de 1989 (27% contra 17% dos votos válidos), e o PT expandiu expressivamente sua bancada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, e entra no segundo turno como favorito na disputa pelos governos do Espírito Santo e do Distrito Federal, além de disputar, com chance de vitória, o governo de um estado da importância do Rio Grande do Sul. Tudo isso o credencia a liderar, com peso parlamentar inédito, a oposição ao governo Fernando Henrique, além de inserir definitivamente o partido dentro do jogo do poder no plano nacional, com a provável conquista – pela primeira vez na história do partido – de algum governo estadual.

* * *

É digno de nota o fato de que quando Itamar Franco ascendeu à Presidência da República, seu único opositor aberto e agressivo era o Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Tendo-se recomposto durante o processo de *impeachment* do Presidente Collor a frente "emedebista" que apoiara Lula no segundo turno, o PFL encontrava-se numa posição comparativamente frágil e isolada, enquanto o PT era cortejado nos bastidores da composição do primeiro ministério de Itamar (que – ironia –, com a tragédia de Tancredo Neves, acabou sendo o primeiro emedebista a chegar à Presidência da República

depois do fim do regime militar). Apenas dois anos depois, o PT encontra-se isolado enquanto o PFL (ACM à frente), ainda que derrotado na maioria das eleições estaduais, colhe os louros da popularidade do governo Itamar Franco, ao qual ameaçava fazer oposição. Como isto foi possível? Deveria o PT ter aceito participar do governo de Itamar Franco? Qualquer resposta que se queira dar a esta pergunta envolverá necessariamente complicados exercícios contrafactuais, e será inevitavelmente especulativa. Todavia, podemos rapidamente alinhavar pelo menos algumas das circunstâncias mais importantes que emolduravam aquela decisão. Por um lado, em primeiro lugar, seria perfeitamente natural que o PT fizesse oposição ao vice-presidente eleito na chapa de Collor. Seria natural se, como de resto tudo aquilo ligado à candidatura e ao governo Collor, a chapa também não fosse uma farsa. Pois o país inteiro sabia – e para muitos foi motivo mais de aguda preocupação ao longo do processo de *impeachment* – quanto Itamar era diferente de Collor, independente de qualquer juízo de valor que se faça de ambos.

Um sintoma talvez secundário – mas certamente revelador – dessas diferenças se manifestou na condução por Itamar Franco, do Deputado Roberto Freire, presidente nacional do PPS (ex-PCB), ao posto de líder do governo na Câmara dos Deputados (Collor, recém-deposto, não perderia a oportunidade de esbravejar com a imprensa internacional que o líder do governo de seu sucessor na Câmara era um "comunista!"). O próprio Freire, pouco depois, alertaria o PT – então às voltas com o dilema de integrar ou não o governo – para o fato de que, se Lula ganhasse em 1994, teria necessariamente de governar com o auxílio dos mesmos grupos que compunham o governo Itamar, a saber, basicamente o PSDB e os "autênticos" do PMDB.

O PT porém, retraiu-se, fincou o pé na oposição, e, ao optar pelo presidencialismo no plebiscito de abril de 1993, embalado pelo favoritismo que Lula exibia nas pesquisas para a sucessão presidencial do ano seguinte, queimou quase todas as pontes que lhe restavam com seus aliados potenciais ao centro do espectro partidário – notadamente o PSDB, programaticamente parlamentarista. As poucas possibilidades de composição "à direita" que lhe tivessem

restado após o plebiscito, o PT renunciou a elas poucos meses depois, quando, em junho de 1993, a ala "esquerda" conquistou maioria na Executiva Nacional do partido no VIII Encontro Nacional do PT, que acabou produzindo um documento final com referências nada lisonjeiras ao PSDB (O PT ainda gosta de acreditar na ilusão de que "quem vai garantir a governabilidade de Lula é o movimento de massas", como teria declarado o Deputado Vladimir Palmeira...).

Enquanto isso, o PMDB "rachava" em seu apoio ao governo, com os "gaúchos" e alguns aliados permanecendo leais ao governo, enquanto a ala quercista, movida pelo proverbial oportunismo demagógico de seu líder, retira-se para a "oposição", embora continuasse a deter cargos na administração federal. O PSDB apropriou-se do governo e, desde maio de 1993, quando Fernando Henrique assume a Fazenda, começa a se desenhar no horizonte a silhueta de um – ainda improvável – candidato a presidente, capaz de (dependendo do andar da carruagem) ombrear-se com Lula. O PFL soube se aproveitar do crescente isolamento do governo e ao início de 1994, usando seu cacife parlamentar, garantiu a maioria necessária para a aprovação do Fundo Social de Emergência – a essa altura crucial não apenas para a estabilização, mas principalmente para o lançamento da candidatura de Fernando Henrique à Presidência da Republica. Os jornais na ocasião detectaram a novidade no comportamento da bancada do PFL, que votou em bloco pela aprovação do Fundo. Quando todos resistiam em conceder tamanho favor a um tão óbvio candidato à sucessão de Itamar, o PFL, privado de candidatura própria com viabilidade eleitoral nacional, optou por correr um risco calculado, esperando com isto obter a gratidão do futuro candidato e aplainar o caminho para uma provável composição nas eleições que se avizinhavam.

Naturalmente, é mera conjectura a suposição de que, tivesse o PT outra conduta, Lula e Fernando Henrique teriam sido aliados em 1994. De qualquer maneira, o PFL dificilmente teria tido o espaço que teve para se aproximar do PSDB e pegar carona nos novos ventos que sopraram na política brasileira – permaneceria muito provavelmente na posição de isolamento em que se encon-

trava na época da queda de Collor. Apresentando-se como co-responsável pelo governo (e por um eventual "Real"), o PT mataria no nascedouro qualquer candidatura peessedebista isolada – pois em circunstâncias normais Fernando Henrique não teria chance contra Lula. Em vez disso, o PT chegou à reta final da campanha na lamentável situação de ter de mendigar para um eventual segundo turno (que acabou sequer acontecendo) a simpatia relutante da liderança de Leonel Brizola, chefe de um partido cuja representação na Câmara será menor que a do próprio PT, e que desde 1982 tem tido comportamento bastante "errático" – para usar um eufemismo – na cena política nacional. Em nome de qual argumento, que não seja pura fumaça retórica, pode-se justificar um afastamento em relação ao PSDB em favor de uma aproximação com o PDT?

Se se trata de chegar ao poder, seria bom o PT começar a dedicar mais atenção à manutenção de alianças produtivas – e que não se restrinjam ao gueto da esquerda autodeclarada "socialista" ou "trabalhista". A atual composição de forças é extremamente desfavorável ao partido, e, enquanto durar a aliança entre o PSDB e o PFL, suas perspectivas de alcançar a Presidência ficam seriamente diminuídas.

***

Quanto ao presidente eleito, como disse o Deputado Delfim Netto, Fernando Henrique não tem escolha: ele *tem* que manter a in-flação baixa. Eleito pela avalanche de votos defla-grada pelo Real, um eventual recrudescimento agudo da inflação não seria, para Fernando Henrique Cardoso, um problema econômico a ser administrado. Seria um forte abalo sobre a autoridade do Presidente da República perante a nação. E para manter a inflação baixa, ele terá de fazer uma série de reformas no setor público – tributárias, administrativas e patrimoniais – que lhe permitam equacionar o déficit fiscal (aí incluídas algumas reformas que são parte da

NA OPOSIÇÃO, O PT PODERÁ SER A CONSCIÊNCIA CRÍTICA DO GOVERNO FHC

agenda tida por "neoliberal", tais como o prosseguimento das privatizações e a flexibilidade de alguns monopólios estatais). Então ele vai tratar de fazê-las.

Poderá fazê-las? Talvez. É impossível daqui, mal fechadas as urnas (no Rio de Janeiro elas ainda nem se fecharam), vislumbrar com clareza o comportamento do Congresso Nacional. Não se sabe sequer quem irá presidi-lo (embora o nome do Deputado Luiz Eduardo Magalhães continue sendo uma boa aposta para a Câmara, o Senado é realmente uma incógnita), qual será a composição – e, conseqüentemente, o tamanho – da bancada governista, e tampouco quem exercerá a liderança do governo nas duas casas. Todavia, parece que há na esquerda disposição predominantemente favorável ao diálogo com o governo de Fernando Henrique, até pela preocupação em procurar se constituir – ainda que na oposição – em contrapeso à influência conservadora que o PFL deverá exercer sobre o governo. Fernando Henrique Cardoso é senador, passou praticamente toda sua carreira política no Congresso Nacional, e talvez seja o primeiro político brasileiro a se eleger presidente sem ter sido antes governador de estado. Isto, espera-se, prenuncia um bom relacionamento entre o Palácio do Planalto e o Congresso nos próximos quatros anos. Além disso, parece haver, da parte de alguns setores da esquerda, a opinião de que a passagem de Fernando Henrique pela Presidência é uma oportunidade que – em que pese a presença do PFL no governo – não deve ser perdida.

O PFL, pelo menos por enquanto, parece estar na defensiva. Não parece provável que, ao menos num primeiro momento, ele venha a apresentar uma conta muito salgada (em matéria de fisiologismo) a Fernando Henrique pela vitória. Primeiro, porque a vitória deste, obtida no primeiro turno, torna-se um feito muito pessoal, devido mais ao Real que a qualquer aliança eleitoral. Assim, a consolidação da parceria com o PSDB é a melhor alternativa de que dispõe no momento o PFL para a sua perpetuação no poder, a longo prazo. A recíproca *não* é verdadeira. Ou seja, *hoje* o PFL precisa mais do PSDB do que o PSDB do PFL (o que não quer dizer que isto necessariamente ficará assim durante todo o mandato de Fernando Henrique). Em segundo lugar, os ventos da política nacional são hoje diferentes dos de há

dez anos, quando PMDB e PFL lotearam – com critérios, digamos, pouco recomendáveis – os cargos do governo que acabou não sendo conduzindo Tancredo. Hoje, depois de duas CPIs recentes, além dos resultados desastrosos do governo José Sarney, repercute muito mal junto à opinião pública a aberta reivindicação de cargos. O PFL pode – e vai – pleiteá-los (e mesmo que não os pleiteasse, teria sua cota, já que é parceiro importante do governo), mas não está em condições de, publicamente, romper com o presidente eleito. É muito mais difícil, portanto, chantageá-lo em troca de cargos, o que acaba dando uma certa liberdade de ação ao presidente *neste aspecto*. É claro que ele continua tendo de se entender com as forças que o apóiam, mas na atual conjuntura parece *possível* que – pelo menos num estágio inicial do governo – a barganha entre o Planalto e o Legislativo seja feita através de contatos oficiais com os partidos e seus líderes no Congresso, como parece desejar o presidente eleito. Enquanto isso o PT, na oposição, com quase 10% da Câmara e cinco senadores, está em condição de transformar-se na "consciência crítica" do governo de Fernando Henrique, cobrando os ponto "sociais" de seu programa e, ao mesmo tempo, funcionando como contrapeso a eventuais pretensões pefelistas de toldar o presidente rumo a um governo abertamente conservador.

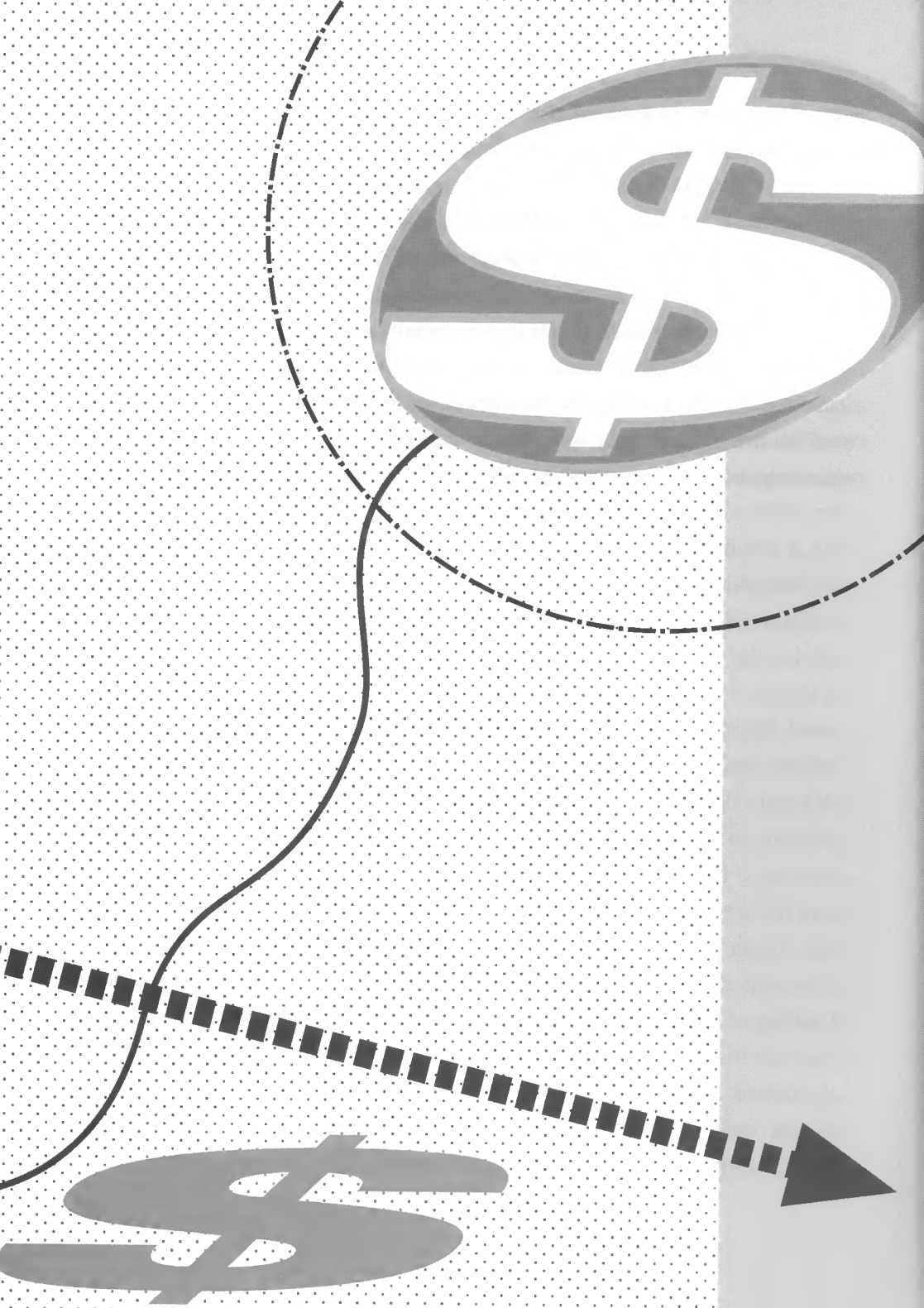
***

Um traço curioso do atual cenário desdobra-se a partir da possibilidade de o PMDB perder de maneira irremediável qualquer capacidade de articulação interna. Nesse caso, poderemos ver o PSDB, com a presidência nas mãos, ocupar o "centro" do espectro partidário brasileiro, transformando-se no fiel da balança da política nacional, cortejado à direita (pelo PFL, PTB etc.) e à esquerda (pelo PT e eventuais aliados menores), podendo influir decisivamente na definição das tendências dominantes na agenda política do país. Uma ironia para o partido "ruim de voto", fundado por políticos respeitados, porém desprovidos de excepcionais articuladores políticos. Colhido numa encruzilhada dramática com a ascensão de Collor ao poder, o PSDB debateu-se durante quase três anos diante do dilema de viabilizar-se eleitoralmente aliando-

se a um presidente em que não confiava ou correr o risco de definhar como legenda influente. Duplamente bafejado pela sorte com o *impeachment* de Collor (ascender enfim ao poder, sem tê-lo feito antes), viu o poder cair-lhe no colo em razão do isolamento político de Itamar. O partido não deixou passar a oportunidade. Apropriou-se dos pontos estratégicos de comando do governo Itamar Franco, e se apresentou a sua sucessão como partido do governo. Agora é o "dono da enchente", com reais possibilidades de eleger simultaneamente os governadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre outros.

Como nota final, algumas considerações para o futuro. Dado o quadro agudo de exclusão social em que vivemos, podemos seguramente inferir que, na ausência de ações efetivas para diminuir as injustiças sociais, a democracia no Brasil produzirá invariavelmente um sistema político instável e sujeito a surpresas e reviravoltas a cada eleição. Há uma multidão de excluídos que só têm seus interesses incorporados aos processos de tomada de decisão no país durante as eleições, o que introduz alto grau de imprevisibilidade na dinâmica política do Brasil (vide a ascensão recorrente de políticos personalistas e de discurso "salvador da pátria", como Collor e Jânio). Por outro lado, ainda que paulatinamente, é sempre aquele partido político que sinaliza com alguma mudança que tende a se firmar no cenário eleitoral: vide o crescimento irresistível do PTB entre 1945 e 1964, a sucessão de derrotas eleitorais que o MDB impôs ao regime militar até forçar a reorganização partidária e, em nossos dias, o contínuo crescimento da expressão eleitoral do PT. Em reação a essas tendências, o reflexo habitual dos setores cujos interesses se vêem ameaçados pelo jogo democrático costuma ser o de interromper o jogo, apoiando soluções autoritárias. Não deixa de ser alvissareiro que, sem ter um candidato viável próprio, o PFL, ao invés de conspirar contra as regras do jogo tenha preferido – pelo menos por enquanto – aliar-se a um candidato com boa aceitação junto à opinião pública e alguma viabilidade eleitoral para enfrentar o PT, ainda que oriundo da esquerda. Pelo menos uma grande questão, todavia, permanecerá algum

tempo sem resposta: será que esta disposição dos líderes do PFL prende-se de fato a uma constatação de que a democracia veio para ficar – e que portanto, o que eles pretendem ao se apro-ximarem do PSDB é, acima de tudo, viabilizar-se como alternativa de poder num ambiente democrático, consentindo, inclusive, em apoiar como mal menor uma pauta (ainda que limitada) de reformas sociais e institucionais – ou, ao contrário, estarão eles prontos a apostar na instabilidade institucional brasileira, beneficiando-se do fato de que, pelos próximos quatro anos, a vice-presidência é deles?



Conjuntura
econômica

INDEXAÇÃO, CORREÇÃO MONETÁRIA E INFLAÇÃO

Domingos Giroletti
Professor do Departamento de Ciência Política da Fafich/UFMG

Humberto Coelho de Carvalho
Professor do Departamento de Biologia Geral do ICB/UFMG

Alguns são imprescindíveis.
Em memória do Bicalho.

A campanha "Brasil passado a limpo", iniciada com o processo de *impeachment* e continuada pela Comissão Parlamentar que investigou a corrupção do Orçamento, precisa chegar à discussão de nossos problemas econômicos. Com este artigo objetivamos, mais do que uma reflexão acabada sobre o problema, suscitar na Universidade um debate sobre a crise brasileira e as formas de superá-la.

Em que medida há um consenso explicativo sobre as causas do processo inflacionário? Em que medida a Constituição de 1988 pode ser considerada sua causa principal? Que outros fatores são responsáveis pela realimentação do processo? São questões pertinentes, ainda mais num ano eleitoral como este que atravessamos.

O propalado consenso entre técnicos sobre os fatores

causadores da inflação é aparente, não resistindo ao questionamento sobre com que peso relativo cada fator contribuiria para a determinação do processo. Não se trata de uma questão puramente acadêmica. Sua importância político-prática aparece quando se procura definir ou implementar um plano econômico para controlá-la. Nesse momento, afloram claramente as inconsistências lógicas dos diagnósticos e as incongruências das terapias recomendadas.

Pelo dito consenso, a Constituição de 1988 é apontada como a principal causa do processo inflacionário, não se discutindo porém em que sentido ela teria sido e continuaria sendo um fator inflacionário. Poucos se lembram ou se perguntam qual era a situação econômica quando a Constituição foi promulgada em 1988. Poucos se recordam que a economia brasileira já vinha em declínio e que a estagnação com crescimento inflacionário esteve presente em todo o governo Figueiredo.

A Carta de 88 é ainda responsabilizada pelo endividamento e crise do Estado. Contra esta tese, vale lembrar que o endividamento é uma herança dos Governos militares e a crise fiscal é anterior a sua promulgação.

A Constituição de 1988 é também apontada como inibidora do crescimento econômico. Na realidade, sabe-se que o modelo de substituição de importações atingiu seu esgotamento durante o governo Geisel, época em que o endividamento, vindo de administrações anteriores, alcançou o seu clímax com a realização das chamadas obras faraônicas.

Enquanto na década de 70, após a primeira crise do petróleo, nos países desenvolvidos implementavam-se políticas de reajustes profundos, visando a reestruturação de seus parques industriais para dimensioná-los às novas realidades, aqui continuamos temerariamente com a política de "Brasil potência", insistindo num modelo de desenvolvimento já superado. Vale lembrar, entre outros exemplos, a defasagem tecnológica do projeto de energia nuclear e o superdimensionamento dos projetos Açominas e Ferrovia do Aço. Há de se reconhecer, porém, que certos dispositivos, como a transferência de recursos da União para os estados e municípios, produziram um ponderável desequilíbrio fiscal com reflexos diretos e indiretos sobre o crescimento inflacionário. O

exame destes pontos precisa ser mais aprofundado, especialmente quando a revisão da Constituição for retomada.

Uma outra questão tida como consensual é a de responsabilizar nossa Carta pela falta de uma maioria política consistente no Congresso ou pela falta de uma legislação que discipline a formação dos partidos políticos. A Constituição seria a causa da fragilidade de nossas instituições políticas (e, indiretamente, do processo inflacionário crescente). A reflexão sobre nossa experiência histórica mostra porém que a ausência de uma maioria política no Congresso vem de longa data, tendo perpassado todos os governos militares, sem maiores contratempos, mesmo porque, ao que parece, tem sido funcional ao sistema.

Por outro lado, a ausência de maioria é mais um produto da correlação das forças sociopolíticas que elaborou a Constituição de 88 do que sua conseqüência direta. A falta de confiança nas instituições políticas é anterior a 1964. Agravou-se durante o regime militar, chegando à redemocratização sem alterações dignas de nota. A reformulação da Carta, de *per si*, não alterará este quadro, pois não há uma relação causal automática entre credibilidade política, combate à inflação e reforma constitucional. Para que alguma mudança na Carta Magna possa incrementar confiança nas instituições ou constituir-se em fator favorável ao combate à inflação, deve ser acompanhada de outras providências paralelas.

Sintomaticamente, a mudança constitucional tem sido advogada tanto por setores interessados na privatização das empresas públicas e na eliminação dos "monopólios" definidos constitucionalmente, quanto por defensores do dito "corporativismo", incrustrado no Estado e nas empresas por ele controladas.

Mesmo que todas as empresas estatais fossem privatizadas não estariam garantidas, automaticamente, nem a tão sonhada retomada do crescimento, nem a tão desejada reestruturação do Estado. Aos que duvidam dessas assertivas, aconselhamos verificar em que as privatizações melhoraram os serviços do Estado ou inibiram o processo inflacionário.

A venda das empresas siderúrgicas, que receberam investimentos públicos de US$ 13 bilhões nos últimos dez anos, rendeu apenas US$ 4 bilhões; a transferência das estatais na área da petro-

química está provocando a oligopolização do setor. Nem mesmo o discutível objetivo de fazer caixa foi atingido. Socializaram-se as perdas e privatizaram-se os lucros, Fez-se a "felicidade" de uns poucos brasileiros, sem contudo melhorar-se a qualidade de vida da maioria desfavorecida.

Os supostos ou reais abusos das estatais e para-estatais revelam a necessidade de se reavaliar os padrões gerenciais dessas empresas, merecendo destaque, entre outros aspectos, o da terceirização, o da seleção e treinamento dos quadros técnico e administrativos, o da qualidade do atendimento e o da ampliação de seus quadros de acionistas. Preocupação especial merecem as políticas de energia e telecomunicações. Há que se repensar o obscuro e lesivo programa de privatização. A União poderia buscar parceiros para retomar obras essenciais paralisadas – gerando empregos e justificando os altos investimentos já feitos – e privatizar empresas já prontas mas com funcionamento insatisfatório. Os recursos obtidos com as privatizações poderiam flexibilizar as restrições orçamentárias, desafogando o Governo para socorrer setores com demandas mais urgentes ou inadiáveis.

Os argumentos de que a inflação seria provocada por um excesso de demanda ou pelos aumentos salariais perderam força face às evidências de que o consumo e a massa salarial têm decrescido continuamente. Os dados dos últimos censos confirmam a ocorrência de grande concentração de riqueza na nossa sociedade. Os efeitos sociais perversos desta concentração são evidentes no aumento da miséria e da fome de nosso povo.

Entre nós não se tem considerado devidamente quem são os beneficiários da inflação e qual sua relação com o processo de concentração de riqueza. Os dados censitários mostram que a concentração da riqueza social cresce com o processo inflacionário, sugerindo que este seja o mecanismo mais importante de acumulação de capital e de concentração de renda.

A mais-valia, absoluta ou relativa, parece ter se tornado um mecanismo secundário para explicar as altas taxas de lucro em países como o Brasil, onde as diversas formas de capital são protegidas por mecanismos específicos de indexação e correção monetária: há empresas ganhando mais dinheiro no

mercado financeiro do que na produção de bens; e lucrando proporcionalmente mais com o aumento da inflação.

Ao buscar recursos no mercado, o Estado endividado estimula tanto a correção monetária quanto as altas taxas de juros. Ao fazê-lo, não apenas desvia os investimentos dos setores produtivos para o mercado financeiro como também, ao bancar o pagamento da correção monetária e dos altos juros, repassa para a sociedade os custos desta política, que recaem principalmente sobre os pequenos produtores e sobre a massa trabalhadora que ganha até três salários mínimos. Tal fato configura a transferência de recursos dos que têm menos para o que têm mais, dos mais pobres para as empresas mais capitalizadas ou para os setores sociais mais aquinhoados.

UMA PODEROSA ORGANIZAÇÃO FAZ DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO A BASE DE SEU SUCESSO

No topo da pirâmide, as empresas mais capitalizadas ou as instituições que manipulam volumes enormes de dinheiro de terceiros, como os bancos, beneficiam-se com a indexação, com a correção monetária e com os altos juros. Lucram com a inflação, repassam custos e concentram a riqueza social.

Já a classe média e o operariado mais organizado, que auferem salários mais elevados, defendem-se parcialmente da inflação, aplicando parte de seus ganhos no mercado financeiro. Perdem todavia a longo prazo porque são cada vez mais pressionados pelos altos custos da educação, da moradia e dos demais serviços. Aqui reside uma das razões estruturais das greves, cada vez mais freqüentes, nas Universidades.

O crescimento privilegiado do mercado financeiro é outra conseqüência dessa política. Para mantê-la montou-se uma sofisticada e poderosa organização que faz do endividamento do Estado, da indexação e da correção monetária a base de seu sucesso. Por isso, soa irreal a afirmação dos técnicos e dos ministros da Fazenda e do Planejamento ao explicar que a inflação se reproduz por efeito inercial. Na verdade, todos sabem que, por trás de cada grande empresa ou banco, há um bem

treinado corpo de funcionários, trabalhando denodadamente para tirar vantagem do processo inflacionário. A ciranda financeira tem atraído inclusive os capitais internacionais, pelos lucros fabulosos que proporciona.

O processo inflacionário é produto da ação, deliberada e consciente, dos mais diversos agentes que se beneficiam da instabilidade econômica e da proteção advinda do mecanismo da indexação e da correção monetária.

Numa edição de dezembro de 93, *The Economist*, ironizava ao comentar que os maiores matemáticos deveriam se concentrar no Brasil. Infelizmente, porém, nossos patrícios não desenvolviam qualquer pesquisa de ponta que os tornassem merecedores de um Prêmio Nobel. Aplicavam-se, antes, à árdua tarefa de lucrar com a inflação, ou mais eufemisticamente, de "defender-se" dela.

A indexação e a correção monetária parecem ter cimentado uma complexa aliança social que vai do grande capital ao setor operário mais organizado, passando pelos setores médios e pelos milhares de pequenos poupadores de diferentes estratos: todos interessados, seja na preservação da propriedade e do poder de compra de seus salários, seja nos ganhos relativos oriundos da correção monetária e dos juros pagos pela Caderneta de Poupança. A solidez atingida por essa aliança tem impedido sua abolição, mesmo pelos sucessivos governos civis, que se limitaram, até agora, a esporádicas e nem sempre convincentes tentativas de desindexação salarial.

A eliminação da indexação e da correção monetária é condição *sine qua non* para o sucesso tanto do combate à inflação, quanto da estabilização da economia ou no saneamento do Estado. Mantidas ambas, a campanha generosa contra a fome, que tem mobilizado toda a sociedade brasileira, vira caridade, com seu alto índice de hipocrisia social, por deixar intacto um dos mecanismos mais perversos de reprodução da miséria no nosso meio. Às vésperas das eleições, talvez valha a pena lembrar que a iniciativa dessa campanha coube primordialmente à sociedade – Governo e candidatos vieram depois, a reboque, buscando levar vantagem à custa da fome e da miséria de muitos.

Por este breve histórico, as teses que vêm da Constituição de 1988 a causa da inflação, da dívida interna e externa, da estagnação econômica, da crise fiscal,

do gigantismo do Estado e da falta de credibilidade do legislativo não têm base de realidade. A reiteração dos nossos problemas econômicos deve ser imputada mais às decisões dos governos do que às características constitucionais. Não procede, pois, debitar à Carta de 88 a responsabilidade pela instabilidade de nossa vida social e econômica, nem alimentar a ilusão de que a simples reformulação dessa Carta assegurará uma pronta estabilização. Os que insistem nesse argumento parecem não ter refletido devidamente sobre o assunto ou têm outras razões para fazê-lo.

Há contudo um consenso de que, quaisquer que sejam os vitoriosos nas próximas eleições, urge empreender mudanças na Carta Magna. São considerados pontos prioritários: a reforma tributária, a quebra dos monopólios (principalmente o das telecomunicações e do petróleo), a postura diante do capital estrangeiro e a reformulação das políticas da previdência, de saúde, transporte e segurança. São questões que interagem e se afetam mutuamente. Sem equacioná-las, dificilmente alcançaremos estabilidade política e garantia de um desenvolvimento satisfatório.

Só para exemplificar: a redução da taxa de inflação poderá conduzir a pressões, incorporações e preocupante redução do número de agências devido ao enxugamento do sistema financeiro. Em contrapartida, este poderá assumir seu verdadeiro papel – o de financiar a produção e o consumo – uma vez atingido o equilíbrio fiscal com a economia crescendo em bases sustentadas. As atuais distorções – ciranda financeira, juros elevados, prazos curtos, indexação dos salários etc. – deverão ser contornadas e atendidas outras prioridades de interesse público geral.

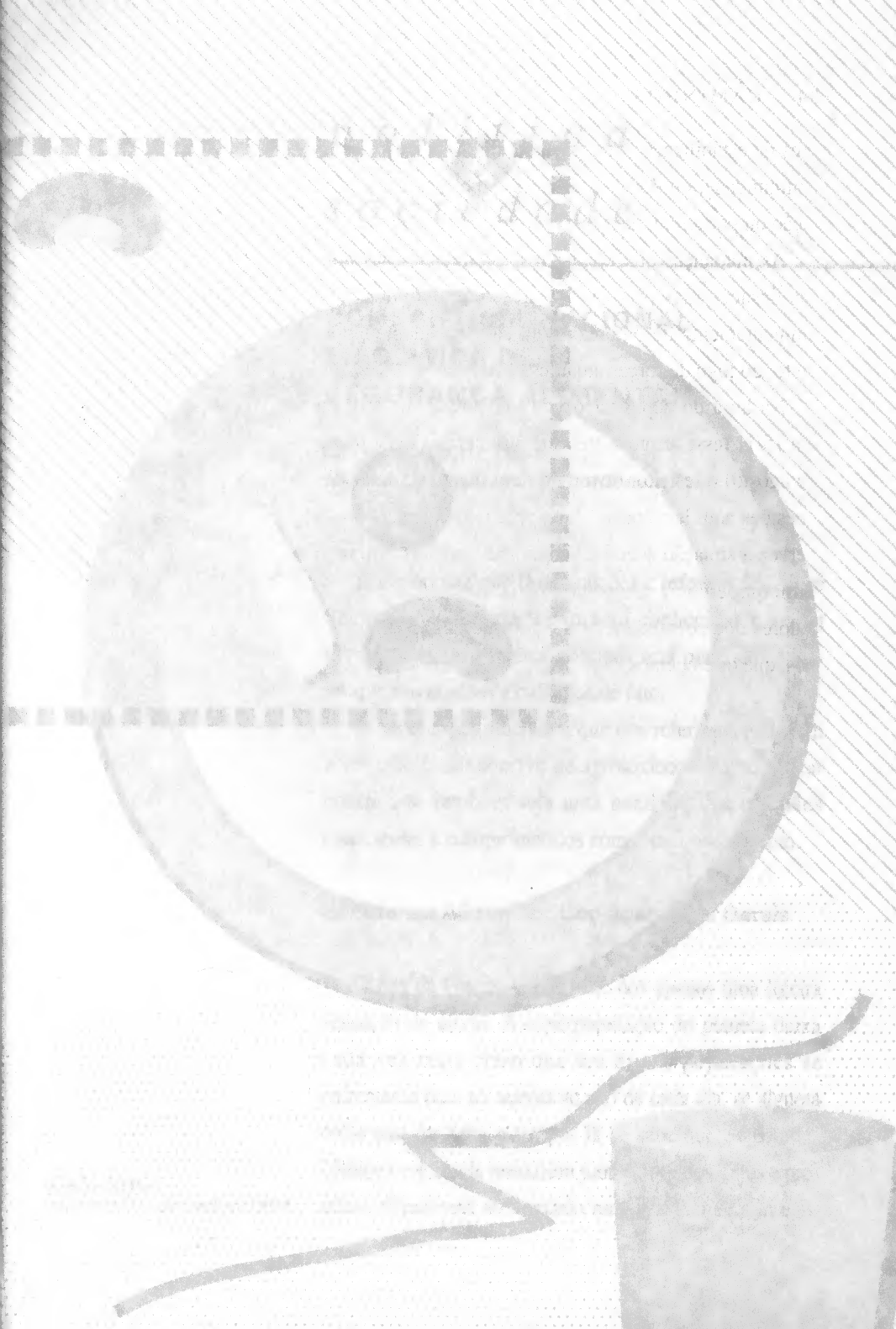
A credibilidade das instituições deve começar pela moeda. O Plano Real, criado com este propósito, deverá constituir-se em importante instrumento para a estabilização econômica. As muitas controvérsias a ele relacionadas, seja às estratégias de sua implantação, seja às eventuais correções de rumo – a que poderá estar sujeito, ante o confronto com a realidade – seja ainda à necessidade de aprovação de legislação complementar que venha consolidar seus objetivos, serão, esperamos, ao seu modo e tempo devidamente encaminhados.

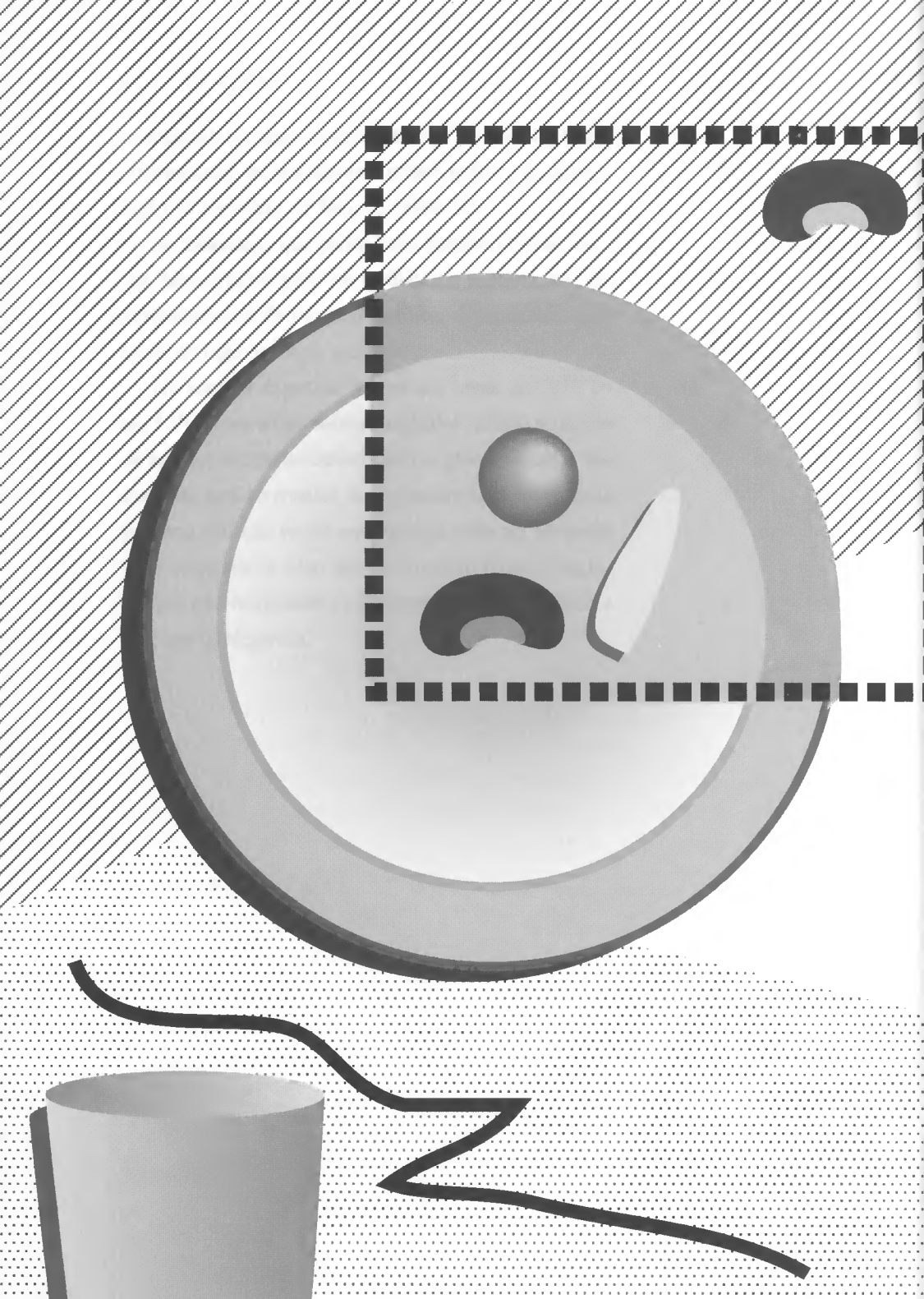
Diz-se das várias tentativas anteri-

ores de estabilização que fracassaram ou por não terem continuidade, ou por não terem base política de sustentação ou por terem, de fato, objetivos outros.

As mudanças que precisamos empreender nas nossas desacertadas práticas jurídicas e econômicas são eminentemente de natureza política, dependentes, portanto, do jogo de forças atuantes.

Na hora de depositar o voto nas urnas em 3/10 ou em 15/11 (esse artigo sofreu sua última revisão no início de agosto) o (e)leitor deveria ter em mente algumas das questões aqui levantadas. A responsabilidade pela nossa perversa situação social e econômica pode ser atribuída à incompetência e/ou má-fé dos dirigentes e legisladores que comandam os destinos do país e também a nós, que os elegemos.





CONSCIÊNCIA NACIONAL E POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Carmo Alvanir Dias
Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG/Montes Claros

É importante que certas noções e informações sobre Segurança Alimentar se tornem conhecidas e sejam introjetadas não só pelos políticos mas por todos aqueles que são cristãos e cidadãos de fato.

A segurança alimentar a que nos referimos nada tem a ver com o uso abusivo de agrotóxicos – embora lutar contra isto também seja uma bandeira dos cidadãos conscientes e comprometidos com o país onde vivem.

Segurança Alimentar: Considerações Gerais

O fim da Guerra Fria trouxe-nos apenas uma ligeira sensação de alívio. A superpopulação do planeta deixa cada vez mais claro que um dia as populações se enfrentarão para ter acesso ao pão de cada dia, se alguma coisa não for feita a tempo. Já se sabe que os Estados Unidos e o Canadá produzem juntos 50% dos grãos e proteínas disponíveis no mercado mundial. Isto gera insegu-

rança, porque se eles ameaçarem impor condições ou usarem os alimentos como mecanismo de pressão viveremos no mesmo desconforto e incerteza da época da crise dos mísseis nucleares, entre as duas superpotências.

No Brasil, todas as vezes que se priorizou a industrialização se fez às custas de enormes sacrifícios do agricultor e da política agrícola. Imaginou-se o campo abastecendo as cidades a baixos preços para que o empresário, por sua vez, pagasse baixos salários ao proletariado. Mas o Estado brasileiro jamais legislou bem em favor da agricultura, excluíndo o café na República Velha, o que tem levado os nossos pequenos, médios e grandes produtores a se voltarem para lucro fácil da ciranda financeira, em vez de se dedicarem ao trabalho e ao enfrentamento das dívidas, burocracia e preocupações com secas e geadas. Sem falar nos baixos preços oferecidos pelo governo por suas suadas safras.

Durante o governo Collor, o pensamento neoliberal tornou-se artigo de consumo e de referência diária. Era chique conhecer Michael Porter, dizer que lera a sua obra – *A Vantagem Competitiva das Nações*. O então presidente Collor fez a resenha do livro para a revista *Veja*.

Porter classificava os recursos naturais de um país (clima, recursos econômicos) como vantagem *comparativa*.

Já a tecnologia e os recursos humanos são classificados como vantagem *competitiva*. Segundo o autor, vantagens competitivas não são herdadas; elas são única e somente o resultado da inventividade humana.

Michael Porter insiste em afirmar que a eficiência competitiva é muito mais importante que os recursos naturais.

Criticamos tal pensamento lembrando aos nossos empresários, de qualquer tamanho e peso, que a eficiência competitiva é a alternativa compensatória para países sem ou quase sem vantagens comparativas, como por exemplo, Israel e Japão.

Antes de aderir a este pensamento neoliberal, considerem-se os dois pontos

a) em matéria de área e de incidência solar, além das condições climáticas diversificadas, o Brasil tem possibilidades insuperáveis para produzir alimentos. Somos um país superdotado para transformar energia solar em energia humana.

b) se existe alguma falha ou

restrições a nossa vantagem competitiva, ela estará, segundo alguns, na presença de uma mão-de-obra composta por brasileiros.

Todavia, se não podemos degredar 150 milhões de brasileiros, para substituí-los pelos superdotados japoneses e anglo-saxões, e se não podemos mudar nossas raízes multicores, nem comprar uma árvore genealógica de gabarito, o único jeito para solucionar o problema é dar oportunidade a cada cidadão brasileiro de ter acesso a uma cesta básica mínima no tocante a proteínas, lipídios e carboidratos, para que ele comece a converter vantagens comparativas em vantagens competitivas.

É do conhecimento de pediatras e psicólogos que sem alimentação adequada (do primeiro mês de gestação até os três anos), as transmissões sinápticas não se processarão de forma adequada, e a fome comprometerá todo o desenvolvimento intelectual e mental do ser humano de maneira irreversível.

Alimentação para todos é, pois, o primeiro passo para saírmos deste emaranhado de crises – fiscal, tributária, ética, sanitária, cultural etc. – e deixarmos um mundo melhor e menos faminto para os nossos filhos e netos. Infelizmente os dados que temos, hoje, apontam que a área cultivada é a mesma de dez anos atrás.

A Fome e a Subnutrição no Brasil

Josué de Castro escreveu a *Geografia da Fome* em 1940 e nesta época o fenômeno era algo restrito ao Nordeste e Norte do Brasil.

Cinqüenta e quatro anos depois todas as regiões brasileiras foram atingidas e temos milhões de famintos e milhões de famílias subnutridas.

Isto significa que em cada três famílias brasileiras, duas passam fome ou são subnutridas; que cem milhões de brasileiros não têm a certeza de que farão uma refeição no dia seguinte.

O exame destas aberrações serve apenas para revelar que não temos um Política de Segurança Alimentar. Nunca a tivemos em 500 anos de história!

A ausência de tal política nos impede de planejar o futuro, de formar uma consciência nacional, de sermos solidários com a sociedade em que atuamos, ao padecermos de pobreza crônica, de vivermos assustados e enjaulados

em nossas casas e de assistirmos diariamente à morte de crianças e adultos por inanição.

No Brasil, quando há recessão, o que burocratas, tecnocratas e governantes fazem é cortar na carne em vez de cortar na gordura, penalizando de todas as formas aqueles que trabalham e produzem, adotando medidas cabíveis em países de primeiro mundo, onde grave é ter uma inflação de 4 a 5% ao ano.

Os países de primeiro mundo têm política de segurança alimentar não por serem ricos. Eles ficaram ricos porque adotaram políticas de segurança alimentar. Por sinal, a adoção de tais políticas ocorreu em meio a graves crises, tais como guerras, depressões econômicas e catástrofes naturais. E o primeiro passo de todos foi produzir, produzir muito alimento. Depois, legislar de forma inteligente e séria sobre a agricultura e pecuária.

Definimos *segurança alimentar* como o acesso assegurado a todas as pessoas, em qualquer tempo, a uma alimentação saudável, sem esquecer a proteção contra os riscos que eventualmente incidem sobre a produção, a renda familiar e o emprego.

Já a *insegurança alimentar* em que vivemos, tão maléfica e odiosa, pode ser classificada em:

a) aguda: quando arrasta para fome camadas da população que antes eram apenas subnutridas;

b) crônica: quando permanente entre as famílias pobres.

É interessante mencionar aqui que mesmo municípios ricos pouca importância dão à segurança alimentar. Pesquisa realizada em 125 munícipios paulistas revelou que apenas nove faziam referência ao problema em sua Lei Orgânica.

Não adianta querer avaliar a segurança alimentar de um país através de estatísticas sobre produção, oferta, demanda, estoque e distribuição. Saber se as famílias têm segurança alimentar exigirá monitoramento contínuo das mesmas por assistente social. Não há outro meio de verificar.

Não existe uma receita única de segurança alimentar. Ela é sistêmica e, embora sua base se assente sobre a agricultura, está intimamente articulada a saúde, educação, política agrícola, subsídios, tributação e incentivos. Também o esforço para sua implantação e implementação pode ser levado a cabo pela iniciativa particular e estatal.

Cardápio Cultural em Política de Segurança Alimentar

Mães, copeiras e garçons, ao servirem a mesa, estão atendendo a uma necessidade biológica e reforçando ao mesmo tempo um padrão cultural.

Os alimentos têm em comum com outros bens existentes o fato de serem encontrados no mercado. Diferem dos outros bens não só pelo consumo neces-sário e diário mas sobretudo por estarem aliados a um padrão popular e cultural.

A FALTA DE PRODUTOS DO CARDÁPIO CULTURAL EVIDENCIA QUE O PAÍS ESTÁ EM CRISE

Os itens que compõem o cardápio cultural escapam da faixa de "racionalidade" que orienta o nosso consumo. Por exemplo: se os tecidos de linho encarecem muito ou somem das prateleiras, as pessoas passam a usar o algodão e outras fibras. Com o passar do tempo podem até se esquecer do linho.

Já com os alimentos, esta troca pode ser tolerada por pouco tempo e só governantes despreparados e insensíveis são capazes de sugerir a troca de um item do cardápio cultural por outro não cultural. O brioche, sugerido por Maria Antonieta, não iria acalmar a massa popular acostumada ao pão, item cultural, e o povo levaria algum tempo para gostar dele. E mais tempo ainda para torná-lo item do cardápio.

Quando ocorre a alta de um produto do cardápio cultural, o cidadão consumidor apenas reduz o consumo diário. Ele não troca o café pelo chá, nem o feijão pela fava.

Cardápio cultural só existe dentro de uma Política de Segurança Alimentar. Podemos defini-lo como um grupo básico de alimentos apreciados pela população que a ele tem acesso, independente do salário e da classe social. Sua ausência na mesa sinaliza aos cidadãos que o país está atravessando um momento de crise. O tempo de ausência destes alimentos dá ao cidadão a noção exata do tamanho da crise, da gravidade do momento e sobretudo o adverte para que se mobilize, junto com a comunidade e o governo, a fim de enfrentar o problema. Logo, feijão com arroz não é, ainda, nosso cardápio cultural.

Após a implantação do cardápio cultural, dentro de uma política de segurança alimentar, as populações jamais admitirão o regresso qualitativo de sua alimentação a um patamar inferior, a não ser de forma claramente provisória. Os povos habituados a um cardápio cultural são exigentes e irredutíveis com relação às ações e políticas agrícolas dos seus governantes.

Bons exemplos dos desastres ou mudanças políticas a partir de alterações no cardápio cultural percebemos em fatos registrados nas histórias alemã e argentina.

Os alemães, ao perceberem o sumiço das batatas e das salsichas dos seus pratos, quase no final da Primeira Guerra, se rebelaram, proclamaram a República de Weimar, obrigando o Kaiser a fugir.

Já os argentinos, que desde o século XIX absorveram internamente a carne que os ingleses deixaram de lhes comprar, tornando-a um item do cardápio cultural, se opuseram e depois depuseram o governo militar à medida que a carne sumia das suas mesas.

Os vários milhões de brasileiros famintos, por não saberem o que é comida, não sabem expressar, nos termos mais elementares da sua cultura, em que consiste o cardápio dos seus sonhos. E por este motivo a palavra "crise" nada lhes diz; é uma palavra vazia e sem sentido.

Daí não colaborarem de forma positiva para vencerem a fome, tornando-se produtivos, escapando da morte prematura por inanição.

Plantar, colher e ter acesso ao cardápio cultural cria solidariedade social, reduz a violência e aumenta a eficiência de todos. Por não terem o que comer, tornaram-se pessoas que nos dão as costas por resposta quando, em vez de uma esmola , lhes oferecemos a oportunidade de um trabalho remunerado.

Habituadas a comer o que lhes damos hoje, ao pedaço de pão que outros darão amanhã ou a revolverem as latas de lixo em última instância para obter comida, estes sobreviventes não têm por que se interessar por nada. Eles já caíram tanto que perderam a dignidade, o amor-próprio e até o desejo de viver.

Só poderemos falar em produtividade e competitividade se solucionarmos o problema da fome. A distribuição de alimentos, liderada pelo sociólogo Hebert de Souza, não é a solução, conforme ele próprio já afirmou. Betinho quis na verdade nos despertar para o problema, para que todos – junta-

mente com governo e empresários – começássemos a pensar juntos a solução.

Só quem se alimenta bem, de forma saudável, é capaz "de transformar areia em *chips*", de ser gênio, de projetar plataformas espaciais e de não matar por fome.

Nunca um governante parou para calcular quantos frangos são necessários para produzir um brasileiro apto a produzir os frangos que os países árabes tanto apreciam e nos compram a bom preço. Um brasileiro capaz de produzir para os árabes, para os cinco continentes e também para os nossos milhões de famintos e subnutridos.

Estamos mal. "Está faltando cabeça de gente e de repolho no Brasil" afirma um articulista da área agrícola. Isto lembra o provérbio russo que diz que duas cabeças valem mais que uma – mesmo que uma delas seja de repolho.

Preocupa-me, como professora, cidadã e consumidora, que o problema não tenha mobilizado de norte a sul a consciência nacional, para salvar vidas, reduzir a violência e o custo alimentar no nosso orçamento; para se alcançar a tão decantada competitividade e chegar ao rol dos países de primeiro mundo, de mala e cuia, como dizemos no norte de Minas, quando a mudança é definitiva.

De nada servirão as reformas (tributária, fiscal, constitucional, partidária, eleitoral, ética, etc.), se todas elas não estiverem de acordo com uma política agrícola coerente e nacionalista, por sua vez ancorada numa política de segurança alimentar.

Mais que política esta ação seria um ato cristão.



Ecologia

UMA CONVERSA SOBRE ECOLOGIA E UNIVERSIDADE

Rogério Parentoni Martins
Professor do Departamento de Biologia Geral do ICB/UFMG

Humberto Coelho de Carvalho
Professor do Departamento de Biologia Geral do ICB/UFMG

Está faltando o toque manso do bravo companheiro.
In memoriam *do Bicalho.*

Os personagens dessa conversa são dois professores do ICB de gerações e vivências diferentes, mas ambos com a preocupação comum de criticar e de iluminar os caminhos trilhados pela Universidade – e de serem criticados e iluminados nesse mister.

Este diálogo revela uma parte do variado leque de questões que estão aí necessitando de reflexões e soluções. No artigo "Apubh, 16 anos, balanço de uma trajetória política" (*Caminhos,* 8 e 9, 1994), é defendida a tese de que o movimento docente deve ir além das meras atividades sindicais e dedicar-se também àqueles interesses voltados para a vida acadêmica, para a Universidade, para as questões de educação. Em consonância com tal

linha de idéias, o Conselho Editorial aprovou a publicação destas "conversas", na certeza de que outras virão enriquecer o necessário debate. Com a palavra os professores Rogério Parentoni Martins (RPM) e Humberto Coelho de Carvalho (HCC).

***

RPM – Essa conversa começou quando passei ao Humberto um texto em que tentava classificar três Ecologias (uma já é difícil, imagine três!), tal como Felix Guattari fez para a ecologia ambiental, social e mental em seu interessante ensaio intitulado *As Três Ecologias*, Editora Papirus, 1989. Humberto criticou o texto de tal modo que, acatando suas sugestões, eu estaria aceitando um co-autor. Neste ponto, entre meu desânimo de reconstruir o texto e o reconhecimento de sua real insipidez, ocorreu-me a idéia de convidar o crítico para algo mais informal – uma conversa sobre Ecologia e Universidade.

HCC – Você me convoca para uma empresa que poderia ser vista como um embate entre o dragão da maldade da desinformação e o santo guerreiro da Ciência, entre o saber instituído e a ignorância confessa. Quem é quem nessa querela não paira qualquer dúvida. Como os desafinados, os broncos poderiam também ter vez e voz. Vou pois aceitar o convite, mais pelo prazer da discussão desarmada do que pela veleidade de vê-la divulgada. Abordaremos, espero, tópicos relevantes da Biologia e suas eventuais implicações com a Universidade e a cultura geral.

Minhas críticas ao seu texto diziam respeito principalmente ao fato dele não atingir os propósitos a que se propunha:

a) desvelar para leigos o campo da Ecologia e como o desenvolvimento dessa área da Biologia poderia afetar as Ciências Sociais;

b) estimular o uso da interdisciplinaridade na consecução do objetivo anterior.

Considerei algumas passagens daquele texto assaz técnicas para o cultor das Ciências Humanas e outras demasiado reducionistas ou peremptórias para funcionarem como aceno a uma abordagem mais

eclética e coletiva. Você deveria fazer um esforço para nos esclarecer melhor o que vem a ser essa tão decantada Ecologia.

RPM - A palavra ecologia tornou-se tão atraente que é amplamente utilizada em discursos políticos ou acadêmicos. Apesar do significado fundamental da Ecologia ser interação, poucos, incluindo políticos, demonstram ter captado a essência dos objetivos dessa Ciência. Na edição especial do *Estado de Minas* de 19 de setembro de 1994, na seção "Estado Ecológico" a entrevista dos candidatos a governador sobre Ecologia revela que nenhum deles conhece o significado do termo. Como resultado deste "modismo vocabular" o uso da Ecologia torna-se muitas vezes desprovido de sentido, conseqüentemente tornando-se lugar comum e desvalorizando seu emprego correto (tudo passa a ser Ecologia). Quando desvinculado de seu contexto correto e utilizada para atrair atenção, a Ecologia torna-se uma espécie de ioiô, atravessando territórios ideológicos. Por exemplo, radicais de direita como Le Pen incorporam ecologia em seu discurso neofacista: O "meio ambiente" dos franceses será muito melhor expurgando a "contaminação" de culturas inferiores. Por outro lado, religiosos de esquerda, como Frei Beto falam em uma Ecologia da Fé (confira a edição especial sobre Ecologia no *Estado de Minas*), algo tão remoto quanto a noção de paraíso para um faminto.

HCC - Você até agora nos disse o que a Ecologia não é. Simplesmente exclamar, "meu nome é Ecologia", não convence. Da mesma maneira que você critica o mau uso do termo pelos não-iniciados, são criticados por estes os corifeus da Ecologia, pela linguagem nebulosa com que costumam se exprimir. Um conhecido nosso, de saudosa memória, o Prof. Schreiber, costumava fazer comentários jocosos sobre essa pretensa Ciência. Dá para você regastar o espírito daquelas conversas do final dos anos 60 ?

RPM - No meio acadêmico biológico do início dos anos 70, a

desconfiança sobre a robustez da Ecologia como uma disciplina científica, foi exteriorizada singularmente pelo falecido Prof. Giorgio Schreiber, citogeneticista do Departamento de Biologia Geral do ICB: "Ecologia é igual a biscoito de polvilho – a gente come, come e não enche a barriga". Mas, vinte anos depois, a Ecologia ganha prestígio e vigor devido à perspectiva de uma crise ambiental provocada pela suposição do esgotamento de recursos naturais estratégicos. Porém, academicamente, há um monte de problemas com o que você chama de "pretensa Ciência", desde argumentos extrínsecos sobre sua popperiana falta de cientificidade, até sobre dificuldades metodológicas intrínsecas, que levantam dúvidas sobre a capacidade da Ciência Ecológica resolver problemas práticos imediatos, tais como conter a acelerada taxa de extinção de espécies provocada pelo crescimento exponencial de novas tecnologias. A Ecologia é uma ciência que estuda as interações dos seres vivos entre si e com o ambiente físico-químico. Os ecológos procuram entender como estas interações influenciam a estrutura (organização padronizada de seus componentes) e o funcionamento de populações, comunidades e ecossistemas.

HCC – Segundo sua apreciação, a Ecologia poderia fornecer uma visão mais integrada da Biologia. Por que não o faz? Quais as resistências oferecidas pelas suas co-irmãs a Genética, a Evolução e a Fisiologia, por exemplo? Ela poderia oferecer uma estrutura teórica mais geral que preenchesse algumas lacunas, inclusive da Psicologia, da Antropologia, da Sociologia e da Economia. Áreas cinzentas ou de sobreposição destas ciências poderiam ser clareadas, caso se empreendesse uma abordagem interdisciplinar centrada na Ecologia? Como você vê essa estória e como encaixa nela a crise ambiental a que fez referência em sua última intervenção ?

RPM – Independentemente da capacidade científica da Ciência Ecológica, cabe perguntar se realmente estamos vivendo uma crise ambiental. O que é crise ambiental?

Uma estratégia formulada por países desenvolvidos para conservação de recursos importantes, em países do terceiro mundo, que alimentem projetos desenvolvimentistas dominadores?

Por detrás das dificuldades associadas com o simples emprego de um conceito, existem sempre pretensões políticas. Por exemplo, "salvar a Ecologia dos efeitos da poluição", é freqüentemente usada em discursos políticos. Hoje a simples menção da palavra poluição pode provocar exaltações e movimentos de ecologistas. Mas nos anos 70, no auge da ditadura e do milagre econômico, o governo brasileiro, a fim de atrair capital multinacional, publicou em jornais nacionais e estrangeiros e até em panfletos, matérias conclamando aos investidores a vir poluir o País, acenando com promessas de fartos incentivos fiscais. Atualmente, motivados por exigências externas, a li-beração de recursos para projetos que impliquem em alterações ambientais, só ocorre após a elaboração de estudo de impacto ambiental e do famigerado relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA), tal como exige, por exemplo, o Banco Mundial. Entretanto, apesar de ser politicamente correta a exigência, grande parte destes estudos são desprovidos de qualquer significado, seja pelo tempo exíguo em que são realizados, para obter dados significativos, seja pelo despreparo profissional e falta de visão política dos que os executam.

GRANDE PARTE DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL NÃO TEM QUALQUER SIGNIFICADO

HCC – Mas essa parte, a da formação profissional, diz respeito à Universidade. Somos os responsáveis por esta formação, que deveria incluir, além do aprimoramento da capacitação técnica, o do compromisso político. Os que vestirem a carapuça lançada por você poderiam retrucar: com dirigentes preocupados com interesses pessoais ou de pequenos grupos e com professores alienados ou acomodados, que

moral tem a Universidade para cobrar engajamento social de seus discípulos? E o que falar da vivência dos estudantes nos Ciclos Básicos, momento em que os impactos vocacionais são mais substantivos? Dizem que nesta fase o alunado está quase que completamente entregue a inexperientes e mal-pagos professores substitutos – chamados no passado de professores colaboradores. Mudaram-se as terminologias mas o Natal permanece o mesmo. Não sei onde, nem se estamos falhando. Talvez o objetivo, não explícito, da Universidade seja esse mesmo. Somos assim, estudantes e professores, porque a Escola nos fez assim ou a Escola é assim porque assim a fizemos? Aprender é uma inevitabilidade pessoal que está, porém, mergulhada numa complexa matriz social. O que se aprende, como se aprende, quanto se aprende, quando se aprende, com quem se aprende, com que prazer se aprende, quem tem e quem não tem acesso a determinados aprendizados etc, etc, está na dependência, entre outros, de fatores geográficos, históricos e de classe (econômicos, etários e sexuais) que se entrelaçam, se interpenetram e se influem mutuamente. Gostaria que você analisasse sobre uma ótica ecológica o comportamento de discentes e docentes ante o banquete cultural que lhes é oferecido pela escola.

RPM – O preparo profissional adequado deve e espera-se que seja obtido em Universidades e Institutos de Pesquisas. Pensar e ter consciência política, talvez não seja muito comum na Universidade formal (formol?). Mas, é na Universidade onde teóricamente há condições para a discussão dos problemas ambientais sob as diferentes óticas das disciplinas biológicas e humanas. Porém, a Universidade discute adequada e interdisciplinariamente, a questão ecológica? Assim, chegamos à interdisciplinaridade; sem sequer conseguirmos perceber se a Universidade é capaz de desenvolver uma discussão e ação interdisciplinar. Tal como muitas vezes acontece com a palavra Ecologia, o uso do termo interdisciplinaridade parece-me recurso retórico, porque vejo a

Universidade como um conjunto de guetos culturais corporativistas pouco permeáveis às propostas de interação interdisciplinar (ecologia humana em seu sentido mais fundamental)

HCC – A interdisciplinaridade é o biscoito de polvilho dos anos 90. Os objetivos da Universidade determinam o que devemos fazer nela – gerar, entre outros, ora produtores e consumidores de "*madaleines*" ou de "*pizzas*", ora profissionais competentes e comprometidos com o bem estar-social. Não chegamos ainda à disciplinaridade e já queremos dar o salto qualitativo para a interdisciplinaridade...

A procura do saber universal, implícito nas suas considerações, é uma fantasia da antiguidade para quem "a verdade, o bem e a beleza convergem para a mesma unidade". Não se passa, porém, impunemente pelos pós-renacentistas, por Galileu, Descartes e Newton. A interdisciplinaridade e o trabalho de equipe são os recursos que podemos utilizar para reunir os cacos de nossa visão de mundo fragmentada. As perspectivas são todavia preocupantes: não sabemos o que é uma (a interdisciplinaridade) e não conseguimos conviver no outro (o trabalho em equipe).

O professor Délcio Salomon tem um artigo ilustrativo dessa temática. Está publicado em *Caminhos*, 7, 1993. Para ele, as universidades já começaram a institucionalizar o trabalho em equipe – inicialmente entre pesquisadores da mesma área, em seguida de áreas afins e mais recentemente caminhando para a interdisciplinaridade e, quem sabe, para a transdisciplinaridade.

Como acontece com os países, as fronteiras entre os departamentos estão se tornando cada vez mais permeáveis e as abordagens dos problemas cada vez mais interativas. Do profissional de amanhã será cobrado mais flexibilidade mental (capacidade de organizar e criticar informações, de identificar e de resolver problemas, de comunicar-se mais eficazmente etc.) e maior participação política (de escolher dirigentes e dirigidos, de participar de projetos interdisciplinares, de cobrar resultados, de prestar contas de tarefas, de motivar-se para realizações de inte-

resse social etc.). A educação, inclusive a universitária, tem relevante papel a desempenhar no preparo do cidadão competente e responsável, de que estamos tão carentes.

As distorções das políticas ambientais dos países ricos, apontadas por você, talvez sejam um sub-produto da perda de visão da totalidade que uma certa metodologia de cunho positivista conduz. Como você imagina imprimir no estudos da Ecologia estas idéias de interdisciplinaridade – não digo na Universidade como um todo, mas no aqui e agora do Curso de Graduação de Ciências Biológicas, do qual você é um dos professores?

RPM – Primeiro, evitar a retórica dos discursos vazios tão enfadonhamente utilizados em nosso meio. Segundo, diálogo franco e aberto para que os espíritos mais aguerridos e apegados às efêmeras conquistas, possam sentir-se mais à vontade em uma Universidade, cujo significado estaria mais próximo da idéia de Ecologia: a casa das interações.

HCC – Sendo a Universidade por natureza e conveniência (*by nature and by nurture*) uma instituição essencialmente conservadora, é de se esperar dificuldades na implantação dessa nova sistemática, que implica na renúncia a velhos e arraigados hábitos ou na libertação de (in)fundados temores de se expor aos olhares de uma burocracia ciosa de seus espaços. Como você encara isso ?

RPM – Como a estabilidade no emprego ainda é garantida pela Constituição, não estamos ameaçados pelo fantasma do desemprego. Podemos, tranqüilamente, refletir sobre nossas atividades e tentar um passo maior de integração entre nossos ricos conhecimentos e opiniões. Existiriam caminhos naturais que levassem à esta realização? Acredito que essa poderia ser uma tarefa institucional, a ser estabelecida e implementada através da coordenação de nossos dirigentes mais responsáveis. Percebo que um desejo ainda embriônico de interação tem perspectivas de se desenvolver e superar as contumazes barreiras de nossas pequenas vaidades. É um desafio para os que pensam a Universidade

como um projeto que é cotidianamente reconstruído, apesar da resistência dos entraves burocráticos.

HCC – Depois dessa sua tirada sonora e beletrista fico em dúvida da pertinência de lhe propor voltarmos a refletir sobre a importância que alguns princípios ecológicos poderiam ter na solução de certos problemas que nos angustiam:

a) Como preservar a biodiversidade numa economia capitalista?

b) Como enfrentar os diferentes tipos de poluição, inclusive a gráfica, para a qual estamos concorrendo com essa nossa já longa conversa ?

c) Como administrar a utilização dos recursos re-nováveis e não-renováveis? A educação é um recurso de que natureza?

A UNIVERSIDADE TEM MUITO A CONTRIBUIR PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO ECOLÓGICA

RPM – Tal qual a preservação e o manejo da biodiversidade são tarefas importantes da Ecologia para este final de século, cabe à Universidade preservar e manejar sua diversidade de conhecimento e de opiniões, dentro de uma perspectiva interativa e interdisciplinar. Entretanto, a complexidade de sua questão "a", não pode passar desapercebida: biodiversidade, economia e capitalismo. A preservação da biodiversidade depende de uma ação política, tendo como base informações técnicas sobre, por exemplo, quais os processos ecológicos que mantêm o número de espécies de uma dada comunidade de organismos. Talvez, a maneira mais eficaz de preservar a biodiversidade seja através da preservação dos processos ecológicos que a geram e mantêm. Neste ponto, a Universidade, como é geradora de novos conhecimentos, deve ter um papel fundamental, não apenas na capacitação profissional técnica, mas através da interdisciplinaridade, proporcionando meios para que a questão ecológica seja compreendida além das fronteiras meramente

técnicas. Mentes conscientes têm um papel definitivo nas mudanças políticas necessárias para a preservação da biodiversidade orgânica e cultural. Quanto à questão "b", o único remédio é encerrar essa longa conversa e quanto à questão "c" acho que a educação é o recurso mais renovável que existe já que nossa visão de mundo neste fim de século está em constantes modificações. Apesar de imperceptível ao senso comum, o que produz a biodiversidade é a constante evolução. E evolução, seja no sentido biológico estrito seja no sentido educacional, é modificação.

HCC – A humanidade tem hoje a capacidade de destruir, num tempo relativamente curto, a si mesma e toda a biosfera. Essa capacidade está associada a uma ética desenvolvida nos tempos de nossa andanças lá pelos idos do Pleistoceno. De lá para cá alguma coisa mudou. É nesse contexto que percebo sua preocupação de ecologizar a Biologia e mesmo as Ciências Humanas. Como isso será feito e o que acarretará, você tem que nos explicar. Haveria um perigo de ficarmos presos à prática acrítica de certos postulados de alguns ecologistas – "o que é, deve ser" – caindo num já denunciado ecofascismo. Admitindo que o comportamento é um produto da evolução, gostaria que você discutisse a plausibilidade de aplicar certos princípios da Ecologia a algumas contingências da Universidade, tais como:

a) a escolha de dirigentes e a ordem de bicadas nas aves;

b) o conservadorismo da Universidade, inclusive o da Apubh e o uso do hemisfério cerebral esquerdo;

c) o corporativismo e a locupletação dos bens públicos, citados por você, são eles essencialmente de natureza social ou biológica? São eles praticados na Universidade com freqüencia significativamente diferente do restante da sociedade ou teríamos também nossa fauna de *capos*, vestais, inocentes úteis, nanicos, anões e brancas-de-neve? Talvez seja melhor parar por aqui, pois já abusamos demais da paciência do leitor.

RPM – Meu caro Humberto, eu não tenho que explicar nada, só estamos conversando, lembra? Procede, porém sua insinuação de que parte da deterioração de algumas instituições públicas, incluindo aí as Universidades, resida no comportamento "pouco católico" de certos grupos organizados. Com o acesso aos centros de decisão, esses grupos, não sei se com a diversidade apontada por você, às vezes, confundem interesses particulares com interesses públicos.... Mas a aplicação de certos princípios ecológicos à Universidade é tão perigoso quanto à utilização de certos conceitos sociobiológicos para justificar comportamentos humanos. O que espero é apenas uma ampliação de nossa capacidade de discutir, tendo em vista um princípio ecológico geral: estamos todos em um mesmo barco que está fazendo água. Para não naufragarmos, todos devemos remar. Navegar é preciso para viver.

HCC – Não sei, Rogério, se o matraquear que desenvolvemos até agora possa se chamar de diálogo, nem se sua leitura beneficiaria, de alguma maneira um terceiro. Demonstremos, ao menos, que a sensatez ainda não nos abandonou de todo. Vamos parar ?

RPM – Paremos!



POESIA

M. PIGALLE

" Provisoriamente não cantaremos o amor"
Drummond

Cantaremos a filosofia
a existência abissal
de uma memória:
(Esta) ausência presente
do corpo-habitante das galáxias do ser;
Kant, Sartre ou Marx.
Por entre livros e mesas de bar
Bicalho – a cabeça branca, o sorriso calmo:
o sujeito incerto no momento certo
a negação da negação:

Por Vera Casa Nova

BH, Set./94

apubh Seção Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG
Rua Artur Itabirano, 70 . São José . Tel: (031) 441-7211 . Fax (031) 441-1303 . 31.275-020 . BH/MG

Erramos : Caminhos nº10 - dezembro, 1994

Na tentativa de buscarmos clareza, objetividade e concisão ou de enfrentarmos contingências de espaço e tempo, bem-intencionadamente chegamos a descaracterizar alguns dos artigos deste nº 10. Nossas desculpas aos autores, nem sempre consultados a tempo de manifestarem suas discordâncias em relação, seja à impropriedade das alternativas implementadas, seja à inaceitaveis erros de digitação. Nossas desculpas também aos leitores pelos constrangimentos que involuntariamente lhes impusemos. À errata:

Pág	Coluna	Linha	onde se lê	leia-se
5	-	2	- lhe constrangiríamos	... o constrangiríamos
7	-	7	...é simples:...	... é simples na sua verdade essencial:...
7	-	10	... vínculo conosco...	... vínculo com nossa Universidade
7	-	12	A natureza...	No entanto, a natureza...
8	1	11	...aliviá-los...	...aliviá-lo...
8	1	14	... nunca atingir...	... nunca afligir...
* 8	2	28	os clássicos...	os textos clássicos...
8	2	30	... amontada ...	... amontoada...
9	1	10	... do exagerado culto	... do diligente culto...
10	1	16 a 23	Em nossas conversas com o Dr. Orlando, Bicalho e Pe. Agnaldo eram sempre lembradas com afeto e admiração. O Dr. Orlando me contou certa ocasião, que Pe. Agnaldo encontrou para ele um esconderijo, inesperado e inusitado: a torre da Igreja de Santo Antônio.	Bicalho, em nossas conversas, você e Padre Agnaldo eram lembrados com afeto e admiração. E o Dr. Orlando contou-me, em certa ocasião, que Padre Agnaldo encontrara para ele um esconderijo, inesperado e inusitado, a torre da Igreja Santo Antônio.
10	1	28	... o esperase...	... o esperasse...
10	2	9	...logo depois, já estávamos	...logo depois estávamos...
10	2	14	...e aí falamos longamente de Bicalho com amizade...	e aí, querido Bicalho, falamos longamente de você com amizade...
12	1	17	Nesta hora, permitam-me prestar...	E, nesta hora, permita-me, meu caro Bicalho, prestar...
12	1	20	... que formou com Bicalho uma direção...	...que formou com você uma direção...
12	2	6	... por argumento...	... por argumentos...
12	2	22	... que habilitam...	... que habitam...
12	2	24	... que deseja sensata...	... que se deseja sensata...
31	-	30	Resta-me um conso...	Resta-me um consolo: viver é muito difícil; mas vale sempre tentar.

IMPRESSO



Caminhos é uma publicação semestral da Associação Profissional dos Docentes da UFMG – Seção Sindical da Andes-SN – Apubh, voltada à reflexão dos mais variados temas relacionados à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.